

# AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA, GÊNERO E RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR

MARIA BETÂNIA RIBEIRO TORRES  
ROSA ADEYSE SILVA  
JOSÉ EDSON DE ALBUQUERQUE ARAÚJO  
KATSON FERNANDES

APOIO:



PUBLICAÇÃO:









## **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**

### **Reitor**

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

### **Vice-Reitor**

Fátima Raquel Rosado Morais

### **Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas**

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

### **Chefe da Editora Universitária – EDUERN**

Anairam de Medeiros e Silva



### **Conselho Editorial das Edições UERN**

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho

Wellington Vieira Mendes

## **Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Agricultura familiar de base agroecológica, gênero e resistência no semiárido potiguar. /  
Maria Betânia Ribeiro Torres, Rosa Adeyse Silva, José Edson de Albuquerque Araújo, Katson  
Fernandes (Orgs.) – Mossoró – RN: EDUERN, 2020.

165p.

ISBN: 978-65-991344-6-3 (E-book)

1. Agronegócio. 2. Assentamentos rurais. 3. Agricultura familiar. 4. Recursos hídricos. I. Torres,  
Maria Betânia Ribeiro. II. Silva, Rosa Adeyse. III. Araújo, José Edson de Albuquerque. IV.  
Fernandes, Katson. V. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. VI. Título.

UERN/BC

CDD 630



O projeto gráfico da capa deste ebook foi realizado pela Agência de Comunicação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Agecom-UERN), com criação e execução desenvolvida por Pablo Allende A. N de Aquino, sob a direção de Luziária Firmino Machado Bezerra. A revisão textual e normalização de Ana Carolina da Silveira Costa Camargo, Mossoró/RN - Maio de 2020.

Diagramação: Amanda Amorim.

Autoria da foto da capa: SEDRAF/RN, 2019.



# **AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA, GÊNERO E RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR**

Maria Betânia Ribeiro Torres  
Rosa Adeyse Silva  
José Edson de Albuquerque Araújo  
Katson Fernandes  
(Organizadores)

Ana Maria Brandão  
Annie Livia Torres de Albuquerque Araújo  
Antônio Nilton Bezerra Júnior  
Antônia Rocha Freire  
Francisca Gomes Torres Filha  
Hugo Garbênio De Carvalho  
Janine Beatriz Torres  
José Edson De Albuquerque Araújo  
Katson Fernandes  
Lázaro Fabrício De França Souza  
Márcia Regina Farias Da Silva  
Maria Betânia Ribeiro Torres  
Raul Nogueira Santos  
Rosa Adeyse Silva  
Zara Pinto Coelho  
Zirlania Cristina Da Silva





## *Agradecimentos*

*Aos entrevistados(as) dos assentamentos rurais, cooperativas, sindicato, universidades, Ongs, CPT. Ao CNPq/Universal Edital Nº 01/2016.*

# SUMÁRIO

**12**

**PREFÁCIO**

**16**

**APRESENTAÇÃO**

**19**

**PARTE I - AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E AGRONEGÓCIO**

**20**

**SEMENTES DA RESISTÊNCIA - AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA NA CHAPADA DO APODI-RN, ENTRE O CONFLITO E A ESPERANÇA**

*Por Hugo Garbênio de Carvalho, Maria Betânia Ribeiro Torres e Márcia Regina Farias da Silva*

**30**

**SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE UMA COOPERATIVA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR**

*Por Rosa Adeyse Silva e Maria Betânia Ribeiro Torres*

**43**

**TECNOLOGIAS SOCIAIS, CONVIVÊNCIA E UM NOVO OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO**

*Por Antônia Rocha Freire, José Edson de Albuquerque Araújo e Maria Betânia Ribeiro Torres*

**56**

**AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS**

*Por Rosa Adeyse Silva, Zirlania Cristina da Silva e Maria Betânia Ribeiro Torres*

**68**

**PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS: ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS NA CHAPADA DO APODI-RN**

*Por José Edson de Albuquerque Araújo, Francisca Gomes Torres Filha e Antônio Nilton Bezerra Júnior*

**78**

**PARTE II – COOPERATIVISMO E RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS AO “PROJETO DA MORTE”**

**79**

**O SUJEITO CAMPONÊS DO APODI E SUA AÇÃO SOCIAL: DISCURSOS, PODER E RESISTÊNCIA**

Por Raul Nogueira Santos e Maria Betânia Ribeiro Torres

**102**

**A SAGRADA TEIMOSIA CAMPESINA**

Por Antônio Nilton Bezerra Júnior, Francisca Gomes Torres Filha e José Edson de Albuquerque Araújo

**111**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERATIVISMO RURAL**

Por Katson Fernandes e Maria Betânia Ribeiro Torres

**119**

**PARTE III - AGROECOLOGIA, AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO**

**120**

**RECONHECIMENTO SOCIAL DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO MOACI LUCENA, APODI/RN**

Por Janine Beatriz Torres e Maria Betânia Ribeiro Torres

**130**

**CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DE MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES DE APODI/RN**

Por Zirlania Cristina da Silva e Maria Betânia Ribeiro Torres

**142**

**COMO JUNTAS SE FIZERAM SUJEITOS E PROTAGONISTAS DE SUAS VIDAS: EM CENA O GRUPO DE MULHERES “UNIDAS PARA VENCER”, APODI/RN**

Por Francisca Gomes Torres Filha, Zara Pinto Coelho e Ana Maria Brandão

**152**

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO À SAÚDE DAS TRABALHADORAS RURAIS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Por Annie Livia Torres de Albuquerque Araújo, Lázaro Fabrício de França Souza e Francisca Gomes Torres Filha

**162**

**SOBRE OS AUTORES**



# PREFÁCIO

“...tirar a terra do povo é a morte do trabalhador. A terra é a nossa mãe, é a mãe dos meus filhos. A terra que eu trabalho hoje é a terra que meu pai deixou”.

*Edilson Neto*

Fruto de um processo a quatro mãos, o presente prefácio busca dar uma visão geral da obra, como não poderia deixar de ser, mas tem um intuito maior, que é o de apresentar a visão de um dos atores sociais de maior evidência nos processos que ensejaram a construção dos artigos que estão presentes nesta obra: Francisco Edilson Neto.

Como bem ressalta mais adiante Edilson, a contribuição da Academia para o processo de reflexão a respeito das iniciativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais é muito importante. É no campo que se vivenciam a Agricultura Familiar, as práticas agroecológicas e as tensões geradas a partir da chegada do agronegócio, sobremaneira, com a acentuação deste processo com as obras do Projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz – Apodi-RN. São questões, por vezes de ordem complexa, que precisam de equacionamento.

Em sua fala – que comunga com o que vem acentuado nos capítulos do livro – Edilson ressalta a importância da organização campesina e suas iniciativas de convivência com o Semiárido Brasileiro, quer seja por intermédio da implementação de tecnologias sociais, quer seja pelos processos de (auto) organização dos mesmos. No conjunto, as organizações sociais presentes nestes processos – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Apodi, organizações do Terceiro Setor, da Igreja Católica e alguns organismos de outras instâncias -, todas elas deram seu grau de contribuição na caminhada da Agricultura Familiar. Merecem ressalva os processos ensejados pela organização das mulheres e jovens que possibilitaram frutos, que, mesmo com alguns retrocessos, ainda se fazem presentes.

Ele expressou a imensa alegria em prefaciar este livro, pois nele viu muito da história de luta do STTR de Apodi e, por consequência, sua própria luta como agricultor familiar e como presidente do sindicato. Ele expressou, ainda, sua plena consciência de que o campesinato tem sua

força na coletividade e que sua organização é fruto da caminhada e torna-se vanguarda de muitos dos processos junto à sua representação sindical ou contribuindo com as organizações populares, as ações de organismos da Igreja Católica e das organizações do Terceiro Setor.

Daqui por diante, segue a fala de Edilson que foi coletada e compilada a partir de uma entrevista concedida na sede do STTR de Apodi.

Quando a gente começou a lutar por terra, por um território camponês, a gente pensava em um modelo diferente para a Agricultura Familiar. A gente pensava em um modelo de vida e não de morte. A luta por terra levou o pessoal a deixar de ser empregado e passou a ser sujeito, dono da terra. A gente durante muito tempo construiu um território camponês na Chapada. O trabalho em mutirão que a gente fazia foi muito educativo. Existem coisas que outros podem considerar pequenas, mas que para nós têm uma importância muito grande.

Um momento que foi muito educativo, também, foi quando a gente deixou de ir para as frentes de trabalho na seca. A gente deixou de ir para a estrada, na frente de trabalho, para trabalhar em mutirão nas nossas hortas. Eram oitenta pessoas. Dava teima, dava briga, dava prosa, dava tudo, mas tudo isto foi educativo. O trabalho em mutirão foi a coisa que educou mais. A luta pela terra foi um processo muito educativo. A gente não queria ser empregado. A gente queria ser sujeito, ser gente! E essa luta para ser sujeito, gente, ela é constante na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Lembro que um dia teve um debate sobre a questão do Perímetro Irrigado. Eu fui sozinho. Todo mundo endeusando e dizendo que seria uma coisa boa, um projeto para desenvolver Apodi. Na época eu disse: “esse projeto vai tirar o povo da terra”. Para mim, tirar a terra do povo é a morte do trabalhador. A terra é a nossa mãe, é a mãe dos meus filhos. A terra que eu trabalho hoje é a terra que meu pai deixou.

O Projeto da Morte que chegou para destruir aquilo que os camponeses construíram. Esse momento tá meio complicado. Nós vivemos um momento importante na Chapada: apesar de tudo, a Chapada demonstra que nem tudo tá perdido. Tem gente que o capital ainda não destruiu, há resistência.

É necessário a gente conversar sobre como iremos tratar a terra daqui para frente. Porque parece que a terra virou negócio. O capital diz que para a gente ganhar dinheiro, a gente tem que matar a terra. O perímetro irrigado foi só para chamar as empresas do agronegócio. A cada dia fica mais claro que esse é o projeto da morte. Mas o capital não vai conseguir matar todo mundo. Tem pessoas que ainda têm a terra como um bem, uma herança para seus netos e filhos.

Dos anos 1980, 1990 para cá, quando a gente estava discutindo a criação de abelhas, de caprinos, as hortas, os PAIS<sup>1</sup>, quantas iniciativas a gente tinha ali! Nós, durante muito tempo, construímos uma vida digna. Não é à toa que o capital veio para a Chapada. O capital não queria aquilo que os camponeses construíram: um território livre dos agrotóxicos e livre da manipulação do capital.

Aconteceram as experiências das hortas, do entreposto de mel, que foi o primeiro do Brasil a ser legalizado, a ter SIF<sup>2</sup>. A gente conseguiu legalizar o entreposto<sup>3</sup>, mas não avançou muito. Hoje, eu vejo que aquele modelo não era para nós. O que é para nós é a resistência que a gente tem até hoje. Mesmo não estando “SIFADO<sup>4</sup>”, você consegue produzir. Produzir 20 tambores de

---

1 Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

2 Serviço de Inspeção Federal

3 De acordo com o Ministério da Agricultura, o Entreposto, no caso de mel, é um estabelecimento que tem por finalidade receber, classificar e industrializar o mel, a cera de abelhas e toda uma série de produtos e subprodutos da apicultura.

4 Termo utilizado em meio aos agricultores familiares e componentes das Assistências Técnicas para designar os

mel, vender sua produção mesmo sem estar “SIFADO”. Isso para mim é muito importante. Você consegue ter uma renda que não é regrada pelo capital. Parece que o que o camponês produz, só pode vender se for legalizado – e legalizado dentro da lógica do capital, mas isso não é verdade.

Hoje penso que os grandes projetos não servem para o campesinato. As grandes obras, a gente não consegue manter por muito tempo. E é isso que o agronegócio quer: é dizer que o camponês não tem como dar conta destas questões – das grandes obras. Isso cada vez mais torna claro que estes grandes projetos não são para o camponês. As grandes obras são para o capital. Ele impõe um modelo que o camponês não tem como dar sustentação. E, quando o camponês consegue, o capital começa a pressionar com uma quantidade de regras, de leis que dificultam a vida do camponês. Aquela ótica daquele negócio não é para o camponês.

A gente não pode negar que as tecnologias sociais deram e dão respostas. As cisternas e uma série de outras coisas são experiências que demonstram a importância destas pequenas ações. A lição que ficou para nós é que nós temos que acreditar nas pequenas coisas, nas pessoas. São pequenas coisas que ajudam o camponês a ficar na terra. Foi no conjunto das pequenas coisas que a gente foi acreditando um no outro.

O principal desafio é juntar gente novamente, para a gente discutir o que a gente vai querer enfrentar, discutir o modelo: saber o que a gente quer mesmo. O desafio é lutar por água e retomar a luta por terra. Ou a gente só vai gritar quando a água acabar, quando a terra não prestar mais e já tiver tudo entregue ao grande capital?

A luta agora não é só contra um patrão. A luta agora é contra um monstro, o grande capital. Ele destrói com veneno e com várias armas. Ele tem estratégias de calar o povo. Neste sentido, precisamos ter a Academia como aliada.

Hoje em dia, quantas pessoas que estavam nos movimentos a gente não encontra mais, por quê? Em muitos locais não se tem mais produção. As pessoas estão indo trabalhar nas empresas. Mas acho que tem muitas pessoas que não vão se entregar. Tem coisa que ele (o grande capital) nunca vai destruir.

Agora o trabalho não é só contra os fazendeiros, a luta está pior porque, além de enfrentar o capital, nós temos que enfrentar o Estado. Hoje a luta é contra política de Estado também.

A gente percebe que sempre precisa começar tudo de novo, sempre. Não só com as mulheres, mas com os jovens e outros. A resposta está no povo. Talvez a gente encontre uma figura ou outra que queira fazer isto. O sindicato, para se manter como liderança, tem que retomar o debate com camponeses e camponesas sobre uma série de temas. E não só o sindicato, mas todas as organizações do campo que caminhem por este campo. É importante uma aproximação com a Academia. Já existem filhos e netos de camponeses na Academia. Essas pessoas devem se aproximar para continuar o debate sobre as questões do campo.

**Apodi-RN, 20 de março de 2020.**

**Francisco Edilson Neto**

(Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi)

**José Edson de Albuquerque Araújo**

(Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e um dos organizadores da presente obra)



# APRESENTAÇÃO

Os convido para nesta leitura embarcar e viajar  
gênero, resistência e cooperativismo, vamos apresentar  
pois é o que estivemos nos juntando para pesquisar  
tendo como centro nossa agricultura familiar  
é a ciência feita, para o mundo melhorar

Na UERN, foi de onde tudo começou,  
CNPq/Edital Universal nº 01/2016,  
foi o recurso que nos possibilitou  
fazer pesquisa em Apodi, que é interior  
investigando realidades de um povo lutador

sementes da resistência, fomos investigar  
Carvalho, Torres e Silva, para comprovar  
que existe um conflito “pras bandas de lá”  
agronegócio e agroecologia no mesmo lugar  
isso é Chapada do Apodi, sobre a qual estamos a falar

Educação Ambiental e a tal da sustentabilidade  
duas coisas importantíssimas para sociedade  
Silva e Torres, assumiram esta responsabilidade  
vendo que o cooperativismo é uma possibilidade  
de contribuir para uma vida boa e de qualidade

Tecnologias Sociais, com fins também ambientais  
Freire, Araújo e Torres, são elas e ele que nos traz  
políticas públicas para semiárido, muito eficaz  
para quem convive com a seca, é quem precisa mais  
com estas ações, sofrimento no campo fica para trás.

Experiências dos quintais produtivos, fomos pesquisar  
Silva's e Torres, Agricultura Familiar de base agroecológica,  
buscaram desvendar sua contribuição para soberania alimentar  
estudo de caso, no Córrego em Apodi, para comprovar  
são ações como estas no local, que o global pode ajudar

Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS  
uma ação que revolucionou comunidades, até demais  
trabalhadores (as), COOPERVIDA e a Petrobras  
Juntos nesta ação, conseguiram resultados bastante eficazes  
é uma pena que esta política pública não exista mais

Discurso poder e resistência, aqui podemos encontrar  
no interior do “Projeto da Morte” sei que já ouviu falar  
Arendt, Bourdieu e Foucault, Santos usou para teorizar  
mostrou que em Apodi, o conflito veio se manifestar  
entre o “projeto da morte” e a agricultura familiar

A Sagrada Teimosia Campesina tem muito para mostrar  
Bezerra, Torres e Araújo foram audaciosos ao investigar  
à luta de um povo, para cultura camponesa preservar  
reconheceu que existe uma força externa que veio atacar  
por isso a teimosia, pois de lá, do Apodi, ninguém vai arredar

Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi, vamos discutir  
sua contribuição para o desenvolvimento sustentável  
daquelas comunidades que desde muito tempo vivem por ali  
foi com o cooperativismo que juntos conseguiram resistir,  
gerando renda e preservando o meio ambiente, assim vão seguir

Um exemplo do Grupo de mulheres “Unidas para Vencer”  
experiência da resistência da mulher do campo, você vai ver  
união de vidas femininas, fez o protagonismo delas aparecer  
lutas diárias, nós pesquisadoras podemos perceber  
no entanto elas provam que o machismo, é possível vencer!

Reconhecimento social das mulheres na agroecologia  
visibilidade às ações femininas que antes se escondiam,  
porém a agroecologia veio contribuir para ação e rebeldia  
mulheres se conscientizando de que a luta é todo dia,  
descobrimo o poder, que elas talvez não sabiam que existia.

Pesquisa com mulheres, investigando a construção da autonomia com os quintais produtivos, a luta se apresenta no dia a dia mulheres alcançando a sua autonomia, que algo as impedia ter seu espaço reconhecido e respeitado isso que sempre merecia ciência e sabedoria despertando na mulher a sua maestria.

Os desafios do acesso à saúde pelas mulheres agricultoras também foi tema desenvolvido por três pesquisadoras investigando o empoderamento de mulheres trabalhadoras as relações de gênero no campo, foi uma ideia motivadora muitas ações que para as mulheres, foram transformadoras.

São doze artigos cada um com sua contribuição para dar temas muito relevantes para o momento em que a gente está muitas realidades com que a ciência precisa se preocupar o que acontece no campo brasileiro, devemos investigar pois é fonte de vida e a nossa comida vem de lá!

**Prof. Katson Fernandes**



# **SEMENTES DA RESISTÊNCIA – AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA NA CHAPADA DO APODI-RN, ENTRE O CONFLITO E A ESPERANÇA**

**RESUMO:** Propomos neste trabalho discutir a luta camponesa frente aos ditames do capital e à imposição do modelo rentista-neoextrativista ao lugar. Para tanto, nosso recorte territorial está relacionado a pesquisas desenvolvidas no território da Chapada do Apodi-RN, entre os anos de 2016-2017. Nossa inserção no campo se deu por intermédio de investigação participante e entrevistas semiestruturadas. Buscamos, em nossas investigações, desvelar os mecanismos coletivos de resistência desenvolvidos pelas populações locais em resposta às investidas das empresas do agronegócio instaladas na região. Discutiremos no decorrer do trabalho a importância da agroecologia como elemento de resistência e permanência dos sujeitos do campo, bem como, faremos apontamentos acerca da natureza do conflito socioambiental que ocorre na região da Chapada do Apodi-RN.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio. Assentamentos Rurais. Recursos Hídricos.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os conflitos por terra são parte indelével da História do Brasil, podendo ser constatados em todos os períodos, inclusive na atualidade. Movimentos de resistência fervilharam por todas as regiões do país, sendo, em boa parte, rechaçados, violentamente, pelo Estado com a auxílio das elites agrárias. Assim ocorreu em Canudos (Bahia), Contestado (Paraná), para demonstrarmos dois casos emblemáticos. Populações inteiras foram dizimadas pelas forças do Estado, compostas por milhares de soldados do exército e das polícias estaduais (MARTINS, 1981). Dessa feita, a resistência camponesa atravessa todos os momentos da história, esse estrato social que se reestrutura e se modifica enquanto classe torna-se progressivamente insubmisso. De acordo com Martins (1981, p. 10), a insubmissão camponesa ocorre

primeiramente contra a dominação pessoal dos fazendeiros e dos coronéis, depois, contra a exploração territoriais efetuadas por grandes proprietários, grileiros e empresários, e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto do seu

trabalho, e na política econômica do estado, que cria e garante as condições dessa sujeição.

As formas de dominação se aperfeiçoam à medida que o capitalismo se reconfigura e avança sobre o campo; na proporção em que o capital reformula suas formas de atuação, o camponês, de seu lado, elabora alternativas de resistência aos ataques cada vez mais insidiosos do capital sobre o campo e o trabalho. O Estado brasileiro, que é o alicerce de sustentação das investidas capitalistas e refém dos ditames do capital, se transforma em um Estado rentista-neoextrativista<sup>5</sup>, como classifica Carvalho (2018).

Na atual fase do capitalismo, os recursos naturais são explorados, sob a lógica da apropriação da natureza e de sua financeirização. O modelo rentista-neoextrativista tem gerado diferentes tensões no campo: ambientais, sociais e econômicas, causando impactos negativos nos territórios onde se localizam (CARVALHO, 2018. p. 32). Os impactos vão desde o conflito fundiário, com a expulsão violenta e compulsória das comunidades locais, ao adoecimento das populações em virtude do uso indiscriminado de agrotóxicos. Some-se a isso a conversão de agricultores livres em trabalhadores assalariados, dobrados aos ditames das relações de trabalho capitalistas: precarizados, subsistentes.

Propomos, portanto, neste trabalho, discutir a luta camponesa frente aos ditames do capital e a imposição do modelo rentista-neoextrativista ao lugar. Para tanto, nosso recorte territorial está relacionado a pesquisas desenvolvidas no território da Chapada do Apodi-RN entre os anos de 2016-2017. Nossa inserção no campo se deu por intermédio de investigação participante e entrevistas semiestruturadas. Buscamos, em nossas investigações, desvelar os mecanismos coletivos de resistência desenvolvidos pelas populações locais em resposta às investidas das empresas do agronegócio instaladas na região. Discutiremos no decorrer do trabalho a importância da agroecologia como elemento de resistência e permanência dos sujeitos do campo, bem como, faremos apontamentos acerca da natureza do conflito socioambiental que ocorre na região da Chapada do Apodi-RN. Para além do campo teórico, abrimos espaço para a fala dos sujeitos da pesquisa, dando oportunidade de voz e posição enquanto agentes ativos nos processos de resistência. Seus depoimentos constam neste artigo com codinomes de aves do sertão.

## **2 AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: SEMENTES QUE FAZEM BROTA A VIDA DO PÓ DO SERTÃO**

Até onde as nossas investigações puderam avançar, podemos afirmar que a agroecologia é umas das características notáveis das práticas socioeconômicas, culturais, identitárias, desenvolvidas nas comunidades rurais e assentamentos pesquisados na Chapada do Apodi. Durante o processo de observação participante, e na condução de entrevistas semiestruturadas com interlocutores de quatro comunidades pesquisadas (Milagres, Moaci Lucena, Portal da Chapada e Baixa Verde 02), constatamos a preocupação dos agricultores em produzir de

---

5 A categoria rentismo-neoestrativismo consiste em um instrumento analítico que permite compreender a configuração de financeirização do campo. As commodities se transformam em ativos financeiros a serem negociados no mercado e bolsa. Água, solo, se transformam em aditivos financeiros.

forma limpa, sem que se recorra ao uso de aditivos químicos - pesticidas, herbicidas, adubos e fertilizantes artificiais, drogas veterinárias, hormônios, antibióticos ou transgênicos. A preservação, conservação e manejo não predatório do meio ambiente são elementos centrais, como se pode constatar nos discursos dos camponeses: “para mim é motivo de orgulho produzir sem veneno e preservar a natureza que alimenta a gente” (ASA BRANCA, 2016).

As práticas produtivas agroecológicas são responsáveis por fazer nascer em meio, ao sertão, a utilização de meios alternativos e sustentáveis de produção, que estão para além da subsistência, e se desenvolvem na cultura local, respeitando o meio ambiente, sem causar danos à diversidade da flora e fauna, sobretudo à vida e ao trabalho humano. É, em essência, um processo de construção coletiva resistente aos ataques do capital ao lugar e às investidas do Estado, que transformam o território em aditivos a serem negociados no mercado.

A categoria agroecologia aparece no Brasil na década de 1970, sendo utilizada, a princípio, como estratégia e instrumento para desenvolver alimentos sem insumos químicos ou provocar impactos irreparáveis ao meio ambiente. Contudo, a agroecologia ganha visibilidade quando a categoria passa a ser discutida como alternativa à agroindústria/agronegócio com seu modelo produtivo nas décadas de 1980 e 1990. O conceito e a prática são incorporados pelos movimentos sociais ligados ao campo e ONGs, consolidando-se com a realização do encontro brasileiro de agricultura alternativa em 1981 (SAQUET, 2014, p. 127). No campo da legalidade, as práticas agroecológicas ganham legitimidade com a promulgação da lei no. 10.821, de 23 de dezembro de 2003, e mais precisamente por meio do decreto de no. 7.794, de 20 de agosto de 2012. Estes dispositivos legais instituem a Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (SANTOS, C.F, et al. 2014, p. 39).

A agroecologia é regida pela ampliação e conservação da biodiversidade, aproveitamento dos componentes biológicos e dos recursos de cada unidade produtiva, controle biológico de pragas, recuperação do solo degradado e sua proteção como o manejo adequado, produção de alimentos sem utilização de insumos químicos, contribuição para a conservação das águas, plantas e animais, aumento da capacidade de uso múltiplo do território, preservação das identidades culturais, tentativa de fortalecer a comercialização direta com o consumidor e mercados locais, além do incentivo de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e a oferta de produtos limpos, isentos de resíduos químicos (SAQUET, 2014). A agroecologia corresponde, portanto, a um amplo conjunto de “arranjos socioeconômicos recentes ou tradicionais. A produção agrícola nesses contextos é obtida com o uso predominante de recursos endógenos, que propiciam baixo impacto ambiental e, reduzido custo energético” (SANTOS; CHALUB-MARTINS, 2012, p. 473).

A agricultura familiar agroecológica se apresenta como importante setor produtivo para o país e garante a segurança alimentar do Brasil. De acordo com Wanderley (2015, p. 33), analisando o Senso Agropecuário de 2014, a agricultura familiar teria sido responsável pela produção de 87% da produção de mandioca; 70% do feijão; 58% do leite; 46% do milho; 38% do café; 34% do arroz, bem como, de 59% do rebanho de suínos; 50% dos efetivos avícolas e 30% do gado bovino. A agricultura familiar agroecológica não pode ser considerada incompatível com o desenvolvimento agrícola, ou, como aponta o discurso de deslegitimação do capital, rudimentar e atrasada em relação aos modos de produção de agronegócio e fora do contexto de mercado. Deve-se observar a importância da agricultura familiar apoiada em práticas agroecológicas a nível nacional na produção de alimentos essenciais voltados para o mercado local e para a segurança alimentar.

A importância da agricultura familiar ganha força, atualmente com a Agenda 2030, lançada em 2015 pelos Estados-membros das Organizações das Nações Unidas (ONU), na qual foram instituídos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A meta 2.4 do objetivo 2, “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, destaca os sistemas alimentares sustentáveis, visando, até o ano de 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e imple-

mentar práticas agrícolas vigorosas, que possam aumentar a produtividade e a produção, e “que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudança do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo” (ONU, 2015).

No Brasil, o incentivo a agroecologia eclodiu em paralelo à consolidação dos assentamentos rurais por nós investigados, surgiu em simbiose e se desenvolveu simultaneamente na região. A agricultura familiar e a agroecologia coexistem nas comunidades rurais da Chapada do Apodi, assim antes de ser uma recomendação da ONU, a prática dos sistemas alimentares sustentáveis já era o modelo de produção das famílias assentadas na Chapada do Apodi. Nessa direção, configurando-se como um dos pilares das práticas socioeconômicas da região, a agroecologia é um conceito fundamental, adotado pelas comunidades como instrumento de vida, incorporado nas práticas cotidianas, fazendo, portando, parte da cultura das comunidades rurais que adotam as práticas agroecológicas como um elemento fundamental de enraizamento social. Dessa forma, as comunidades rurais da Chapada do Apodi desenvolvem práticas produtivas agroecológicas pois, “a agroecologia é entendida como um processo de aplicação prática de conceitos ecológicos no manejo de agroecossistemas, no intuito de gerar menos impactos negativos ambientais e sociais, e diminuir o uso de insumos externos a cada estabelecimento rural” (SAQUET, 2014, p. 127). Ao desenvolver práticas agroecológicas, o agricultor familiar,

produz para alimentação familiar, mas também vende o excedente e cultiva produtos exclusivamente para o mercado, com distintas técnicas e tecnologias; centra as atividades produtivas no trabalho da família sem o intuito de valorizar o capital e sua acumulação, concretizando um estilo de vida com uma sociabilidade territorializada, preferencialmente em nível local e vinculadas ao lugar. Há assim, temporalidades e territorialidades singulares à vida no campo. (SAQUET, 2014, p. 130)

A agroecologia, incrementada pelo associativismo e o cooperativismo, incorpora-se à vida cotidiana dos atores, promovendo o fortalecimento das identidades locais e auxiliando na permanência das famílias no campo com incentivo do manejo e uso sustentável dos solos. Além disso, promove a conservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a independência do pequeno agricultor que comercializa seus produtos, em uma política de inclusão social e econômica que se apresenta como alternativa à necessidade da venda da força de trabalho e a produção a terceiros, colocando o agricultor familiar como ator dos processos que desenvolve. Dessa maneira, a expansão da agroecologia é vista como uma alavanca para a emancipação social dos pequenos agricultores (SANTOS; CHALUB-MARTINS, 2012, p. 473).

Práticas agroecológicas são desenvolvidas em todas as comunidades pesquisadas. Os quintais produtivos são responsáveis por produzir frutas, verduras e hortaliças para o consumo dos assentados, caracterizando uma forma de segurança alimentar, e o excedente é comercializado na feira da agricultura familiar de Apodi - praticamente todas as comunidades pesquisadas tem ao menos um feirante<sup>6</sup>. Os produtos são adquiridos por compradores diversos, do campo e da cidade. As cooperativas facilitam a distribuição da produção dos assenta-

---

<sup>6</sup> É importante salientar o termo excedente que aqui utilizamos não diz respeito ao seu uso tradicional que comumente se vincula a grandes proporções produtivas em que o excedente em questão é o responsável pelo lucro. O termo excedente aqui utilizado deve ser entendido como uma das formas de geração de renda, contudo, o essencial é a garantia da alimentação da unidade familiar.

dos. Os quintais produtivos, além de representar uma fonte de renda e segurança alimentar, é instrumento de fortalecimento das práticas agroecológicas, tendo em vista a reutilização da água das residências, o não uso de veneno, uma vez que se localizam dentro das áreas de moradia. Dessa forma, as práticas agroecológicas começam de fato no quintal dos agricultores, este serve de embrião, e passam a ser implementadas nos demais setores produtivos.

A feira da agricultura familiar (Figura 1), que ocorre aos sábados na feira livre do município de Apodi, ilustra a definição das práticas comerciais que os agricultores da Chapada do Apodi desenvolvem segundo a definição anterior. Os produtos agrícolas e o excedente produtivo são comercializados na feira livre com o diferencial da produção agroecológica que dispensa o uso de insumos químicos e coloca à disposição da sociedade local a possibilidade de consumir produtos orgânicos que não oferecem risco a saúde, tanto do homem quanto da terra, e que são produzidos atendendo as exigências das práticas agroecológicas nos quintais produtivos ou nas plantações tradicionais. A circulação econômica coloca os produtores rurais como sujeitos ativos, inseridos em uma lógica mercantil cooperativa e associativa, diferenciada da lógica do mercado capitalista competitivo e explorador. “Por sábado, estimamos que a feira da agricultura familiar de Apodi movimente em torno de 10 a 17 mil reais”, afirma um dos nossos interlocutores do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA/Apodi).

Figura 1: feira da agricultura familiar de Apodi



Fonte: acervo da pesquisa, 2016

### **3 A NATUREZA DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA CHAPADA DO APODI/RN E OS ELEMENTOS DE RESISTÊNCIA**

Para reflexão acerca do conflito, apoiamo-nos em Simmel, Morais Filho (Org.) (1983, p. 122), que nos serviu de fio condutor para nossas discussões. Concordamos com o autor quando este afirma que o conflito social está destinado a resolver dualismos divergentes; sendo o conflito um modo de conseguir algum tipo de unidade, sociabilidade, diálogo. O conflito, nessa perspectiva, é um elemento de aglutinação de sujeitos, uma vez que é uma força capaz de unificar.

Tratamos em nossa investigação de relações antagônicas entre unidades de produção, e de convivência com o mundo, distintas: agricultura familiar agroecológica e o agronegócio. Os agricultores familiares constroem sua luta, historicamente constituída, de forma associativa, horizontal, para manter-se produzindo de acordo com a lógica e o tempo locais. No outro âmbito, em contraposição, impõe-se de maneira vertical um modo de produção ligado ao mercado rentista-neoextrativista global exportador que o agronegócio representa. É dentro dessa perspectiva dual que a disputa na Chapada do Apodi se dá. A disputa ocorre, de um lado, em defesa das potencialidades locais, e a resistência se levanta contra o desmantelamento deste modelo. Por outro, contra a proposta de esfacelamento, silenciamento, derrocada, das formas de organização locais e a transformação do espaço comunitário, associativo e cooperativo em um ambiente de competição, subemprego e degradação ambiental.

Sabendo-se que o agronegócio está associado ao grande capital explorador, o território da chapada do Apodi é atrativo para estes empreendimentos, por concentrar terra de boa qualidade e em vasta extensão<sup>7</sup>, água em abundância, tendo em vista que a região se localiza no centro de um aquífero com água de boa qualidade e em quantidade considerável. Some-se a isso o domínio do agronegócio, que se potencializa com o auxílio do Estado por meio de concessões, de uma mão de obra barata, em consequências das limitações impostas pelas condições climáticas e econômicas aos agricultores, estes elementos incrementam o ambiente conflitante por nós analisado. O agronegócio transforma a terra e natureza em ativos financeiros a serem comercializados no mercado global.

Dessa forma, o conflito é um instrumento de unificação para a luta contra as investidas do agronegócio e do capital, o conflito faz nascer a semente da resistência, do associativismo e da cooperação. A imposição de relações conflitantes, portanto, exige que os envolvidos encontrem condições para que a batalha seja travada em unidade. As relações conflituosas produzem a aproximação dos sujeitos, enquanto instrumento unificador, atores, mesmo em suas particularidades, tomam consciência da necessidade de articulação e unificação em torno de um problema comum. O território se coloca como unidade investigativa fundamental tendo em vista que é nele que se manifestam as estratégias de defesa.

De acordo com Souza Filho *et al* (2015, p.12), “o território é o campo de batalha que explicita relações de poder assimétricas”. As comunidades rurais, por sua vez, recorrem a estratégias plurais de resistência tendo em vista que para

os envolvidos o conflito se mostra como um meio na busca de processos mais democráticos de engajamento do território, ocasião de dar visibilidade no debate sobre e gestão das águas, dos solos, da biodiversidade aos distintos atores sociais que requisitam aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos. (Acserald, 2004, p. 11)

O conflito torna-se evidente quando os agentes do agronegócio impõem aos sujeitos locais discursos e práticas sociais que “buscam negar a diversidade e mercantilizar os sujeitos,

---

7 Para fins de esclarecimento, quando nos referimos a vastas extensões de terra, fazemos alusão a propriedades rurais antes utilizadas para o cultivo do algodão, cultura agrícola essa que predominou na região da Chapada do Apodi-RN até sua falência em virtude das intempéries do clima, “pestes” e de crises econômicas. Estas propriedades se tornaram improdutivas, algumas se transformaram em assentamentos rurais como resultado das lutas dos agricultores, outras permaneceram estagnadas. O agronegócio se apropria dessas terras, fazendo renascer, de forma repaginada, os latifúndios que antes predominavam na região, o algodão é substituído pela fruticultura irrigada.-

recursos, territórios e natureza, para impor o seu valor de troca: de lucros e benesses para uns, de perdas, destruição e marginalização para outros” (SOUZA FILHO *et al*, 2015, p.12). De acordo com Acserald (2004, p. 45),

os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando, pelo menos um dos atores tem na continuidade das formas sociais de apropriação do meio em que desenvolvem suas atividades ameaçadas por impactos indesejáveis e desestruturantes.

A natureza do conflito socioambiental na Chapada do Apodi convida os sujeitos a ação em coletividade, pois

os sujeitos da questão ambiental que têm se constituído nas últimas duas décadas são sujeitos coletivos, que não têm existência individual ou atomizada, mas que se afirmam por meio da sua existência coletiva, politizando a vida cotidiana e trazendo a complexidade de elementos para o campo de significação da questão ambiental. (Fleury *et al*, 2013, p. 69)

De acordo com Fleury, Cândido e Almeida (2013, p. 65),

em cada configuração de desenvolvimento tende-se a encontrar modalidades específicas de conflitos ambientais dominantes, mas que, regra geral, a concentração de posse sobre o elemento da base material da sociedade por meio de grandes projetos de apropriação do espaço e do ambiente tem efeitos de desestruturação de ecossistemas ao mesmo tempo em que concentra produtores, populações deslocados compulsórios em terras exíguas.

O embate em discussão se configura como um conflito socioambiental em virtude do modelo de exploração proposto pelo agronegócio, em essência, predatório. A negação ao agronegócio pelos agricultores se inicia com a perspectiva da defesa de permanecer no lugar e nele continuar produzindo de acordo com o ritmo e as concepções de produção localmente concebidas, isto entendido como instrumento de resistência: dizer não, contrariar os discursos oficiais, se colocar contra os grandes empreendimentos do capital tornam a resistência necessária. De acordo com Pinto *et al* (2014, p. 272-281), “os conflitos socioambientais se instalam quando as formas de uso e apropriação de um território são comprometidas por determinados agentes ou grupos de agentes sociais, provocando, dentro desse território, a constituição de movimentos de resistência”. Também “ocorrem quando estão envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, quando pelos menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio”. Ao assumir a relação conflitante em defesa da agricultura familiar agroecológica, as comunidades rurais da Chapada do Apodi investem contra um modelo de exploração dos recursos naturais adotados pelo agronegócio que não respeita as necessidades de renovação dos recursos naturais, tampouco as formas de organização social e convivência com o meio ambiente.

O conflito na Chapada do Apodi envolve elementos compatíveis com os salientados por Shiva (2015, p. 174), a exemplo: conflito pelo uso da água dos rios e do lençol freático, conflito de classes, o empobrecimento de um campesinato já pobre, o uso da mecanização

que causa desemprego, o declínio na rentabilidade da agricultura moderna etc. Dentro desse contexto, vários elementos de resistência por parte das comunidades vão sendo desenhadas e desenvolvidas, por meio de estratégias plurais e de agentes diversos. A resistência se coloca, dessa forma, como uma possibilidade.

Dentro do arcabouço das estratégias de resistência, o associativismo e cooperativismo, categorias ligadas a pequenos produtores, são, em essência, movimentos de resistência. É sabido que a agricultura familiar esteve, historicamente, presente nos movimentos de resistência, quase sempre ocupando espaços marginais de participação. O cooperativismo e o associativismo inserem a agricultura familiar, por meio da sua organização, em um novo processo de gestão pública em curso no Brasil, nos níveis municipal, estadual e federal (DUARTE, WEHRMANN, 2006, p. 13). A resistência no âmbito da agricultura familiar se dá de forma horizontal por tratar-se, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante as solidariedades horizontais, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural (SANTOS, 2006, 2007, 2015). Os elementos que enraízam essas relações horizontais são o associativismo e as relações de proximidade constituídas entre as comunidades, o incentivo à participação, as iniciativas de fortalecimento da democracia. Ações que, incentivadas desde o princípio das mesmas, proporcionam estratégias plurais de resistência e promovem a permanência dos sujeitos no lugar (CARVALHO, 2017).

Nesse sentido, a semente da resistência germina na Chapada do Apodi, sendo a agricultura familiar e a agroecologia, o associativismo e o cooperativismo, seus principais vetores. Embora os embates não ganhem o conhecimento público, uma vez que o discurso oficial reconfigura as conflitualidades de modo que os vencedores sejam os que se encontram em melhores condições, e as condições estão relacionadas ao domínio dos recursos econômicos e políticos por parte do agronegócio, os pequenos agricultores resistem, permanecem em suas localidades. De forma horizontal, propositiva e coletiva, elaboram estratégias plurais de resistência. A rede associativa possibilita a comunicação entre os sujeitos, e o conflito impulsiona a junção e a sociabilidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Feitos os apontamentos, estabelecido esse recorte teórico-empírico de um caso específico de comunidades encravadas no Sertão do Apodi-RN, mais especificamente na Chapada do Apodi, podemos concluir que os modelos de organização construídos historicamente na região levantam-se em resistência na defesa de sua lógica produtiva e das vivências sociais delas derivadas. A resistência se evidencia na recusa dos camponeses em abandonar as localidades conquistadas nos processos de lutas e na insistência de manter viva as práticas agroecológicas apesar das investidas cada vez mais insidiosas do capital, as intempéries do clima e a negação de políticas públicas.

O conflito que se estabelece, que optamos por classificar como um conflito socioambiental, tem provocado a unificação horizontal dos camponeses, uma vez que o problema se estende envolvendo um contingentes cada vez maiores, atores se unificam em torno de causas únicas, de elementos em comum: manter-se no lugar, produzir de maneira agroecológica, resistir ao modo de produção capitalista que devasta a terra, a água e o homem.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri (Org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heirinch Booll, 2004.

CARVALHO, Alba Pinho; MILANEZ, Bruno; Guerra, Elaine. Rentismo-neo-xtratativismo: a inserção dependente do Brasil nos processos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: Rigotto, Raquel Maria; Aguiar, Ada Cristina Pontes; Ribeiro, Lívia Alves Dias (Orgs.). **TRAMAS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, p. 19-57, 2018.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. **Do Pó do Sertão ao “Oasis da Nova Era”**: Agricultura Familiar e Agronegócio na Chapado do Apodi, RN. Mossoró, Dissertação (Mestrado) – UERN, 2017.

FLEURY, Lorena Cândido, ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, 16 (35), 34-82, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <Disponível em: <https://bit.ly/2vsiWQq> >. Acesso em: 14 nov. 2019.

PINTO, M. F., NASCIMENTO, J. L. J. do; BRINGEL, P. C. F.; MEIRELES, A. J. de A. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? **Gaia Scientia**, 8(2), 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/article/view/22721>

DUARTE, Laura Maria Goulart; WERHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**. Brasília, Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6, n. 23, p. 13-28, 2006.

SANTOS, Fernando Passos dos; CHALUB-MARTINS, Leila. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e Pesquisa**, 38(2), 469-484. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000008>

SANTOS, Christiane Fernandes dos; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAÚJO, Iriane Teresa de; MAIA, Zildenice Matias Guedes. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, 17 (2), 33-52, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 8. Reimp. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. Agricultura Camponesa e Práticas (Agro)Ecológicas. Abordagem Territorial Histórico-Crítica, Relacional e Pluridimensional. *Mercator*. v. 13, n. 2, p. 125-143, 2014. doi: 10.4215/RM2014.1302. 0009

SHIVA, Vandana. **A violência da Revolução Verde**: agricultura, ecologia e política do Terceiro Mundo. Tradução de Luís Humberto Teixeira. Lisboa: Ed. Mahatma, 2015.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, Evaristo (Org.) **Simmel**. São Paulo: Editora Ática, p. 122-134, 1983.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; JOCA, Priscylla Monteiro; OLIVEIRA, Assis da Costa; MILÉO, Bruno Alberto Paracampo; ARAÚJO, Eduardo Fernandes de; MOREIRA, Erika Macedo Moreira; QUITANS, Mariana Trotta Dallalana (Orgs.). Ararekolê – Introdução: Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; JOCA, Priscylla Monteiro; OLIVEIRA, Assis da Costa; MILÉO, Bruno Alberto Paracampo; ARAÚJO, Eduardo Fernandes de; MOREIRA, Erika Macedo Moreira; QUITANS, Mariana Trotta Dallalana (Orgs.). **Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflitos socioambientais**. Brasília: IPDMS, p. 12-13, 2015. Disponível em: < <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/l3L00001.pdf>>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52 (Supl. 1), 25-44, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

# ***SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE UMA COOPERATIVA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR***

**RESUMO:** O trabalho teve como objetivo identificar como a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI) atua em processos formativos direcionados à educação ambiental e práticas sustentáveis junto aos agricultores cooperados. Para a obtenção dos dados da pesquisa, utilizou-se da entrevista semiestruturada, visando identificar de forma detalhada o sentido e o significado atribuídos pelos agricultores familiares quanto à relação entre educação ambiental e sustentabilidade na agricultura familiar. O estudo revelou que a temática ambiental não é vivenciada por meio de formações que possam direcionar os agricultores a introduzirem a temática em sua ambiência de forma intencional; no entanto, os agricultores vivenciam a educação ambiental por meio de suas práticas diárias de cultivo. Ainda, os agricultores veem a cooperativa como facilitadora de práticas sustentáveis, visto que a cooperativa auxilia nas tarefas de orientar os agricultores no cultivo orgânico e fiscalização, mediante o mal uso de algum recurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia. Cooperativa Rural. Práticas Sustentáveis.

## ***1 INTRODUÇÃO***

As atividades agrícolas, como as demais atividades produtivas, são geradoras de impactos. Tornam-se, por vezes, irreversíveis os danos ambientais causados pela produção agrícola que maneja os recursos naturais de forma errônea. No entanto, acredita-se que com o acesso, pelo agricultor, a informações que possam auxiliar no manejo eficiente dos recursos naturais, esse cenário de degradação pode ser amenizado.

Barreto (2007) lembra que o manejo agrícola se caracteriza pela criação de agroecossistemas, o que consiste no sistema de cultivo com base no domínio dos sistemas naturais. Com isso, dada a “proximidade entre o agricultor e o meio natural, é importante conhecer a percepção que ele possui diante desse meio e de questões ambientais que se relacionam diretamente com sua atividade produtiva” (Barreto, 2007, p. 19).

Contudo, as discussões direcionadas à inclusão da Educação Ambiental (EA) no campo ainda são superficiais e incipientes. A aplicação do conceito de sustentabilidade na agricultura familiar implica se pensar na criação e no aperfeiçoamento de modelos de produção cada vez mais sustentáveis. Afinal, mesmo sendo a agricultura familiar detentora de práticas sustentáveis, como o reúso de água, as práticas da silagem e compostagem, entre outras, há a necessidade de introdução de pelo menos dois novos conceitos: a sustentabilidade estrutural, relacionada ao controle pelos agricultores ou agentes do trabalho agrícola sobre os recursos fundamentais a sua produção; e o conceito de sustentabilidade conjuntural, que diz respeito ao uso dos recursos existentes e a relação desses com os sistemas de produção e o ambiente, de um modo geral (Azevedo, 2002).

A carência de práticas ambientais sustentáveis no cenário agrícola familiar empobrece não só o simbolismo ambiental da ruralidade, mas também o crescimento social local, abrindo ainda mais espaços para as disparidades econômicas do setor, privando a agricultura familiar de promover o desenvolvimento sustentável. Como isso, este trabalho se propõe a identificar como a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI) atua em processos formativos direcionados à educação ambiental e práticas sustentáveis junto aos agricultores cooperados.

## **2 METODOLOGIA**

O método qualitativo foi o mais adequado para esta pesquisa, por se buscar informações de agricultores familiares, viabilizando identificar de forma detalhada o sentido e o significado atribuídos por eles à relação entre educação ambiental e sustentabilidade na agricultura familiar. A pesquisa de caráter descritivo foi desenvolvida no âmbito da COOPAPI, localizada no município de Apodi, Rio Grande do Norte, e delimitou-se, intencionalmente, a investigar somente a COOPAPI, referência na prática de agricultura familiar no RN.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 15 agricultores cooperados, partindo de um universo de 206 agricultores cooperados, sem distinção de gênero, incluindo-se gestores da própria COOPAPI. Destaca-se que, dos 15 agricultores entrevistados, 14 residiam no Sítio Córrego e apenas um dos agricultores era do Assentamento Milagre. Contudo, essa não foi uma escolha pré-estabelecida pela pesquisa, pois a maioria das entrevistas se realizou no Sítio Córrego, sendo que o presidente da cooperativa foi entrevistado em Apodi. Para tanto, estabeleceu-se como critério de seleção dos sujeitos o fato de que fossem legalmente cooperados e desenvolvessem suas atividades agrícolas com o apoio da COOPAPI.

Utilizou-se, como base, um roteiro de entrevistas semiestruturado, contendo 10 questões, com a intenção de se fazer a caracterização dos agricultores cooperados, identificar seu perfil técnico e histórico e a descrição das práticas sustentáveis dos agricultores cooperados. Os dados coletados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977; Bauer, 1989), classificando em categorias os significados similares. Assim, ao analisar de forma fragmentada todas as respostas dos agricultores, buscou-se identificar regularidades nos discursos.

Com isso, foram analisados quesitos e pontos subjetivos obtidos com as respostas das entrevistas semiestruturadas por meio da análise interpretativa, em que se observam as respostas interpretando-as por conceitos e palavras-chave adotados pela pesquisa, destacando-se pontos relevantes e transcrevendo-se algumas respostas, quando necessário, confrontando as afirmações dos entrevistados com os dados da pesquisa bibliográfica. Para auxiliar a operacionalização dessas análises qualitativas, utilizou-se o Software NVivo®, em que se codificaram as respostas dos 15 agricultores, tecendo o que o software denomina de “Nós”, sendo estes os resultados ou palavras que geraram as “Nuvem de Palavras”, apontando as mais frequentes dos nós.

### **3 CONSTRUTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**

A Educação Ambiental inserida na agricultura familiar “direcionada ao desenvolvimento sustentável, é, incluir atores sociais presentes no campo em movimentos que promovam uma nova ressignificação dos homens do campo” (Dias; Dias, 2017, p. 169). Finatto e Salamoni (2008) consideram que, ao se tratar da temática ambiental no meio rural, faz-se necessário destacar os processos de degradação que recebem um peso maior, tais como: a destruição de florestas nativas para desenvolvimento de atividades agropecuárias; o desmatamento feito de forma indiscriminada e em grande escala; o uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos; e o perigoso aumento das concentrações de poluentes em águas de superfície e lençóis freáticos.

Não obstante, sabe-se que, na produção agrícola familiar, em sua maioria, os pequenos agricultores não se utilizam de grandes recursos, como maquinário ou contratação de mão-de-obra, já que a produção é, quase sempre, destinada ao consumo próprio. Ao retratarem a inserção da EA na agricultura familiar, Finatto e Salamoni (2008) afirmam que a convivência em cooperativas, grupos escolares, atividades de associação de moradores, entre outras organizações sociais, torna possível a criação de estratégias de cultivo e de ampliação da renda, partindo sempre da divulgação de informações para obtenção de um conceito ou elaboração de questões sobre EA.

A Educação Ambiental desenvolvida na agricultura familiar apresenta características e necessidades específicas diante do cenário rural. Na esfera formativa, por exemplo, os agricultores precisam “ser considerados como segmentos sociais que trazem consigo grande riqueza de conhecimento sobre os sistemas de produção de alimentos e de conservação do meio ambiente” (Bernal; Martins, 2015, p. 15). O conhecimento produzido no campo traz consigo técnicas, saberes e métodos que já se eternizaram e foram aperfeiçoados por gerações, destacando-se “as diversas tradições culturais e modos de produção e manejo ambiental praticados no Brasil” (Bernal; Martins, 2015, p. 15).

No âmbito regional, Barbosa e Santos (2015) consideram a EA como um processo importante para a convivência dos agricultores no semiárido brasileiro, tendo em vista as particularidades geográficas e climáticas desse território, que acabam por exigir de seus nativos a descoberta de práticas que os auxiliem no manejo mais adequado dos recursos naturais. O semiárido brasileiro é composto por 8 estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e pelo Norte do Estado de Minas Gerais, sendo distribuído por 1.135 municípios, totalizando uma extensão territorial de 980.133,079 km, correspondendo a 56,46% do território da região Nordeste e 11,09% da região Sudeste (Medeiros *et al.*, 2012).

Nos dias atuais, tem-se uma nova perspectiva para o desenvolvimento do semiárido do Nordeste, com uma concepção pautada no princípio de convivência com o ecossistema em que se está inserido. E essa concepção se orienta para o desenvolvimento sustentável, buscando uma maior compreensão sobre o clima e a vegetação, visando soluções que possam desenvolver novas tecnologias capazes de contribuir com as condições ambientais da região (Alves, 2013).

Para Baptista e Campos (2013), pensar sobre a Educação Ambiental no âmbito do semiárido é uma necessidade. Afinal, ela pode ser trabalhada na escola, utilizando-se da produção de conhecimentos que partem da realidade local, por meio dos processos de assistência técnica às comunidades, com o intuito de garantir maior qualidade de vida à população. Deste modo, poderá se priorizar uma boa relação entre os indivíduos e os recursos naturais, tanto no uso racional das águas, por exemplo, quanto na introdução dos princípios agroecológicos no manejo dos solos produtivos.

Silva, Rodriguez e Meireles (2011) salientam que os principais problemas do Semiárido vão além da seca, destacando a segurança alimentar, o colapso ambiental e o despreendimento da identidade local da região. Apontam, também, que os principais eixos de ações que solucionariam esses problemas consistem na diversidade, na necessidade de se conviver com a realidade do semiárido e com o vasto leque de atividades produtivas que a região oferece. Ressaltam, ainda, a necessidade de articulação para o desenvolvimento sustentável, o planejamento ambiental e territorial e a gestão de recursos hídricos e do solo, que também são desafios para as avaliações de caráter científico.

A cidade de Apodi, localizada na mesorregião do oeste potiguar, tem sua população estimada em 34.763 habitantes, sendo que 50% destes são residentes da zona urbana e 50%, da zona rural do município. Dessa porcentagem de 50% da zona rural, a maior parte é composta por agricultores familiares, homens e mulheres que se dedicam à produção de alimentos para o próprio consumo e para a comercialização (Lourenço *et al.*, 2012).

Fernandes (2010) destaca que, em Apodi, o desenvolvimento local é baseado na agricultura familiar, que é intermediada pelas organizações sociais fundadas pelos agricultores familiares; com isso, além das associações comunitárias, o cooperativismo também é muito presente e forte na cidade. No campo da temática ambiental, as cooperativas e associações são as principais incentivadoras, atuando no desenvolvimento de “um trabalho consciente, em que a maioria dos cooperados busca a produção de forma orgânica, respeitando o meio ambiente”. Deste modo, para que não haja o comprometimento da produção, “tendo em vista que o principal diferencial dos produtos é a sua organicidade”, as cooperativas e associações comunitárias estão sempre engajadas em despertar, nos agricultores, a preocupação com a preservação ambiental e com a importância da agroecologia nos processos produtivos da agricultura familiar do município (Fernandes, 2010, p. 12).

Entretanto, compreender a agricultura requer também a compreensão de sua sustentabilidade. Para Cavalcanti (1998, p. 161), sustentabilidade diz respeito à “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”. O conceito de sustentabilidade começou a surgir na década de 1960, a partir das primeiras discussões mundiais sobre meio ambiente e com os questionamentos referentes aos modelos de desenvolvimento que se preocupavam somente com o crescimento econômico e com inovações para os sistemas de produção.

Chambers e Conway (1992) dividem a sustentabilidade em dois grupos: ambiental e social. A sustentabilidade ambiental consiste na preservação ou aprimoramento da base dos recursos produtivos, pensando nas gerações futuras; por sua vez, a social se refere à qualidade de vida do ser humano, sendo as duas indissociáveis, pois a sustentabilidade ambiental é um complemento para a sustentabilidade social.

Na conjuntura da agricultura, Costa (2010, p. 70) considera que “a agricultura sustentável tem provado ser um conceito, teoricamente, de uma extrema complexidade e ambiguidade, enquanto que na prática pode ser implementado apenas gradualmente e através de uma série de condições e compromissos”. É impossível ter certeza se uma determinada prática, de fato, pode ser definida como sustentável, ou mesmo se um determinado conjunto de práticas pode ser constituído em sustentabilidade (Gliessman, 2000).

Cunha *et al.* (2012) salientam que há pelo menos duas linhas de pensamento quando se trata da aplicação da sustentabilidade na agricultura: a primeira delas objetiva o incentivo à adoção de práticas alternativas que sejam aplicadas ao cultivo e manejo agrícola; e a segunda vem elucidar a sustentabilidade como a capacidade para que as metas sejam alcançadas, orientando a agricultura a permanecer contínua diante das mudanças ambientais. Ehlers (1994), por seu turno, salienta que a agricultura sustentável é, na verdade, uma forma de pensar, podendo ser considerada uma filosofia. Com isso, o autor quis dizer que a agricultura sustentável não é uma metodologia ou prática agrícola que seja facilmente definida.

Discussões sobre o papel da agricultura familiar vêm sendo cada vez mais exploradas por meio de debates que têm como foco o desenvolvimento sustentável, além da geração de emprego, de renda e da segurança alimentar. Ainda, faz-se necessário “resgatar a dívida social com a agricultora familiar em decorrência da agricultura moderna” (Gomes, 2004, p. 01).

A produção agroecológica que vem se desenvolvendo nas pequenas propriedades do território do semiárido nordestino, por exemplo, tem se destacado por ser uma atividade que motiva agricultores familiares a investirem mais em qualificação e manutenção de práticas sustentáveis do que o manejo agroecológico oportuniza. Nessa perspectiva, a agricultura familiar praticada no sertão nordestino vem propiciando uma relação harmoniosa entre o homem e o meio natural. Com isso, a prática da agroecologia no semiárido é consolidada “na medida em que os agricultores familiares nutrem-se de uma visão mais aprofundada de sua relação com o meio”, e assim, aliando os conceitos e métodos agroecológicos à sabedoria e experiência dos agricultores, as práticas sustentáveis vêm-se estabelecendo nas atividades agrícolas familiares (Brasileiro, 2009, p. 09).

Em meio ao cenário nordestino, Dantas *et al.* (2007) apontam a zona rural do município de Apodi/RN, que se destaca pelo desenvolvimento de práticas sustentáveis em várias atividades da agricultura familiar. A apicultura, por exemplo, é uma atividade rentável para a região, cuja produção não se restringe somente ao mel de abelha, mas dá origem também ao pólen, própolis, geleia, cera e veneno. Além do seu papel social em fomentar a renda para o homem no campo, a atividade apícola desenvolve no apicultor o cuidado ambiental, traduzido nas boas práticas de manejo das colmeias e das abelhas.

Nas comunidades rurais do município de Apodi/RN, as atividades de agricultores familiares promovem uma agricultura em que há respeito e cuidado do homem na relação à natureza. A produção de forma diversificada vem garantindo a segurança alimentar e nutricional, fortalecendo a agroecologia na região, que é beneficiada com produtos livres de agrotóxicos (Dantas *et al.*, 2007).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No contexto da Educação Ambiental, a pesquisa revelou que o presidente e o tesoureiro da COOPAPI participaram de formações que traziam a EA como tema. O presidente afirmou, no entanto, que a cooperativa nunca promoveu nenhum curso diretamente voltado para a discussão da EA, muito embora já tenham discutido sobre as questões ambientais em reuniões e palestras. Questionados se sabiam o que significava EA, poucos agricultores afirmaram não saber do que se tratava, arriscando dizer que é: “ser educado com a natureza” (Agricultor Cooperado 01) e “respeitar a natureza” (Agricultor Cooperado 02). Nas palavras do tesoureiro:

Educação ambiental é quando a gente preserva a nossa mãe terra, não só onde você mora, mas preserva onde estiver, você tem que preservar o meio ambiente. Se você usar um copo descartável, é interessante que você não jogue fora, é preservar onde você estiver. Não queimar lixo, se você chegar lá fora em outro município e a pessoa estiver queimando sem precisão, é importante que você procure uma maneira que você diga: por que você está queimando? Qual o objetivo? Às vezes, a pessoa está queimando porque não tem conhecimento, quanto mais conhecimento melhor (Agricultor Cooperado 03, 2018).

Outros agricultores vincularam a EA à ação de não jogar lixo em qualquer espaço, mas procurar a destinação correta para cada resíduo e, principalmente, não fazer queimadas de lixo. Para um dos agricultores, EA “é cuidar bem do nosso meio, dos nossos recursos físicos, cuidar das nossas nascentes, é uma questão de se reeducar em pequenos gestos, papel, copos descartáveis

que jogamos no meio da rua, acho que educação ambiental é melhorar mais isso” (Agricultor Cooperado 04).

Nesse mesmo contexto, uma agricultora afirmou que EA “é quando a gente trabalha respeitando nosso solo, nosso ar, trabalha de forma que esteja sempre preocupado com as questões ambientais, como as queimadas que geram fumaça, o lixo que vai prejudicar o solo” (Agricultor Cooperado 05). Finatto e Salamoni (2008) consideram que, ao se tratar da temática ambiental no meio rural, faz-se necessário destacar os processos de degradação que recebem um peso maior, tais como: a destruição de florestas nativas para desenvolvimento de atividades agropecuárias; o desmatamento feito de forma indiscriminada e em grande escala; o uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos; e o perigoso aumento das concentrações de poluentes em águas de superfície e lençóis freáticos.

Perguntados se praticavam EA em suas atividades agrícolas, alguns tiveram dúvidas em responder, mas outros entrevistados afirmaram que a praticavam. Aqueles que tiveram dúvidas em responder afirmaram que talvez praticassem por produzirem orgânicos e não utilizarem agrotóxicos. Já os que disseram praticar expuseram a economia de água e reaproveitamento de alimentos como práticas. Outros agricultores responderam que praticam por meio dos quintais produtivos, por estarem inseridos na agricultura familiar e produzirem alimentos orgânicos, o que os deixam mais cientes dos cuidados que precisam ter com os recursos naturais. Dias e Dias (2017, p. 169) complementam que a EA inserida na agricultura familiar “direcionada ao desenvolvimento sustentável, é, incluir estes atores sociais presentes no campo em movimentos que promovam uma nova resignificação dos homens do campo”.

Os agricultores foram também indagados se a COOPAPI havia promovido alguma formação/curso sobre EA e, de acordo com o próprio presidente, nenhum curso abordou diretamente essa temática. No projeto dos quintais produtivos, trabalhou-se muito a questão ambiental, pois, antes dos quintais serem introduzidos, os agricultores cooperados precisaram abrir mão de algumas práticas antigas: “[...] Então a gente buscou muito cuidar da questão orgânica, os cuidados com nosso lixo, resíduo orgânico e químico, considero que estamos sempre buscando melhorar esse caminho” (Agricultor Cooperado 06, 2018).

Um agricultor cooperado indicou ter participado de uma formação sobre EA em seu curso de graduação e complementou que o curso foi muito esclarecedor para as práticas de cuidado com o meio ambiente. Já outros agricultores afirmaram que as próprias reuniões da cooperativa reforçam muito a importância das práticas ambientais sustentáveis: “[...] O presidente está sempre reforçando que a nossa produção tem que ser 100% orgânica” (Agricultor Cooperado 07, 2018).

Quando os agricultores cooperados foram perguntados se os conhecimentos adquiridos sobre práticas sustentáveis na COOPAPI influenciaram na mudança de comportamentos ou hábitos que eles consideravam errados, foram unânimes em afirmar que sim, pois se tratava de requisito para a inclusão em projetos da cooperativa. A mudança de hábito mais citada pelos agricultores foi a de não usarem mais agrotóxicos, bem como o orgulho em relação aos seus quintais produtivos, com culturas livres de qualquer veneno.

Para o presidente da COOPAPI, essa mudança foi um grande avanço porque mudar a cultura das pessoas e fazer com que elas modifiquem o seu modo de produção não é uma tarefa fácil, pois: “[...] o principal desafio nosso, que eu entendo que vamos conseguir, é passar isso para os nossos filhos, para quando eles tiverem nossa idade, eles possam fazer melhor, pois nós não conseguimos fazer muito bem, não” (Agricultor Cooperado 06, 2018). O conhecimento produzido no campo traz consigo técnicas, saberes e métodos que já se eternizaram e foram aperfeiçoados por gerações, sendo destacadas “as diversas tradições culturais e modos de produção e manejo ambiental praticados no Brasil” (Bernal; Martins, 2015, p. 15).

Por fim, aqueles que tiveram alguma formação em EA, quando indagados sobre os benefícios dos processos de EA para a produção agrícola, enfatizaram a respeito da melhoria da qualidade dos produtos. Segundo um agricultor: “Nessa parte de frutas, a gente vê que um tomate

ou banana que é produzido com bastante agrotóxico, eles não têm a durabilidade que a orgânica tem” (Agricultor Cooperado 09, 2018).

Referente à nuvem de palavras gerada a respeito da participação dos agricultores cooperados em formação em EA, meio ambiente foi o termo mais falado pelos agricultores entrevistados (Figura 1):

FIGURA 1: Nuvem de Palavras da Participação dos Agricultores Cooperados em Formação sobre Educação Ambiental.



Fonte: Elaboração das autoras com base nas entrevistas e gerado pelo NVivo, 2019.

Mais palavras, como conhecimento, orgânica, ambiental, educação, produção, solo, cuidar e melhor também receberam destaque. Bernal e Martins (2015) explicam que a educação ambiental desenvolvida na agricultura familiar apresenta características e necessidades específicas, mediante o cenário rural. Nesse sentido, o conhecimento produzido no campo traz consigo técnicas, saberes e métodos que já se enraizaram na cultura dos agricultores. Assim, torna-se natural que a educação ambiental seja, quase sempre, associada ao meio ambiente, ou, no caso deste estudo, aos quintais produtivos, que se apresentam como o maior exemplo de EA para os agricultores cooperados, já que é por meio dos quintais que eles realizam práticas sustentáveis.

No aspecto das práticas ambientais sustentáveis, primeiramente buscou-se entender se os agricultores entrevistados utilizam ou se já chegaram a utilizar agrotóxicos na produção, e alguns deles responderam que já os usaram, mas reforçaram que não os utilizam mais. Um dos agricultores afirmou: “Já utilizei, sim. Quando eu não era da cooperativa, aí eu não sabia muito que prejudicava os alimentos” (Agricultor Cooperado 10). Outro disse: “Já usei, quando tinha praga no feijão” (Agricultor Cooperado 11):

Eu já usei, não posso mentir, já usei muito. Agora, a gente tem um inimigo hoje. Eu produzo, a minha banana é orgânica, meu tomate é orgânico, e se der só um tomate fico satisfeito, porque estou vendendo um produto de qualidade. Minha goiaba é orgânica, eu tenho uns dez pés de goiaba, até eu consegui aqui com o presidente da COOPAPI. Nada do meu quintal leva veneno, porque hoje eu tenho noção do mal que faz (Agricultor Cooperado 12, 2018).

Outros agricultores responderam nunca terem usado agrotóxicos. Nas palavras de um deles: “A gente que produz orgânico não pode usar veneno” (Agricultor Cooperado 13). Brasileiro (2009) sustenta que a produção agroecológica que vem se desenvolvendo nas pequenas propriedades da região do semiárido nordestino, como é o caso do Sítio Córrego, tem se destacado por ser uma atividade que motiva agricultores familiares a investirem mais em qualificação e na manutenção das práticas sustentáveis que o manejo agroecológico oportuniza.

Questionados sobre o que fazem com o lixo, quando não têm uma lixeira por perto, os agricultores responderam que costumam guardar consigo até encontrarem uma lixeira. O fato que nos chama a atenção é a contradição existente nas falas, já que anteriormente o presidente da cooperativa afirmou que a cultura de manter os ambientes limpos não condiz muito com os agricultores cooperados. Mesmo assim, alguns insistiram em dizer que guardam o lixo em seus bolsos ou botas até que cheguem a casa e joguem no local certo. Então, foi lançada a pergunta: e qual seria o local correto? Nesse momento, não mais se falou em lixeiras, mas em buracos nos quintais e queimadas.

Os agricultores cooperados ainda foram questionados sobre as maneiras que procuravam para reduzir o consumo de recursos naturais disponíveis ou escassos, a exemplo da água. Nesse contexto, os agricultores lembraram os sistemas de irrigação utilizados nos quintais produtivos, bem como a reutilização da água que é consumida nas residências. Nas palavras de um agricultor:

A gente sempre procura reaproveitar tudo que dá p'ra reaproveitar, pois é a melhor forma possível de diminuir o consumo, procuro fazer muito isso, a água que usamos lá em casa, jogamos na grama, procuro botar nas plantas em volta da casa, na geladeira quando ficam mais garrafas boto nas plantas, faço de tudo para reaproveitar a água. Tenho uma criação de codorna, quando sobra água delas, misturo para botar nas plantas. Procuro reaproveitar tudo, nem sempre consigo, mas tento. E isso não é só com a água, tenho muito cuidado com a economia de energia também, porque às vezes a gente paga tão caro uma conta de energia, e não se dá conta que uma mudança de hábito, procurar manter acessas somente as luzes que são necessárias, podem diminuir os nossos gastos. [...] e na nossa produção, temos nosso sistema de irrigação, que nos permite consumir só o necessário, evitando o excesso e sempre buscando reaproveitar (Agricultor Cooperado 14, 2018).

No geral, os agricultores têm uma conduta de redução de consumo de água, tanto em suas residências quanto nas atividades da cooperativa, o que demonstra o uso inteligente desse recurso. Farias *et al.* (2012, p. 34) argumentam que a educação ambiental contextualizada no semiárido vem possibilitando a preservação dos recursos hídricos e divulgando para a população técnicas que orientam a preservação e utilização racional da água, promovendo, ainda, discussões que evidenciam a importância das mudanças de hábitos para garantir a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Nesse sentido, esses autores destacam, ainda, a necessidade de “[...] Oficinas, cursos, capacitação dos gestores, reuniões com a população, dentre outras, que além de divulgarem preceitos da sustentabilidade voltada para os recursos hídricos, forma cidadãos mais ativos e críticos na sociedade, pois os permite interceder em questões que afetam diretamente o seu cotidiano”.

Por fim, indagou-se sobre qual a razão ou o que lhes fizeram ter o cuidado e os comportamentos descritos. O presidente da COOPAPI acredita que os comportamentos foram se modificando a partir dos quintais produtivos, porque os agricultores teriam a chance de comercializar seus produtos que, por muitas vezes, eram desperdiçados por não ter mercado.



## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada na cooperativa teve como objetivo geral identificar como a COOPAPI atua em processos formativos direcionados à educação ambiental e práticas sustentáveis junto aos agricultores cooperados. Dessa forma, o objetivo foi alcançado ao se observar que a temática ambiental não é vivenciada por meio de formações ou cursos que possam direcionar os agricultores a introduzirem a temática na sua ambiência de forma intencional, isto é, cientes de que praticam educação ambiental na agricultura familiar.

No entanto, os agricultores vivenciam a educação ambiental por meio de suas práticas diárias de cultivo. Assim, a temática ambiental é inserida nas atividades dos agricultores cooperados por meio do manejo agroecológico dos quintais produtivos, que lhes permitem entender que a água deve ser utilizada sem excessos, com inteligência, que a produção deve se desenvolver de forma natural, sem uso de agrotóxicos, e que o solo deve ser preservado, a fim de continuar produtivo. Outro aspecto revelado na pesquisa foi que a temática ambiental surge por meio de práticas como o uso consciente da água, por meio da implementação de sistemas de irrigação, como a microaspersão e o gotejamento e, ainda, com o reúso da água oriunda de atividades domésticas, destinada à irrigação das culturas dos quintais produtivos.

Os quintais produtivos, por sua vez, surgem como protagonistas das práticas ambientais sustentáveis, uma vez que se trata do ambiente e do motivo pelo qual os agricultores cooperados passaram a ampliar o seu conhecimento sobre a temática ambiental. Assim, os agricultores cooperados concordam que os quintais produtivos têm ensinado, na prática, alguns procedimentos característicos da produção agroecológica, a exemplo do entendimento de que as queimadas do solo, o uso de agrotóxicos e o desperdício de água não condizem com a prática agrícola familiar e com o que propõe a produção de orgânicos.

Ainda, os agricultores veem a cooperativa como grande facilitadora de práticas sustentáveis, visto que a cooperativa auxilia nas tarefas de orientar os agricultores no cultivo orgânico e na fiscalização, mediante o mal uso de algum recurso. Além disso, a cooperativa auxilia frente a outras práticas que não aprova, como o uso de agrotóxico e as queimadas de lixo dentro dos quintais produtivos, o que acaba por tornar o solo improdutivo.

Entende-se, portanto, que a prática da Educação Ambiental direcionada à agricultura familiar deve se pautar em um constante diálogo, tendo como base o respeito a todas as formas de vida. O diálogo, deste modo, é necessário para a formação de cidadãos (agricultores e agricultoras) habilitados a construir um entendimento crítico sobre o mundo, por meio de suas ações, e buscando sempre tecer as mudanças que desejam. Talvez assim seja possível avistar para além das mudanças pontuais e individualizadas e enxergar na EA e nas práticas sustentáveis a concepção de uma luta coletiva que possa influenciar nas decisões de cunho governamental e na dinâmica da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Pereira. Convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Orgs.). **Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos (as) Participantes**. Brasília: Editora IABS, 2013.

AZEVEDO, R. A. B. A Sustentabilidade da Agricultura e os Conceitos de Sustentabilidade Estrutural e Conjuntural. **Rev. Agr. Trop.** Cuiabá. v.6; n.1; p.9-42/2002. Disponível em: <http://www.ufmt.br/agtrop/Revista6/doc/01.htm>.

BARBOSA, G. K.; SANTOS, E. M. Educação ambiental no semiárido: uma revisão sistemática das experiências e práticas. **Revista de Educação Ambiental**. Vol. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/5792/3715>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARRETO, C. A. **Agricultura e meio ambiente: percepções e práticas de sojicultores em Rio Verde - GO**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo - SP, 2007.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. Formação, organização e mobilização social no Semiárido brasileiro. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Brasília-DF: Editora IABS, 2013.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

BERNAL, A. B.; MARTINS, A. M. C. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Caderno conceitual do PEA AF**. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/153-programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar>

BRASILEIRO, R. S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. **Scientia Plena** v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: <http://observatorio.faculdadeguanambi.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/Brasileiro-2009.pdf>

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/8851-29343-1-PB.pdf>

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.

COSTA, A. A. V. M. R. Agricultura sustentável I: Conceitos. **Rev. De Ciências Agrárias**, Lis-

boa, v. 33, n. 2, p. 61-74 dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rca/v33n2/v33n2a06.pdf>

CHAMBERS, R; CONWAY, G. R. **Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992. Disponível em: [https://publications.iwmi.org/pdf/H\\_32821.pdf](https://publications.iwmi.org/pdf/H_32821.pdf).

CUNHA, G. R. et al. Depois da Rio+20: Qual o futuro da “agricultura sustentável”? **Revista Plantio Direto**, Passo Fundo, ed. 130, p. 10-17, jul./ago. 2012. Disponível em: [https://www.embrapa.br/documents/1355291/17775548/Gilberto+Cunha+et+al\\_RPD+v21%2C+jul-ago+2012+-+Depois+da+Rio%2B20.pdf/633bc342-a430-45bc-8588-0e8ff3aa04f2?version=1.0](https://www.embrapa.br/documents/1355291/17775548/Gilberto+Cunha+et+al_RPD+v21%2C+jul-ago+2012+-+Depois+da+Rio%2B20.pdf/633bc342-a430-45bc-8588-0e8ff3aa04f2?version=1.0)

DANTAS, B. L. et al. **A agroecologia nos assentamentos de:** Moaci Lucena, Sítio do Góis e Vila Nova em Apodi – RN. Informativo Técnico do Semi-Árido Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA). Mossoró/RN, v.1, n.1, p.01-12 de janeiro/março de 2007. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/434>

DIAS, A. A. S.; DIAS, M. A. O. Educação ambiental: a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural. **Revista de Direitos Difusos**, v. 68 – Julho-Dezembro/2017. Disponível em: <http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/29>

EHLERS, E. **O que se entende por agricultura sustentável?** São Paulo: USP, 1994. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FARIAS, J. F.; BORGES, F. R.; SILVA, E. V. Educação ambiental contextualizada no semiárido cearense: subsídios a gestão e preservação dos recursos hídricos. **Geosaberes, Fortaleza**, v. 3, n. 5, p. 30-36, jan. / jun. 2012. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/145>

FERNANDES, F. A. O. **A importância das cooperativas COOAFAP e COOPAPI na organização da agricultura familiar no município de Apodi/RN**. 2010. 51 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Caraúbas, RN, 2010.

FINATTO, A. R.; SALAMONI, G. *Family agriculture and agroecology: profile of the agroecological production in the city of Pelotas/RS*. **Revista Sociedade & Natureza**, v.20, p.199-217, 2008. doi: 10.1590/S1982-45132008000200012.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, V.5- N.1, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/500/50050107.pdf>

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. FURGS, 2000.

LOURENÇO, N. P.; LUNA, F. M.; SOUSA, J. G. **Cooperativismo, cooperação e território: um estudo de caso na Coopapi em Apodi – RN**, Brasil. 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/30.pdf>.

MEDEIROS, S. S. *et al.* (Org.). **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro.** Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido - INSA, 2012.

SILVA, E. V.; RODRIGUEZ, J. M. M.; MEIRELES, A. J. A. (Orgs.). **Planejamento ambiental e bacias hidrográficas (Tomo 1):** Planejamento e gestão de bacias hidrográficas. Fortaleza: Edições UFC. 2011.

# **TECNOLOGIAS SOCIAIS, CONVIVÊNCIA E UM NOVO OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO**

**RESUMO:** A região do semiárido tem sido palco de diversas políticas de combate à seca desde à época do império português, todas com o enfoque do combate à seca. Para o senso comum, a seca, sinônimo do atraso econômico e social do sertão nordestino, era atribuída mais ao clima do semiárido do que às políticas de desenvolvimento econômico implementadas na região. E foi com essa compreensão superficial do semiárido que predominaram no século XX as grandes obras hídricas de combate à seca formuladas e executadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Todavia, essas políticas não foram suficientes para solucionar o problema da seca, uma vez que foram construídas em áreas que favoreciam grandes produtores, em detrimento dos agricultores familiares. Na década de 1990, havia organizações não governamentais (ONGs) de incentivo a convivência com o semiárido, com projetos de construção de pequenas obras hídricas, com ações inovadoras, denominadas tecnologias sociais. Entre elas estavam o Programa Um Milhão de Cisternas, o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), as barragens subterrâneas entre outras, sob a iniciativa da Articulação pelo Semiárido (ASA-Brasil), uma das mais importantes ONGs atuantes no semiárido brasileiro (OLIVEIRA, 2012). Este trabalho consiste em uma revisão da literatura acerca da relação entre tecnologias sociais e o enfrentamento da crise socioambiental para a melhoria das condições de vida de agricultores familiares no semiárido potiguar. Faz parte do Projeto intitulado “Agricultura Familiar e Agrogênesis na Chapada do Apodi- RN: resistência, conflito, convivência e discursos” (CNPq/Edital Universal, Processo: 426776/2016-0, PIBIC/UERN). Nesta perspectiva, discutem-se as origens das tecnologias sociais, sua relação com o contexto social e ambiental do semiárido e o desenvolvimento sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento Rural. Agricultura Familiar. Inclusão Social. Recursos Hídricos.

## **1 INTRODUÇÃO**

A região do semiárido tem sido palco de diversas políticas de combate à seca desde à época do império português. Todas com o enfoque do combate à seca. Para o senso comum, a seca, sinônimo do atraso econômico e social do sertão nordestino, era atribuída mais ao clima do semiárido do que às políticas de desenvolvimento econômico implementadas na região. E foi com essa compreensão superficial do semiárido que predominou no século XX

as grandes obras hídricas de combate à seca formuladas e executadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Todavia, essas políticas não foram suficientes para solucionar o problema da seca, uma vez que foram construídas em áreas que favoreciam grandes produtores, em detrimento dos agricultores familiares. Acrescente-se que a evapotranspiração na região é maior do que a precipitação anual, o que resulta em ponto negativo para esse modelo de desenvolvimento fundamentado nas técnicas convencionais, baseadas na monocultura e agropecuária. Desse modo, o agronegócio fez-se cada vez mais presente nessa região gerando conflitos sociais e disputas por terra, entre grandes e pequenos produtores (OLIVEIRA, 2013; VENTURA, ANDRADE; ALMEIDA, 2012).

Na década de 1990, havia organizações não governamentais (ONGs) de incentivo a convivência com o semiárido, com projetos de construção de pequenas obras hídricas, com ações inovadoras, denominadas tecnologias sociais. Exemplos incluem o Programa Um Milhão de Cisternas, o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), as barragens subterrâneas entre outras, sob a iniciativa da Articulação pelo Semiárido (ASA-Brasil), uma das mais importantes ONGs atuantes no semiárido brasileiro (OLIVEIRA, 2013).

Este trabalho se propõe a debater acerca da relação entre tecnologias sociais, convivência com o semiárido e o enfrentamento da crise socioambiental para a melhoria das condições de vida de agricultores familiares no semiárido potiguar. Trata-se de uma revisão de literatura e de pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas gravadas com três representantes da diretoria da Associação dos Posseiros do Assentamento Moaci Lucena, Apodi/RN, denominados neste trabalho pelos números 1, 2 e 3, a fim de resguardar o anonimato das identidades.

## **2 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS (TS)**

As tecnologias sociais têm sua origem nas experiências de tecnologias desenvolvidas na Índia por Gandhi (1969-1948) no século XIX, quando “o pensamento” de reformadores daquela sociedade estava voltado para a reabilitação das tecnologias tradicionais, praticadas em aldeias como estratégia de luta contra o domínio britânico” (RODRIGUES; BARBIERI, 2008, p. 1071). Estes autores destacam a figura de Gandhi e sua luta para popularizar a troca de fiação manual, que seria o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado.

Foi então durante a década de 1960 que proliferaram diferentes enfoques teóricos sobre a conveniência de gerar, transferir e difundir tecnologias denominadas “apropriadas”. Os primeiros enfoques teóricos sobre tecnologias apropriadas enfatizavam a necessidade de produzir tecnologias em pequena escala (familiar ou comunitária), o uso de tecnologias maduras, a baixa complexidade, o baixo conteúdo de conhecimento científico e tecnológico, o baixo custo por unidade de produção, o escasso consumo energético e mão de obra intensiva. (THOMAS, 2009, p. 33-34).

O movimento em torno da ideia de tecnologias apropriadas surge na década de 1970 no contexto da uma crise energética. Tecnologias apropriadas são tecnologias adequadas aos contextos sociais, culturais e naturais das localidades e em conformidade com seus recursos materiais e imateriais existentes. Seus princípios são muito anteriores, sendo reconhecidos na Índia desde o final do século XIX (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

Esse movimento das tecnologias apropriadas vem declinando desde a década de 1980 e diversas causas podem ser atribuídas a este fato: baixo custo das tecnologias, que se reflete no baixo retorno de investimento no seu desenvolvimento, dependência de políticas públicas e cooperação internacional, contrárias aos interesses dominantes e criadas fora dos contextos onde eram aplicadas (THOMAS, 2009).

Segundo Dagnino (2004), o surgimento do termo “tecnologia social” ocorre no Brasil, no início dos anos 2000, procurando designar tecnologias alternativas às convencionais. Ela passou a ser discutida no país por diferentes atores sociais, entre eles organizações da sociedade civil, universidades, integrantes do governo e trabalhadores, como uma preocupação com aqueles mais excluídos socialmente, buscando articular o saber científico ao saber popular.

Sobre as tecnologias sociais, Pena (2009) afirma que a existência de soluções oriundas de antigas culturas ou a partir de desenvolvimento de novas ideias e invenções que compõem Tecnologias Sociais (TS) integra coletividades, que, altruisticamente, compreendem desigualdades como fruto da diversidade e igualdades como algo possível a partir da solidariedade (PENA, 2009, p. 195-196). Nessa perspectiva Silva (2013) afirma que devem ser repensadas as tecnologias apropriadas às condições locais. Para este autor, uma das principais características das tecnologias não convencionais (intermediárias, apropriadas e sociais) é a valorização do local, dos saberes com base no seu desenvolvimento para solucionar problemas.

As tecnologias sociais, portanto, se contrapõem às tecnologias convencionais, porque estas se caracterizam pelos efeitos sobre o trabalho, pela larga escala de produção, pelos efeitos danosos sobre o meio ambiente e pelo controle exercido sobre os trabalhadores (DAGNINO, 2004). O avanço das tecnologias convencionais que deveria ter ajudado a suprir as necessidades da humanidade, em contrapartida, ajudou a promover a exclusão social, pois poucos têm acesso a tais tecnologias. Desse modo, geram-se conflitos entre grupos sociais, e são essas tecnologias que imperam na sociedade atual.

As tecnologias convencionais, inspiradas na racionalidade instrumental, denotam a incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais – a interação do “econômico” com o “não econômico” -, e, para registrar, as complexas reações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico – relações com outros sistemas econômicos e com o ecossistema-, derivam da forma mesma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente. Quanto mais sofisticados, mas afastados se encontram tais modelos do caráter multidimensional da realidade social (FURTADO, 1974).

Para Foladori (2001), as relações no interior do processo produtivo não são discutidas, mas apenas seus efeitos. A produção mesma, basicamente em relação à sua forma social, não é discutida. Por quê? A produção é tida como algo exclusivamente técnico, a-histórico. Não se questiona a forma social e o processo técnico (FOLADORI, 2001).

Em oposição ao modelo de tecnologia convencional, surgem como alternativa para mudar o cenário de luta de sobrevivência à seca, as tecnologias sociais de convivência com o semiárido. As TS apresentam as seguintes características, descritas no Quadro 1:

Quadro 1 - Tecnologias Convencionais x Tecnologias Sociais

<b>Tecnologias Convencionais</b>	<b>Tecnologias Sociais</b>
Produção em massa	Adaptada a pequenos produtores
Efeitos nocivos ao meio ambiente (insustentável)	Cooperação, solidariedade, respeito às diversidades políticas, sociais e ambientais (Sustentável).
Exercem controle sobre os trabalhadores	Não promove o tipo de controle capitalista. Não segmenta, hierarquiza ou domina os trabalhadores.
Poupadora de mão-de-obra	Incentiva o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários
Desenvolvidas para grandes empresas.	Gerada para comunidades locais
Visão fragmentada	Visão sistêmica

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de Dagnino (2004), Pena (2009).

Segundo Dagnino (2004), o surgimento do termo “tecnologia social” ocorre no Brasil, no início dos anos 2000, procurando designar tecnologias alternativas às convencionais. As tecnologias sociais teriam surgido da preocupação com o aumento da exclusão social, da precarização e uniformização do trabalho, entre outros fatores. Ela passou a ser discutida no país por diferentes atores sociais, tais como: organizações da sociedade civil, universidades, integrantes do governo, trabalhadores, entre outros, com a finalidade de alinhar o saber técnico e científico ao saber popular; e, passou, então, a ser difundida como uma das respostas possíveis para o atendimento das demandas sociais.

As TS, no processo da articulação de sua reaplicação no mundo rural, são desenvolvidas por meio de parcerias, participação comunitária, socialmente mobilizada, com destaque protagonismo dos agricultores familiares (FUNDAÇÃO BRANCO DO BRASIL, 2004). Nesse contexto de reaplicação está implícito que, quando a solução for implementada em locais diferentes daqueles em que foi desenvolvida, necessariamente, ela será recriada, novos valores e significados serão agregados. Reaplicar, portanto, é uma ação aberta ao novo. É um processo de ampliação de conhecimentos, pois durante a reaplicação acumulam-se novos saberes.

Para Sousa (2009), na última década do século XX, houve grande avanço no reconhecimento e implementação de Tecnologias Sociais, o que tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. O respeito às culturas locais e a baixa dependência financeira para sua manutenção tornam as TS um fator positivo para solucionar problemas socioambientais no semiárido brasileiro.

### **3 TECNOLOGIAS SOCIAIS: DEFINIÇÕES**

É possível definir as tecnologias sociais como uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável. (THOMAS, 2009, p. 27-28). Segundo este autor, no Brasil, onde o conceito foi gerado, as TS são “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (THOMAS, 2009, p. 15).

Segundo a literatura pesquisada, existem três tipos de TS: tecnologia apropriada, tecnologia alternativa ou intermediária e tecnologia social, a seguir especificadas.

O termo “apropriada” segundo Dagnino (2004) apresentava várias objeções e críticas frequentes. As concepções tecnológicas desse movimento baseiam-se na suspeita de que ele contribuiria para congelar as diferenças entre países pobres e ricos, constituindo um instrumento dos últimos para manter os seus privilégios e empresas e sob o contexto da acumulação capitalista. Dagnino (2004, p. 86) afirma também que a Tecnologia pode ser definida como “um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira ótima os recursos disponíveis de certa sociedade maximizando, assim, seu bem-estar”.

Após uma análise profunda do movimento da tecnologia apropriada, Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 56-57) asseveram que as diversas correntes denotam um produto, não um processo, de acordo com uma visão claramente normativa. O movimento não conseguiu colocar em prática suas ideias por não ter explicitado como deveria ser organizado o processo.

No enfoque das tecnologias alternativas, Thomas (2009) diz que duas características distinguem as tecnologias intermediárias das tecnologias apropriadas: a) as tecnologias intermediárias baseiam-se em tecnologias industriais maduras; e b) tratam-se de tecnologias de mão de obra intensiva, dirigidas à solução do problema de desemprego nos países subdesenvolvidos, orientadas a satisfazer os mercados de consumo locais. Apresentam-se, assim, mais como alternativa para a produção do que para inclusão social. O autor ainda cita Schumacher

(1979) como o criador da expressão “tecnologia intermediária” para indicar uma tecnologia que combina elementos das tecnologias tradicionais com os das tecnologias avançadas; e cita Dickson (1980), que preferia chamar sua proposta de “tecnologia alternativa”. Para esses autores, as ideias de intermediária ou alternativa está restrita à tecnologia de produção de bens e serviços de tecnologias maduras. Assim, a discussão sobre as chamadas tecnologias alternativas apresentava um viés diferente e mais radical do que as tecnologias apropriadas.

Segundo Dagnino (2004), no marco do ressurgimento dos enfoques econômicos vinculados às teorias do desenvolvimento, por um lado, e da produção de tecnologias ambientalmente sustentáveis, por outro, foram retomadas políticas de tecnologias apropriadas, que, em muitos casos, passaram a ser denominadas “Tecnologias Sociais”, que têm sua base estruturada a partir da década de 1970 no plano analítico-conceitual a partir das críticas formuladas às tecnologias apropriadas e tecnologias alternativas/intermediárias.

Tecnologia social compreende produto, técnica ou metodologia reaplicável, desenvolvida na interação com a comunidade, e que represente efetiva solução de transformação social. No que se relaciona a TS e, conseqüentemente, no processo da articulação de sua reaplicação no mundo rural, sempre por meio de parcerias, participação comunitária, socialmente mobilizada, com destacado protagonismo dos agricultores familiares (FUNDAÇÃO BRANCO DO BRASIL, 2004).

Nesse contexto de reaplicação está implícito que, quando a solução for implementada em locais diferentes daqueles em que foi desenvolvida, necessariamente ela será recriada, novos valores e significados serão agregados. Reaplicar, portanto, é uma ação aberta ao novo. É um processo de ampliação de conhecimentos, pois durante a reaplicação acumulam-se novos saberes.

Sousa (2009) alega que na última década do século XXI houve grande avanço no reconhecimento e implementação de Tecnologias Sociais, o que tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, respeitando as culturais locais, e destacando-se que a baixa dependência financeira para sua manutenção torna as TS um fator positivo para solucionar problemas socioambientais no semiárido brasileiro.

#### **4 TECNOLOGIAS SOCIAIS: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RURAL?**

Neste tópico, tomaremos por base conceitual o desenvolvimento sustentável na visão de Abramovay *et al.* (1996), para quem a principal diretriz na busca do desenvolvimento rural deve ser a consolidação da agricultura familiar, pois ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de melhoria da qualidade de vida desses produtores. Para Abramovay *et al.* (1996), a assessoria técnica é um dos pilares mais importantes para que um assentamento possa acelerar o seu desenvolvimento.

O papel da assistência técnica constitui um instrumento de apoio ao pequeno agricultor como fomento para o desenvolvimento rural, possibilitando o acesso a informações que se misturam aos conhecimentos dos assentados, com os conhecimentos advindos da prática diária.

Para a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL, 2011), muitas experiências de convivência com o semiárido estão sendo desenvolvidas e vivenciadas por diversas famílias agricultoras, com resultados bons e eficientes; demonstrando a capacidade inovadora destas famílias na construção coletiva de saberes e na troca dos conhecimentos.

Nesse sentido, as tecnologias sociais constituem como um instrumento estratégico de inclusão social para a valorização da agricultura familiar nos processos produção de forma organizacional e diversificada com “assessoria técnica, social, econômica, ambiental e produtiva”, a partir dos princípios da agroecologia e da multidisciplinaridade, integrando técnicas sustentáveis

simples e com as já conhecidas pelos agricultores rurais na produção de alimentos limpos, sadios e livres de insumos químicos, estabelecendo uma relação harmônica dos assentados com o uso da terra (ASA BRASIL, 2011).

Segundo Gliessman (2000), a agroecologia se constitui como um sistema de integração e interação do meio ambiente com a sociedade, a partir da contradição com o agronegócio e agricultura convencional, discutindo a participação dos pequenos agricultores no processo de transição entre o modelo convencional e sustentável. Nesse processo de transição agroecológica surge então uma nova forma de fazer agricultura, com tecnologias embasadas na ecologia. Essa nova proposta une o conhecimento dos agricultores com o conhecimento científico em uma proposta inovadora em direção à sustentabilidade. A agroecologia envolve o estudo de processos econômicos e agrossistêmicos ao tempo em que é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Caporal e Costabeber (2007, p. 11) afirmam que a agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Para Silva (2013) a agricultura de base agroecológica é apontada como uma estratégia de desenvolvimento rural. Nesse contexto o desenvolvimento sustentável no campo deve contar com a participação popular nas decisões de ações que beneficiam as famílias que vivem no semiárido e que tiram sua sustentabilidade da agricultura familiar, juntamente com as ONGS, que têm o papel de articulador nas políticas sociais voltadas para a agricultura familiar sustentável nos assentamentos.

Nesta perspectiva, os princípios do desenvolvimento sustentável se integram em articulação com os serviços técnicos e com o apoio da população, reunindo o conhecimento científico e tecnológico aos conhecimentos dos agricultores familiares.

O desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico – relacionado à evolução de indicadores tradicionais (PIB per capita) é uma releitura, manipulação ideológica, mito, conforme sustenta Veiga (2006). Os mitos funcionam como faróis, com a função de orientar, em um plano intuitivo, aquilo que se quer como verdadeiro. Sobretudo, que “o mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas”, mais ainda que o modelo de desenvolvimento econômico dos países que lideraram a revolução industrial pode ser universalizado (FURTADO, 1974, p. 16). O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas e não como baixa renda (SEN, 2001).

Com base em Sen e Mahbud, Veiga (2006) afirma que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como um conjunto das coisas que a pessoas podem ser ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa, ter uma vida saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digna capaz de participar da vida da comunidade.

Quadro 2 - Pilares do desenvolvimento sustentável segundo Sachs (2004):

Social	Reduzir as desigualdades sociais
Ambiental	Com duas dimensões: sistemas de sustentação da vida e como “recipientes” para a disposição de resíduos
Territorial	Distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades
Econômico	Viabilidade econômica

Fonte: Sachs (2004).

A noção de sustentabilidade tem duas origens (NASCIMENTO, 2012):

\* A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.).

\* A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.

A noção de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social, implica na ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética (NASCIMENTO, 2012).

Por fim, em diálogo com Veiga (2006), a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: incremento da eficácia do sistema social de produção; satisfação das necessidades elementares da população; e objetivos que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos.

Nesta perspectiva, os princípios do desenvolvimento sustentável se integram em articulação com os serviços técnicos e com o apoio da população, unindo o conhecimento científico e tecnológico aos conhecimentos dos agricultores familiares, buscando a transformação social da realidade do semiárido.

## **5 TECNOLOGIAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

As causas da crise socioambiental no semiárido sempre foram associadas aos aspectos como o clima, fatores físicos e populacionais. Contrariamente do que se diz comumente, as causas da crise existente no semiárido não podem ser atribuídas apenas às limitações de ordem natural ou das populações locais; elas são, sobretudo, de ordem política e se expressam na enorme crise socioambiental que vivemos.

Assim, estes problemas são causados pelas políticas que têm sido dirigidas ao semiárido, e que aumentam a concentração de riquezas nas mãos de poucos, mantendo a maioria da população à margem do desenvolvimento e com seus direitos desrespeitados. Estas políticas têm gerado ou não têm enfrentado os problemas da concentração de terra e da água, da concentração do saber, da concentração de oportunidades e, assim, da concentração de renda nas mãos de poucos (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 49).

Todavia, essas políticas não foram suficientes para solucionar o problema da seca, como já dito. Acrescente-se, ainda, que a evapotranspiração na região é maior do que a precipitação anual, o que resulta em ponto negativo para o modelo de desenvolvimento fundamentado nas técnicas convencionais, baseadas na monocultura e agropecuária (OLIVEIRA, 2013).

Embora as políticas de combate à seca e as ações governamentais em relação ao semiárido tenham sido empregadas para mitigar os problemas socioambientais existentes, o semiárido sempre foi uma região mal compreendida. Isso se deve, também, à educação tradicional, que con-

tribuiu para criar uma imagem distorcida do sertão (região atrasada, inviável, feia, do solo rachado). É importante ressaltar a necessidade de se trabalhar a educação como campo de transformação na construção de novo olhar sobre essa região.

Foi com esse novo olhar sobre o sertão que surgiram, na década de 1990, ações de incentivo à convivência com o semiárido, com projetos de construções de pequenas obras hídricas, denominadas tecnologias sociais, a exemplo do Programa “Um Milhão de Cisternas”, “Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2)”, Projeto de barragens subterrâneas, entre outros, sob a iniciativa da ASA-Brasil, uma das mais importantes ONGs atuantes no semiárido brasileiro (OLIVEIRA, 2013).

Essas inovações trouxeram para o semiárido um olhar sobre suas características territoriais na construção de um novo caminho no processo de convivência. Através do processo de formação e capacitação de convivência e da troca de experiência de novos saberes, tem-se desconstruído a discussão que se tinha sobre essa região, dentro de uma nova perspectiva de saber sobre um novo caminho.

As tecnologias sociais de convivência com o semiárido trouxeram não apenas o acesso à água, mas também a garantia de alimentos para seu povo. Desta forma, Oliveira (2013) destaca algumas tecnologias que vêm sendo disseminadas pela Asa Brasil por meio do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o semiárido.

A cisterna de placas (Figura 1), construída a partir de placas sobrepostas, é feita para captação de água da chuva, que, ao cair no telhado, é armazenada na cisterna que possui capacidade de 16.000 mil litros (OLIVEIRA, 2013).

Figura 1: cisterna de placa (P1MC), Assentamento Moacir Lucena, Apodi-RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Esse é o modelo construído pelo Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido do Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC, que envolve o processo de capacitação dos agricultores por meio da troca de experiências e de novos saberes sobre o sertão. Tem como finalidade o acesso água.

Outra tecnologia social utilizada é o Programa P1+2, na mesma perspectiva do P1MC. Além de garantir o acesso à água, a Cisterna calçadão veio trazer a garantia de produção de alimentos. Essa cisterna segue o mesmo padrão de construção das cisternas de placas de 16 mil litros. No entanto, a capacidade e a forma de captação de água desta cisterna são diferentes. Com capacidade para até 52 mil litros, é uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m<sup>2</sup> construído sobre o solo (Figura 2), com finalidades de captar água da chuva para produção de alimentos e criação de animais de pequeno porte (ASA BRASIL, 2013).

Figura 2: Cisterna Calçadão, Assentamento Moaci Lucena, Apodi-RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Outra tecnologia social desenvolvida pelo o P1+2 são as Barragens Subterrâneas, construídas em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno. Aproveita as águas das enxurradas e de pequenos riachos disponíveis na região, armazenando no solo. Sua construção é feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vala é forrada com uma lona de plástico e depois fechada novamente, criando uma barreira que “segura” água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada. Desta forma a umidade do solo adquirida no período chuvoso permanece por um tempo maior no solo, onde podem ser plantadas fruteiras, hortaliças, forragem e outras culturas anuais (ASA BRSAIL, 2013).

Esses exemplos citados tratam de tecnologias simples, adaptadas a realidade das famílias e de fácil replicação. Com a garantia do acesso à água, geração de renda e a valorização dos agricultores, garantindo a formação das famílias. Esses projetos vieram para demonstrar que o problema da região não está na falta de recurso hídrico disponível suficiente, mas no fato de que não há uma gestão no processo de armazenamento de água durante os períodos chuvosos (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

Para membros da Associação de Moradores do Assentamento Moaci Lucena, as TS têm contribuído para o desenvolvimento das atividades produtivas, conforme relatos a seguir.

Com certeza, melhorou a disponibilidade de tempo que antes não tinha, com acesso a água isso facilitou muito o desenvolvimento das atividades. E com a chegada dessas tecnologias que capta água das chuvas, mesmo que em pouco volume, nos ajudou a ganhar um largo tempo no dia a dia, porque já não é mais preciso buscar água em outro local, com a cisterna tudo isso ficou mais fácil. (ENTREVISTADO 1, 2017)

Diminui os problemas em relação a água e garantiu a segurança alimentar através do manejo sustentável. (ENTREVISTADO 2, 2017)

Com certeza, houve melhorias na produção. Aprendemos muito com os exemplos passados. Hoje, temos alimentos saudáveis, sem veneno. Antes, não entendíamos a importância disso. Hoje somos conscientes do que plantamos, nos sentimos seguros em consumir os nossos alimentos e compartilhar com os outros. (ENTREVISTADO 3, 2017)

Nesse sentido, podemos destacar elementos importantes de contribuição das TS no assentamento, entre eles a utilização de cisternas, a produção de alimentos saudáveis e o manejo sustentável da caatinga.

As melhorias com relação ao acesso à água e a garantia da sobrevivência a partir da produção de alimentos e da geração de renda são fatores que contribuíram de modo significativo para a qualidade de vidas das famílias, como também na forma de lidar com a natureza. Para Malvezzi (2007), a convivência com o semiárido incide em ação básica com quintais produtivos, hortas e mandalas. Para ele, apesar das limitações da região, é possível produzir e viver dignamente, a partir de uma adaptação na forma de produção associando meio ambiente e o respeito à natureza.

Para os entrevistados da Associação dos Moradores do Moaci Lucena:

Primeiro, em relação da captação de água que antes se perdia; segundo, é uma garantia de uma forma ou de outra que se houver problemas com relação a um poço secar temos um reservatório de água com 16 e 52 mil litros armazenados, que poderá ser usado para consumo humano, plantio hortas e criação de animais. (ENTREVISTADO 1, 2017)

As pessoas que possuem as cisternas que armazenam 16 e 52 mil litros de água tiram sua sobrevivência da produção de hortaliças, comercializando seus produtos em outras comunidades, assim essas cisternas são de boa utilidade. (ENTREVISTADO 2, 2017)

Devido aos serviços técnicos prestados pelos projetos juntamente com as cisternas, hoje sentimos força de vontade, porque temos a água para consumir e plantar, produzir e vender. (ENTREVISTADO 3, 2017)

Os depoimentos dos entrevistados indicam diversas contribuições das TS para a agricultura familiar do assentamento estudado: maior disponibilidade de tempo para atividades produtivas e outras atividades sociais, haja vista que, antes agricultores e agricultoras gastavam boa parte do seu tempo na busca por água; melhoria da base alimentar das famílias por meio do manejo sustentável do solo e da produção de alimentos agroecológicos, através de aproveitamentos das podas e das folhagens utilizadas para o melhoramento e recuperação do solo sem o uso de insumos químicos; ganho da cidadania com a autonomia dos agricultores em relação ao modo de produção; comercialização e geração de renda através da comercialização das hortaliças e polpas produzidas pelos próprios agricultores; fortalecimento social do assentamento. Além disso, podemos citar o reaprendizado e o regaste popular através da troca de saberes para buscar soluções aos problemas relacionados aos desafios sociais, políticos e ambiental da região.

Cabe destacar que, na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, as tecnologias sociais aliadas ao modo de vida agroecológico vêm se constituindo como um novo modelo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, “a agroecologia vem se constituindo na ciência como um novo modelo de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas” (CAPORAL; COSTABEBER, 2006, p. 46). Para estes autores, a agroecologia possui uma visão integrada capaz de reconhecer os saberes e experiências dos agricultores, usando de conhecimento científico para conseguir obter avanço social.

Nesse sentido, destacamos os novos modelos de convivência com o semiárido. Os programas citados vêm trazer uma solução e uma democratização da utilização das águas nas comunidades rurais, visto que, com uma melhor utilização da água armazenada, as comunidades assumem um novo olhar na utilização e racionamento da água em momentos de escassez, possibilitando uma convivência racional e sustentável dos recursos hídricos para o consumo humano e para as atividades produtivas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos sobre as tecnologias convencionais (TC) e tecnologias sociais (TS) levam-nos a afirmar que a diferença entre elas se constitui, sobretudo, de aspectos relacionados às concepções de desenvolvimento. As TCs estão mais relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico que privilegia o lucro e o consumo sobre a inclusão social, não questionam o modo de produção, estabelecendo uma dicotomia entre quantidade e qualidade. Nas TCs, o trabalhador rural não exerce controle sobre a produção; privilegia o conhecimento técnico sobre o conhecimento empírico, é desenvolvida para gerar lucro. As TS, ao contrário, têm como objetivos reverter esse modelo criado pelas tecnologias convencionais, causadoras de impactos ao meio ambiente, geradora de desigualdades sociais. E, por meio de técnicas sustentáveis e acessíveis ao pequeno produtor rural, têm mais efeito na melhoria e qualidade de vida das populações rurais, ao mesmo tempo em que valorizam o conhecimento dos pequenos produtores, propondo-se a uma relação de diálogo entre as diversas formas de conhecimentos, tendo como estratégia a inclusão social das populações rurais, que se aproxima do desenvolvimento sustentável, no sentido de que se propõem à articulação entre o crescimento econômico (quantitativo), desenvolvimento (mudança das condições de vida das populações) e sustentabilidade (ambiental, social, cultural, econômica, política, espacial e territorial).

Os resultados parciais da pesquisa nos permitem afirmar que ocorreram mudanças significativas nas condições de vida das famílias assentadas com as TS, garantindo o que já é direito das pessoas, a garantia de água e de alimentos, através do manejo sustentável de modelo produtivo, construído na troca de conhecimentos e de tecnologias sociais e sustentáveis ao contexto do semiárido. Destacamos alguns aspectos: acesso à água, autonomia aos agricultores para produzir e comercializar alimentos, disponibilidade de tempo, melhoria das condições de saúde e diminuição dos problemas de saúde relacionados à qualidade da água, alimentos mais saudáveis e o manejo sustentável dos recursos ambientais. Além desses aspectos, o desenvolvimento da capacidade dos agricultores na construção coletiva de saberes e na troca de conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VICENTE, Maria Carlota Meloni; BAPTISTELA, Celma da Silva Lago; FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos Santos. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola do Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 43, n.2, 1996.

ASA BRASIL. Articulação no semiárido Brasileiro. **Caminhos para convivência com o semiárido**. 10. Ed. Recife PE, julho de 2011.

BAPTISTA, Naidiloson de Quintela; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In Conti, Irio Luiz; SCHOREDERS, Edi Oscar (Org.). **Convivência como o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. IABS: Brasília-DF, Brasil, 2013.

CAPORAL, F. R; COTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DARTE, 2007.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: SEIDL, Daniel; CABRAL, Sandra Santos (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, v. 1, 2004. p. 187-210.

DAGNINO, Renato; BRANDAO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: SEIDL, Daniel; CABRAL, Sandra Santos (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, v. 1, 2004. p. 15-64.

FOLADORI, Guillermo. **O desenvolvimento sustentável e a questão dos limites físicos**. São Paulo: Unicamp, 2001.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: < [www.tecnologiasocial.org.br/bts](http://www.tecnologiasocial.org.br/bts).> Acesso em: 02 out.2016.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GLIESSMAN, Stepan R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porta Alegre: Ed. UFRGS, 2000. Sec. I, P-56.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados 26 (74), 2012.

OLIVEIRA, Diego Bruno de. **O uso das Tecnologias Sociais Hídricas na Zona Rural do Semiárido Paraibano: entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**. 2013.186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba João Pessoa- PB.2013. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em: 10 de Jan. 2017.

PENA, Jacques de Oliveira. Tecnologia social e o Desenvolvimento Rural. IN: OTTERLOO, Aldalice. **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília-DF: Rede de Tecnologia Social (2009).

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J.C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública**. v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008. Disponível em: < [www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo).> Acesso em 29 de set.2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Adilson Tadeu Basquerote. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo de caso. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9, 2013, Florianópolis. **Anais... Eletrônicos**. Florianópolis, p. 1-12, 2013. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>> Acessado em: 24 mai. 2016.

SOUSA, Maria, Betânia de Andrade. Tecnologia Social. IN: OTTERLOO, Aldalice. “Tecnologias sociais: **caminhos para a sustentabilidade**.” Brasília-DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 247-248

THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. IN: OTTERLOO, Aldalice. “**Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**.” Brasília-DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 25.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VENTURA, Andréa Cardoso; GARCIA, Luz Fernández; ANDRADE, José Célio Silveira. Tecnologias sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de desenvolvimento humano. **Cadernos Ebape. BR**, v. 10, n. 3, p. 605-629, 2012. Disponível em:<<https://scholar.google.com.br>> Acesso em: 12 de abril, 2017

VENTURA, Andréa Cardoso; ANDRADE, José Célio Silveira; GARCIA, Luz Fernández. Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido como estratégia de mitigação/adaptação às mudanças climáticas no Brasil. **Astrolabio**, n. 12, 2014. Disponível em:<<https://scholar.google.com.br>> Acesso em: 12 de abri. 2017

# **AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS**

**RESUMO:** Este artigo consiste em descrever como agricultores familiares do Sítio Córrego e do Assentamento Milagre, município de Apodi/RN, desenvolvem a agricultura familiar de base agroecológica em seus quintais produtivos. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, cuja pesquisa de campo envolveu entrevistas gravadas, visitas de campo e observação participante. Os resultados da pesquisa revelaram que os quintais produtivos protagonizam práticas ambientais sustentáveis, caracterizando-se como agricultura familiar de base agroecológica, de modo que agricultores e agricultoras têm ampliado seu conhecimento sobre a produção agrícola. Os agricultores e agricultoras familiares entrevistados percebem que a produção agroecológica, tanto para o próprio consumo quanto para a venda, vem garantindo a soberania alimentar e a sustentabilidade econômica e social de suas comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Apodi. Assentamento Milagre. COOPAPI. Sítio Córrego.

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, as políticas agrárias e agrícolas instituídas pelo Estado têm um forte acento de incentivo ao agronegócio, isto é, às grandes empresas agrícolas. A introdução de pacotes tecnológicos externos e práticas com base na filosofia da Revolução Verde, movimento de modernização agrícola iniciado nos anos 1950, ainda predomina no país. Essa conduta estatal negligencia um modelo mais endógeno de desenvolvimento da agricultura e do país, em particular a agricultura familiar de base agroecológica.

A agricultura familiar vem sendo acompanhada por Organizações Não Governamentais (ONGs), nacionais e internacionais, que atuam para auxiliar projetos relacionados à produção agrícola sustentável, como as hortas orgânicas, no intuito de fornecer subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar, gerando emprego e renda, e contribuindo para a preservação do meio ambiente (BENITEZ; GOLINSKI, 2007).

Gliessman (2000) salienta que a agricultura do futuro se constitui em uma agricultura sustentável. Não somente sustentável, mas também de alto potencial produtivo, podendo proporcionar variedade de alimentos para a população, e é nesse sentido que surge a agroecologia.

Luzzi (2007) ressalta que o debate agroecológico inicialmente se restringia a um pequeno grupo de profissionais, especialmente das ciências agrárias, e se concentrava na crítica ao padrão tecnológico moderno e na busca de tecnologias sustentáveis. Inicialmente, as lutas políticas das agriculturas alternativas giravam em torno da regulamenta-

ção e diminuição do uso dos agrotóxicos. É somente na década de 90 que os movimentos sociais rurais (sindicais, de sem-terra e outros) começam a assimilar propostas para incorporar-se a essa articulação.

Dantas *et al.* (2007) consideram que “a agroecologia contribui para criar uma situação de disponibilidade de alimentos suficiente, de boa qualidade e diversificada, promovendo a segurança alimentar”, sendo um de seus pilares metodológicos, o respeito e o resgate e valorização do conhecimento e ensinamentos dos agricultores.

Na zona rural do município de Apodi/RN, a criação de hortas agroecológicas e de quintais produtivos possibilitam o melhor aproveitamento dos quintais das casas, com a plantação de árvores frutíferas, entre as quais estão “acerola, cajarana, caju, coco, goiaba, mamão, manga e pinha, além da criação de aves como galinha caipira, pato e guiné”. Evidencia-se também a criação de uma Unidade de Manejo da Caatinga, que surge mediante a necessidade de conscientização das comunidades rurais no que diz respeito “à preservação do meio ambiente, no sentido de usar tecnologias apropriadas e que fossem adaptadas à região, pautadas no que defende a agroecologia” (DANTAS *et al.*, 2007, p. 7-8).

Este artigo tem como pressuposto que a agricultura familiar de base agroecológica, como uma atividade de produção diversificada, confere vantagens tanto ao mercado consumidor quanto à geração da renda, somando-se a uma ação integrada, à sustentabilidade ambiental, social e econômica, tornando cada vez mais sustentáveis as práticas da agricultura familiar.

Esta investigação foi desenvolvida na zona rural da cidade de Apodi, estado do Rio Grande do Norte localizada na mesorregião do oeste potiguar, com população estimada em 34.777 habitantes (IBGE, 2010). Segundo Lourenço *et al.* (2012), a população de Apodi está distribuída igualmente entre zona urbana (50%) e zona rural (50%). Em razão de que a pesquisa se direciona a descrever a relação entre a agricultura familiar e agroecologia, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foi a condição de serem agricultores e agricultoras familiares e produção agrícola de base agroecológica. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, junto a 18 agricultores e agricultoras familiares, sendo 14 entrevistados residentes do Sítio Córrego e 4 entrevistadas do Assentamento Milagre. Cabe, ainda, destacar que dos 18 entrevistados (as), 15 são agricultores (as) cooperados (as) da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Sustentável – COOPAPI, cooperativa que fomenta a produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. As entrevistas foram gravadas, mediante autorização dos entrevistados (as) e, posteriormente, transcritas, sistematizadas, categorizadas e analisadas. A análise dos dados foi realizada por meio do método da Técnica Interpretativa, destacando-se pontos relevantes e transcrevendo algumas respostas, quando necessário, confrontando as afirmações dos entrevistados (as) com os dados da pesquisa bibliográfica. Ainda, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), classificando em categorias os significados similares.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A organização produtiva da agricultura pode ser diferenciada de duas formas, a primeira delas é a agricultura familiar, ou seja, o processo de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho; são agricultores (as) familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Já o segundo formato, chamado agricultura patronal, contempla a mão de obra contratada empregada na propriedade, superando a de origem familiar (PEIXOTO, 2008).

Finatto e Salamoni (2008) complementam que a agricultura familiar demonstra características peculiares, sendo a utilização da mão de obra familiar sua característica mais evidente, apresentando, ainda, espaço territorial menor e com racionalidade direcionada a atender, primeiramente, as necessidades das famílias. Atendidas essas necessidades, o excedente de produção é destinado à comercialização, garantindo assim a subsistência familiar antes de qualquer negociação daquilo que se produz, o que acaba por evidenciar, também, o propósito da agricultura familiar, com a soberania alimentar de seus atores.

Abramovay (1998) defende que a agricultura familiar deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento, propiciando melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Assim, poderá se utilizar como fator social capaz de transformar o pensamento dos que observam o meio rural com desvalorização socioeconômica.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1994) compreendem o potencial da agricultura familiar pela importância para a família, uma vez que ela própria detém tanto a gestão quanto o controle do que produz na propriedade rural. Desta forma, este modelo de produção prioriza o trabalho da família e promove melhorias no processo produtivo, a partir da assistência técnica e das linhas de crédito para fomento da atividade. Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores (as) familiares, o poder público tem criado incentivos a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para desenvolver a agricultura familiar no país, como uma alternativa de desenvolvimento para famílias que residem no meio rural, a partir da geração de emprego e renda.

Porém, Abramovay (1992) salienta que, mesmo com o caráter familiar, ainda há uma distinção conceitual, e essa origem dicotômica pode estar nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam a agricultura familiar. No Brasil, os que hoje são chamados de agricultores (as) familiares já receberam e continuam a receber nomes distintos. Todavia, Wanderley (1999) afirma que todos esses nomes fazem referência à figura do agricultor, em outras palavras, aquele que vive no campo, e que também é visto como uma pessoa rústica, ingênua e atrasada. Não obstante, esta é uma imagem que não condiz com a atuação da agricultura familiar, haja vista que esta é, na verdade, um agente que fomenta desenvolvimento rural por meio da produção e disponibilização de alimentos, assegura recursos ambientais, gera empregos e mitiga a pobreza, além de figurar como fonte de inclusão social (SILVA, 2013).

No cenário acadêmico, a categoria agricultura familiar ganhou destaque em período recente, em uma análise sociológica. Em termos econômicos, a agricultura familiar se apresenta como ambiente de atividades rentáveis e que possibilita melhores condições de vida aos agricultores e agricultoras e suas comunidades, principalmente, quando existe o apoio político e o desenvolvimento de políticas públicas que incentivam o desenvolvimento local e a produtividade (CARVALHO, 2017).

A produção agroecológica que vem se desenvolvendo nas pequenas propriedades do território do semiárido nordestino, por exemplo, tem se destacado por ser uma atividade que motiva agricultores (as) familiares a investirem mais em qualificação e manutenção de práticas sustentáveis que o manejo agroecológico oportuniza. Nessa perspectiva, a agricultura familiar praticada no sertão nordestino, vem propiciando uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio natural. Com isso, a prática da agroecologia no semiárido é consolidada “na medida em que os agricultores familiares nutrem-se de uma visão mais aprofundada de sua relação com o meio”, e assim, aliando os conceitos e métodos agroecológicos à sabedoria e experiência de agricultores, as práticas sustentáveis vêm-se estabelecendo nas atividades agrícolas familiares (BRASILEIRO, 2009, p. 9).

A agroecologia teve suas origens como uma ciência, com conceitos e princípios ecológicos direcionados para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas, assim, passou a constituir uma base científica para a implementação e aperfeiçoamento de uma agricultura que pudesse ser mais sustentável (GLIESSMAN, 2000; EMBRAPA, 2006). Diferentemente do que se observa na agricultura convencional, a agroecologia promove a troca de conhecimento entre agricultores, de modo que possibilita a cooperação entre as comunidades agrícolas (CAPORAL; COSTA-BEBER, 2004).

Para Gliessman (2000), deve-se compreender a agroecologia como um enfoque que tem o objetivo de formar e apoiar os movimentos de transição dos atuais modelos que desenvolvem a agricultura, visando transformar em sustentável a agricultura convencional. O referido autor afirma que podem ocorrer três fases de transição: o aperfeiçoamento da eficiência em práticas convencionais; a substituição de insumos, e; o redesenho dos agroecossistemas.

Bernal e Martins (2015) relatam que, em 2013, foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que surge, justamente, com a meta de implementar programas e ações da transição agroecológica de produtos orgânicos e de base agroecológica. Também denominado de Brasil Ecológico, o PLANAPO é um auxiliador da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída em 2012, por meio do Decreto nº 7.794. A partir de então, tanto a agroecologia quanto a produção orgânica passaram a conviver com as práticas da agricultura convencional.

Mesmo promovendo o crescimento da produção e da produtividade agrícola, a agricultura convencional tem recebido inúmeras críticas em razão dos impactos ambientais e sociais. As críticas somadas aos possíveis danos causados tanto pela técnica quanto pelas tecnologias que fundamentam a agricultura convencional despertam cada vez mais o desejo de mudança na qualidade dos alimentos consumidos pela sociedade em geral (CARNEIRO *et al.*, 2015).

A agroecologia, visualizada como síntese e aplicação de um pensamento alternativo, ao longo de seu histórico, vem reunindo contribuições diversas em fontes teóricas e sendo transformada no que se pode chamar de “novo paradigma científico”, capacitando-se, cada vez mais, para contribuir com respostas decisivas para as novas perguntas que se enunciarão ao passar dos séculos. Deste modo, “conceituar a agroecologia pressupõe, inicialmente, vincular seus interesses e suas pretensões no campo da agricultura e da sociedade” (CAPORAL; COSTA-BEBER, 2014).

Siliprandi (2017) aponta que um componente forte a ser destacado é que a prática da agroecologia tem promovido a equidade de gênero, que consiste no reconhecimento do papel das mulheres na expansão do movimento agroecológico. Na produção agrícola familiar, as mulheres se destacam tradicionalmente por desenvolverem sistemas mais característicos da agroecologia, sobretudo quando se fala no manejo de hortas, pomares, criação de pequenos animais e na confecção de produtos caseiros, como doces e outros derivados da colheita agrícola, sempre preocupadas com a qualidade dos alimentos postos à mesa da família. No entanto, o envolvimento das mulheres rurais brasileiras com a temática da agroecológica e a produção orgânica não é um relacionamento recente.

Mesmo frente ao desenvolvimento tecnológico da agroecologia e todo o discurso de sua importância, é somente por meio da compra de alimentos orgânicos que o consumidor poderá impulsionar o aumento da produção e fomentar o crescimento do número de agricultores que se dedicam à agricultura orgânica (SCHMIDT, 2004). A agricultura orgânica tem se destacado como uma alternativa de fonte de renda para pequenos agricultores e agricultoras familiares, justamente porque mundialmente os consumidores têm optado por alimentos mais saudáveis (CAMPOHOLA; VALARINI, 2001).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, os quintais produtivos tinham o propósito exclusivo de produzir para o sustento próprio dos(as) agricultores(as) e de suas famílias, e a nomenclatura quintal produtivo somente nasceu quando agricultores (as) passaram a comercializar a produção de seus quintais; isto porque a produção que se destinava à comercialização era a produção dos lotes de terra que, em geral, se localizam distantes das residências dos (as) agricultores (as). Além disso, tratava-se, quase sempre, de monocultura ou agricultura de subsistência, e não incluía o cultivo de frutas, verduras e legumes. A partir do engajamento dos (as) agricultores (as) em associações comunitárias e cooperativas locais, o potencial dos quintais foi se evidenciando (EMBRAPA, 2018).

No quintal produtivo, deve haver uma diversificação do cultivo de fruteiras com possibilidade de consórcios com outras culturas alimentares, tais como feijão, milho, mandioca, entre outras, para fortalecer a atividade econômica na unidade familiar. A opção do cultivo de fruteiras nos quintais produtivos se deve ao fato das frutas serem um alimento completo e saudável que está associado à redução do risco de câncer, de doenças cardiovasculares, da doença de Alzheimer e da perda da resistência relacionada com o envelhecimento. (EMBRAPA, 2018, p. 7)

Contudo, de acordo com um dos agricultores entrevistados do Sítio Córrego, a história dos quintais produtivos não se iniciou somente com o intuito de promover a diversificação e comercialização da produção, mas também com o propósito de disseminar a produção sustentável e orgânica, sem a utilização de agrotóxicos, sem gerar impactos ambientais como o desmatamento e as queimadas do solo, procurando, sempre, reaproveitar os recursos naturais investidos no cultivo dos quintais. Nesse sentido, somente os (as) agricultores (as) dispostos a produzir orgânicos foram inseridos no projeto dos quintais produtivos, por meio da COOPAPI.

Inicialmente, o projeto teve a adesão de 30 cooperados (as), espalhados pelo Sítio Córrego e demais sítios e assentamentos em que havia agricultores (as) cooperados (as). Ainda, segundo ele:

[...] O projeto dos quintais já foi um incentivo da COOPAPI, porque em tempos de estiagem a gente sofria com a falta de produtos e aí a gente viu que Apodi era um município, principalmente a região aqui do Córrego, era muito rico em água no subsolo, aí tinha como a gente trabalhar irrigado, a gente só não tinha cultura, mas fizemos bastante visitas em outras regiões que trabalhava com isso e aí começamos. [...] e aí foi o momento que a gente começou a se destacar e começou a refletir dentro da cooperativa. A gente trabalhou com o PNAE, e esses produtos sempre são comercializados no PNAE<sup>8</sup> e na CONAB, produtos como a banana, a manga, e o excedente das frutas que não é comercializado, a gente bota pra produzir as polpas. (AGRICULTOR FAMILIAR, 2018, GRIFOS NOSSOS)

Com a diversificação dos produtos, além de garantir novos clientes, os (as) agricultores (as) reduziram desperdícios, pois as frutas tinham destino certo, as que não eram vendidas *in natura* eram processadas e viravam polpas, e as que “passavam do ponto”

---

8 O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários (BRASIL, 2019).

para a venda e para a produção de polpas, eram utilizadas para alimentar os animais. Assim, passou a ser zero o desperdício da produção, porque nos quintais o sistema de irrigação utilizado garante que a água consumida no banho e em atividades domésticas, como a lavagem de louças, seja destinada a culturas que exigem um pouco mais de água para manter a produção, a exemplo das goiabeiras, bananeiras e aceroleiras (Figura 1). A técnica é comum – o uso de águas cinzas – todavia, nem todos os quintais utilizam esta técnica e a orientação técnica indica o uso de filtros e decantadores ou biofiltros, para impedir que algumas substâncias que são bioacumulativas e/ou tóxicas (chumbo, parabens e formaldeídos) componentes de saponáceos, sabões, sabonetes, shampoos, cosméticos etc., possam vir a contaminar os alimentos.

Figura 1: Reaproveitamento de Água, Sítio Córrego, Apodi/RN



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Na Figura 1 acima, é possível visualizar que a encanação de água do banheiro da casa do agricultor é destinada à irrigação da plantação de bananeiras do quintal produtivo. A encanação foi feita pelo próprio agricultor, justamente com o intuito de não desperdiçar a água utilizada durante o banho.

No entendimento de um dos agricultores entrevistados, os quintais produtivos os deixaram mais próximos da natureza; ou seja, eles sempre tiveram em mente a necessidade de economizar água e a percepção de que o uso de agrotóxicos seria prejudicial à produção e a eles próprios. Mesmo assim, isso não era uma grande preocupação, pois se houvesse a necessidade de fazer o uso de algum agrotóxico no combate a pragas, o veneno era utilizado, mas hoje não:

[...] Não podemos mais botar em risco a nossa produção, a COOPAPI fiscaliza, e se tiver algum produto com veneno eles não compram. Aí é melhor nem usar, porque só vai servir pra vender a um atravessador, a cooperativa não compra mesmo”. (AGRICULTOR FAMILIAR, 2018)

Os quintais produtivos foram, de fato, uma estratégia da cooperativa para introduzir, cada vez mais, a produção agroecológica no dia a dia dos(as) agricultores(as) cooperados(as) que, desde sempre, cultivaram de forma natural, mas que, em alguns mo-

mentos, pela facilidade com que encontravam pesticidas à venda, passaram a utilizá-los. Dantas et al. (2007) vêm lembrar que “a agroecologia contribui para criar uma situação de disponibilidade de alimentos suficiente, de boa qualidade e diversificada, promovendo a segurança alimentar”. Nas palavras do tesoureiro, a COOPAPI sempre buscou combater essa prática do uso de agrotóxicos, pois a produção orgânica é uma política da cooperativa. E completou:

Os quintais produtivos surgiram através de uma necessidade, tivemos 4 anos de estiagem, essa região que estamos agora ela sobrevive muito do caju e do mel, então eles estavam muito amarrados a essa cultura, então em um ano em que não tinha castanha, por exemplo, todo mundo passava por muita dificuldade ou às vezes não dava castanha bem, mas o mel segurava e vice e versa. Então, esses 4 anos de estiagem não teve mais nada e as pessoas tiveram muita dificuldade, então os quintais surgiram disso, trabalhar uma pequena área uma média de 3 hectares de terra que pudesse diversificar a produção e que nela você pudesse ter caju, mel, plantas frutíferas e criar algum animal. Então, nós fomos entendendo que é melhor dessa forma, que uma pessoa não consuma apenas um produto e sim uma diversidade, daí surgiram os quintais, fizemos um trabalho inicial com 30 quintais e foi um sucesso o aproveitamento, as pessoas passaram a entender que era melhor daquela forma, no lugar de cultivar 50 mil pés de cajueiros que é a longo prazo o resultado, que é só no terceiro ano que começa a tirar alguma renda. Então era muito mais fácil cultivar 100 pés de cajueiro em uma pequena área e que tenha outras plantações para o sustento da família. Os quintais surgiram dessa necessidade e ao passar dos anos, mais pessoas passaram a ter seus quintais por um pequeno custo, eu por exemplo, crio codorna, que é um pássaro pequeno, então é o reaproveitamento dos pequenos espaços, e a ideia vem pegando, as pessoas vão gostando. Sem falar que é uma produção totalmente orgânica e isso já é um grande diferencial, porque hoje em dia ninguém quer mais arriscar ficar comendo fruta e verdura cheia de veneno não. Isso sem falar no transgênicos, que estão invadindo os mercados. (AGRICULTOR FAMILIAR, 2018)

O sistema de irrigação implementado nos quintais também merece destaque, pois, além do reuso da água, citado anteriormente, nos quintais produtivos são utilizados outros dois tipos de sistemas de irrigação, o sistema de microaspersão e o sistema de gotejamento. A microaspersão, como sugere o próprio nome, se utiliza de microaspersores que tratam de jogar água em forma de gotas, reproduzindo o cair da chuva. Utilizam-se os microaspersores em várias plantas, em fruteiras que exigem um maior espaçamento como as mangueiras, limoeiros, laranjeiras e aceroleiras, bem como em fruteiras de espaçamento menor, como bananeira e o mamoeiro. Esse sistema pode ser instalado em todos os tipos de solo, mas se adapta melhor a solos com mais areia ou mais argila e/ou barro (EMBRAPA, 2018).

A irrigação por gotejamento também é usada em fruteiras e em hortaliças como tomate, pimentão, alface, coentro e cebolinha. Esse sistema é mais indicado para solos com mais argila do que para solos com mais areia, e a sua principal característica é que ele não molha as folhas. O gotejamento é o tipo de irrigação mais indicado para a produção agrícola familiar desenvolvida na região Nordeste e, sobretudo, no território do semiárido, primeiro porque ajuda a evitar a propagação de pragas comuns em hortaliças, que são agravadas com o molhamento das folhas e, segundo, porque esse sistema é o que mais economiza água na irrigação de culturas (EMBRAPA, 2018).

Assim, esses dois sistemas de irrigação utilizados pelos(as) agricultores(as) familiares garantem a aguação de suas culturas durante todo o ano, no entan-

to, a implementação desses sistemas só é garantida porque as cisternas familiares, do Programa de Cisternas dos governos Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016), instaladas nos quintais de cada agricultor(a) (Figura 2), asseguram o abastecimento de águas oriundas de poços profundos, ou mesmo do armazenamento feito durante o período chuvoso da região. Por meio de bombas compressoras, a água das cisternas é destinada a esses sistemas de irrigação, tornando possível a produção orgânica dos agricultores familiares.

Figura 2: Horta Orgânica de um Quintal Produtivo, Sítio Córrego, Apodi/RN



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

No Assentamento Milagre, os quintais produtivos têm uma significação ainda maior, pois tornam possível o trabalho da mulher do campo, visto que lá os quintais são, em sua maioria, cultivados por mulheres. Uma agricultora entrevistada revelou sua satisfação em ter tido o reconhecimento governamental do grupo de mulheres de Milagre “amigas das abelhas”. Nesta época, em 2005, o então presidente Lula viajou com uma equipe até Milagre para inaugurar o PRONAF Mulher:

Lula teve a oportunidade de vir e ficou aqui [2005]. Um palco foi montado, oito dias para montar e oito para desmontar, e foi um dia que juntou muita gente. Onde é a área coletiva foi passada a máquina, na época. Passou a patrol pra fazer o estacionamento. Todos os carros ficavam ali, veio ônibus de todos cantos. Tinha uma roleta. Quando terminou a tarde eles fizeram a conta: passou 14 mil pessoas. Foi um dia inesquecível. A gente teve a oportunidade de ir para fora mesmo, para as feiras. Eu fui para intercâmbio em Brasília, fui de avião. Aqui, mesmo no período, o grupo era de oito mulheres que tiveram a oportunidade de acessar o PRONAF Mulher. E o que foi que Lula veio fazer? Foi o lançamento a nível de Brasil, por isso tinha ônibus do Maranhão que veio, porque era o lançamento do PRONAF Mulher. (AGRICULTORA FAMILIAR, 2019)

Outra agricultora expressou a sua alegria em poder divulgar o trabalho desenvolvido nos quintais produtivos (Figura 3) para estudantes e pesquisadores, salientando que sempre recebe muito alunos e professores do IFRN e de outras instituições de ensino, porque é prazeroso poder dividir essa experiência com outras pessoas.

Figura 3: Quintal produtivo e Espaço Doméstico, Assentamento Milagre, Apodi/RN



Fonte: pesquisa de campo (2019).

As agricultoras revelaram que as produções feitas em seus quintais servem para a alimentação da família e também para complementar a renda, ainda, não impactam de forma negativa o ambiente onde elas vivem, garantindo assim a continuação de uma produção vista como sustentável, porque é feita na forma de subsistência familiar.

A mulher na agricultura, ela controla muito a alimentação, porque a gente pensa que é no quintal da gente, a gente diz, 'não a gente não tem nada'. Você nota o que tira no quintal durante o mês, e no final do mês faça o valor que você ganha no seu quintal. Porque a gente fez lá um trabalho das cartilhas ecológicas e a gente viu o resultado. Porque a gente achava que não ajudava, né. As frutas do quintal a gente simplesmente tirava para o consumo, mas só que quando findou mês, fazer que nem a estória, que fomos na ponta do lápis fazer a conta, a gente nem imagina o que contribuimos para alimentação da família e também no consumo da feira do mês, né? Porque o que a gente tem no quintal a gente não está comprando. (AGRICULTORA FAMILIAR, 2019)

Inferiu-se que a agricultura familiar de base agroecológica, produzida pelos agricultores e agricultoras em seus quintais produtivos, alimentam as suas famílias de forma saudável, e lhes garantem renda familiar, sendo muito bem representada dentro da sustentabilidade ambiental, que trata a natureza com respeito a seus ciclos, como recomenda a política do desenvolvimento sustentável.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada na zona rural de Apodi teve como objetivo identificar como agricultores e agricultoras familiares do Sítio Córrego e do Assentamento Milagre desenvolvem seus quintais produtivos um modelo produtivo com base na agroecologia. A pesquisa revelou que os quintais produtivos protagonizam o cultivo de base agroecológica e práticas ambientais sustentáveis, visto que a ambiência dos quintais proporciona aos agricultores(as) familiares ampliação de seus conhecimentos práticos referentes à produção orgânica.

O trabalho apontou também que a COOPAPI auxilia agricultores (as) familiares cooperados (as), promovendo a orientação de técnicas e cuidados no cultivo e com os recursos naturais disponíveis. E, principalmente, fomenta o fortalecimento da ciência de que a produ-

ção orgânica deve ser livre de qualquer agrotóxico. Os agricultores e agricultoras percebem que, a partir do momento que optam pelo plantio orgânico, a produção se torna mais diversificada e os recursos naturais disponíveis são melhores aproveitados. Ou seja, os processos de apreensão de práticas agroecológicas lhes conferem a inserção em espaços de assistência técnica, discussão e capacitação para o desenvolvimento de seus quintais produtivos.

Os agricultores e agricultoras concordam que os quintais produtivos têm ensinado, na prática, alguns procedimentos característicos da produção agroecológica, a exemplo do entendimento de que as queimadas do solo, o uso de agrotóxicos e o desperdício de água, não condizem com a prática agrícola familiar e com o que propõe a produção de orgânicos. Outro aspecto revelado na pesquisa foi o uso consciente da água, por meio da implementação de sistemas de irrigação, como a microaspersão e o gotejamento e, ainda, o reúso da água oriunda de atividades domésticas, que é destinada à aguação das culturas dos quintais produtivos.

Além disso, a agricultura familiar de base agroecológica, cultivada pelas mulheres entrevistadas proporciona o trabalho da família no campo, pois os quintais produtivos tornaram-se base para a produção de várias espécies, frutíferas, sequeiros e pequenos animais, servindo assim não só para uma família específica, mas para o fortalecimento das demais famílias e da comunidade como um todo. Em uma visão mais objetiva, os agricultores e agricultoras familiares entendem que a produção de orgânicos, tanto para o próprio consumo quanto para a venda, vêm garantindo a soberania alimentar e a sustentabilidade comercial e comunitária.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan/abr., 1998.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENITEZ, R. M.; GOLINSKI, I. A agricultura orgânica como estratégia alternativa em busca da sustentabilidade: uma análise estatística da organização atual. **Revista de Administração e Inovação**, v. 4, p. 117-132, 2007.
- BERNAL, A. B.; MARTINS, A. M. C. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Caderno conceitual do PEAAF**. Brasília: MMA, 2015.
- BRASILEIRO, R. S. **Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação**. Scientia Plena v. 5, n. 5, 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.
- CARVALHO, H. G. **Do pó do sertão ao “oásis da nova era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi, RN. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró, RN, 2017.
- DANTAS, B. L. et al. **A agroecologia nos assentamentos de: Moaci Lucena, Sítio do Góis e Vila Nova em Apodi – RN. Informativo Técnico do Semi-Árido Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA)**. Mossoró/RN, v.1, n.1, p. 1-12 de janeiro/março de 2007.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Boas Práticas Agrícolas (BPA) em Quintais Produtivos**. Antônio Teixeira Cavalcanti Junior et al. – Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2018.
- FINATTO, A. R.; SALAMONI, G. *Family agriculture and agroecology: profile of the agroecological production in the city of Pelotas/RS*. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 20, p.199-217, 2008.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. FURGS, 2000.
- INCRA/FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.
- LOURENÇO, N. P.; LUNA, F. M.; SOUSA, J. G. **Cooperativismo, cooperação e território: um**

estudo de caso na Coopapi em Apodi – RN, Brasil. 2012. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/30.pdf>>. Acesso em: 06/04/2018.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Senado Federal: Textos para Discussão n. 48, 27 p., 2008.

SCHMIDT, V. D. B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILIPRANDI, E. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al* (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017.

SILVA, R. P. As especificidades da nova ATER para a agricultura familiar. **Revista NERA**, ano16, n. 23, Presidente Prudente - SP, p. 150-166, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo, 1999.

# **PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS: ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS NA CHAPADA DO APODI-RN**

**RESUMO:** O presente trabalho trata-se de relato de atividades desenvolvidas no processo de implantação de 15 unidades produtivas do sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), desenvolvido no Projeto de Assentamento Sítio do Góis e Projeto de Assentamento Tabuleiro Grande, como parte das implementações de um projeto apresentado à Petrobras pela Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável – Atos, no qual a Coopervida se fez parceira e executora nesta área. Os PAIS tinham por objetivo desenvolver práticas produtivas de base agroecológica, que proporcionassem alimentação de qualidade às famílias envolvidas e uma agregação de renda com a venda do excedente. O princípio metodológico empregado para a pesquisa foi o Estudo de Caso com um aporte da Pesquisa Documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar. Agroecologia. Sustentabilidade

## **1 INTRODUÇÃO**

A Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) é uma tecnologia social que busca contribuir com a soberania e segurança alimentar de agricultores e agricultoras familiares. É uma tecnologia que articula e integra de forma interativa e dialógica o saber técnico e os saberes das comunidades envolvidas na produção. Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de implementação do Sistema PAIS em dois Projetos de Assentamentos (PA) do município de Apodi/RN: Sítio de Góis e Tabuleiro Grande, contando cada um com 60 famílias assentadas.

O município de Apodi – RN, historicamente, tem articulado sua economia na produção agrícola tradicional, de sequeiro, com fortes experiências agroecológicas e sustentáveis, bem como na pecuária de ovinos e caprinos. Outro elemento que se destaca na economia rural de Apodi é a produção de mel, sem utilização de agrotóxicos, que tem gerado renda e aumentado a qualidade de vida dos agricultores da região, os quais, em sua maioria, estão organizados em cooperativas. (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2019).

A experiência ora relatada, foi fruto de um projeto apresentado pela Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável – ATOS à Petrobras, via o Programa Desenvolvimento e Cidadania no ano de 2010. O projeto foi elaborado em conjunto com trabalhadores e trabalhadoras rurais de Apodi/RN com o intuito de que a familiarização com o processo como um todo pudesse ocorrer. Após a aprovação, formalização e liberação dos recursos, iniciou-se a implantação com um conjunto de reuniões para constituição de equipes de trabalho e aquisição dos insumos.

O processo de seleção das famílias passou por algumas instâncias no município, tais como: o Fórum das Associações e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Apodi no município de Apodi-RN, chegando à instância final, que é a associação de moradores das áreas beneficiadas pelo projeto. No caso específico do Sítio do Góis, foram construídos 10 sistemas no Projeto de Assentamento (P.A) Sítio do Góis e 05 na Comunidade Sítio do Góis. Já no P.A. Tabuleiro Grande, foram implementados 05 sistemas.

A implementação do Sistema PAIS, objeto deste artigo, compuseram um projeto no qual, para o município de Apodi, sobremaneira, para a Região da Chapada, foram destinadas 25 unidades do sistema PAIS. Das 25 unidades, quinze (15) foram destinadas a áreas de acompanhamento direto de uma organização do Terceiro Setor denominada Cooperativa de Trabalho de Assessoria e Prestação de Serviços Múltiplos para o Desenvolvimento Rural – Coopervida (Tabela 01).

Tabela 01 – PAIS construídos pelo projeto

Localização do sistema PAIS		Ano/Quantidade		
		2011	2012	Total
01	Sítio do Góis (PA e Comunidade)	10	05	15
02	P.A. Tabuleiro Grande	-	05	05
03	P.A. Laje do Meio	-	05	05
TOTAL		10	15	25

Fonte: Informações coletadas pela pesquisa, 2019.

O referido projeto, fruto de uma experiência produtiva, que objetiva contribuir com a segurança alimentar e proporcionar renda para as trabalhadoras envolvidas, foi levado a termo na década de 2000.

No Projeto de Assentamento (PA) Sítio do Góis, Apodi-RN, local onde a experiência foi implantada, essa tecnologia social surge como fruto de um amplo debate atrelado à conquista da terra, agroecologia, economia solidária e gênero. A proposta surge, inclusive, a partir de uma experiência de produção de hortas orgânicas do grupo de mulheres do assentamento organizada e pensada a partir de um amplo debate entre a assessoria técnica e o grupo de mulheres.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma descrição da experiência da implantação de 15 sistemas produtivos de orientação agroecológica denominados Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) em dois projetos de assentamento localizados no município de Apodi-RN: Sítio de Góis e Tabuleiro Grande.

O aporte metodológico é o estudo de caso. A escolha pelo estudo de caso está baseada no que afirma Stake:

Quase todos os estudos verificam alguma necessidade de examinar jornais, relatórios anuais, correspondência, actas (sic) de reuniões e coisas do género (sic). Recolher dados através do estudo de documentos segue a mesma linha de pensamento que observar ou entrevistar. É preciso termos a mente organizada e, no entanto, aberta a pistas inesperadas. (STAKE, 2012, p. 84)

Não existe um momento exacto (Sic) para começar a recolha dos dados. Ela tem início antes do compromisso de realizar o estudo: contextualização, familiarização com outros casos, primeiras impressões. Uma parte considerável dos dados é impressionista, recolhida informalmente à medida que o investigador se vai familiarizando com o caso. Muitas destas primeiras impressões serão posteriormente refinadas ou recolocadas, mas o conjunto dos dados inclui a primeira das observações. (STAKE, 2012, p. 65)

Neste sentido foram buscados registros e relatórios provenientes do projeto, visto que, como o intuito é relatar uma parcela do que foi realizado, com grupos e numa circunscrição geográfica específica, houve a necessidade de um resgate de informações e, sobremaneira, seleção destas em meio ao conjunto da memória registrada do projeto.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Uma guinada completa tanto na relação do ser humano com a natureza, como na forma pela qual o ser humano se afirmou como tal foi a descoberta da agricultura. Atribuída às mulheres, por volta de doze mil anos, a agricultura proporcionou a sedentarização, a possibilidade de uma regularização da dieta e certa segurança alimentar aos povos. Todavia, outros elementos que normalmente não se põem na conta foram possibilitados pela agricultura: substituição do carácter, por assim dizer, de equidade – forçada ou não – que se estabelecia com os coletores, por um carácter acumulativo e produtor de desigualdades. Outro aspecto que também pouco se ressalta foi a ação antrópica de desmatamento para o cultivo.

Com o passar dos tempos, o aumento da produção proporciona o excedente e este contribui para o estabelecimento de trocas comerciais e um novo padrão se estabelece. A diversificação de cultivares dá vez àqueles que tem um maior valor agregado e, portanto, dá mais lucro. Este foi um dos elementos que contribuiu para a construção do uso econômico da produção de alimentos.

Junto à pressão econômica vem a pressão antrópica por alimento. Então, o aperfeiçoamento de técnicas e a instauração da chamada Revolução Verde agregou fortemente o componente químico à produção agrícola. Junto com isto, ocorre o aumento das contaminações do solo, das plantas e dos seres que delas se alimentam – e, em muitos dos casos, contaminação com metais pesados.

Sob a justificativa de atender ao crescente aumento da demanda por alimentos, a indústria química amplia o leque de opções quanto ao uso de agroquímicos (adubos, venenos etc.) e a pressão sobre determinadas áreas e culturas quanto a resultados mais expressivos que visem o lucro.

Caminhando por outra vertente, alguns agricultores buscam o estabelecimento e/ou o resgate de técnicas de produção que, mesmo em alguns casos, em detrimen-

to da alta produtividade, proporcionem um alimento mais saudável e que tenha uma produção menos danosa ao ambiente. Algumas destas práticas foram apropriadas pela academia, retrabalhadas e conceituadas. Neste cenário surge a Agroecologia enquanto categoria acadêmica.

Não se deve opor o conceito às práticas e muito menos opor a academia à vertente de produção que acontece na prática, no cotidiano dos agricultores que desenvolvem este tipo de agricultura e dela tiram sua sobrevivência. A questão é compreender o necessário caráter sinérgico e dialógico que deve acontecer entre os diversos atores que permeia a categoria Agroecologia.

Primeiro, exigimos mais e melhor conhecimento das relações ecológicas entre as espécies agrícolas domesticadas, entre essas espécies e o ambiente físico, e entre essas espécies e as dos sistemas naturais. Essa necessidade é satisfeita pelo aspecto científico da agroecologia, que se baseia nos modernos conhecimentos e métodos ecológicos para derivar os princípios que podem ser usados para projetar e gerenciar sistemas agroecossistêmicos sustentáveis. (GLIESSMAN, 2014, p.18, tradução nossa).

O mesmo autor acrescenta que

Segundo, exigimos práticas agrícolas eficazes e inovadoras, sistemas no local que funcionem no presente para satisfazer nossas necessidades alimentares, enquanto lançam as bases para os sistemas mais sustentáveis do futuro. Satisfazer essa necessidade é o aspecto prático da agroecologia, que valoriza o conhecimento empírico local dos agricultores e o compartilhamento desse conhecimento, e que prejudica a distinção entre produção de conhecimento e sua aplicação. (GLIESSMAN, 2014, p. 18, tradução nossa)

O que deve ficar claro é que mesmo que a Agroecologia seja um conceito apropriado pela academia, a origem prática e as diversas iniciativas e vertentes do mesmo estão presentes na realidade de agricultores em todo o mundo e isto remete, por exemplo, a regiões como o sudeste do México há cerca de cinco mil anos, que resiste na chamada memória cultural de muitos povos (GLIESSMAN, 2014).

Há que se ter cuidado quando se atribui o nome agroecologia a determinadas práticas agrícolas apenas por estas prescindirem de uso de agroquímicos e outras coisas do gênero.

Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. É preciso ter presente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação. (CAPO-RAL; COSTABEBER, 2004, p. 10)

Arrematando a questão, os autores afirmam que

Por isto mesmo, quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação

cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13)

O alerta é extremamente válido, pois (re) lembra que a perspectiva agroecológica de produção requer um leque bastante expressivo de mudança de comportamento, uso de técnicas e toda uma série de ações que, quando não realizadas, podem levar a um desvirtuamento ou (re) produção de equívocos conceituais.

Para se compreender melhor o espaço social no qual o projeto se desenvolveu, faz-se necessário, mesmo que de forma breve, tecer alguns comentários que busquem fazer uma colocação didática dos conceitos de Agricultura Familiar e Campesinato, em seus espaços de significação específicos. O intuito é fazer com que estes conceitos possam estar claramente compreendidos.

Neste sentido, cabe iniciar a reflexão a partir dos primórdios do processo de produção agrícola no Brasil. Andrighetti (1998, p. 11) afirma que “a primeira atividade agrícola com fins comerciais praticada em nosso país foi o cultivo da cana-de-açúcar (sic). Os portugueses chegaram a tentar o plantio da cana no atual Sudeste, sem obter resultados satisfatórios”. Como o foco da produção, dada à política mercantilista dos primórdios do capitalismo, era o lucro, a constante busca de empreendimentos que auferissem muito lucro era uma constante. “Mas com a expansão açucareira, os cultivos para consumo local se tornaram cada vez menos importantes e surgiu a necessidade de importar alimentos” (ANDRIGHETTI, 1998, p. 13).

A política produtivista implantada no Brasil da época trouxe algumas consequências danosas à pequena produção e sobremaneira, a produção de alimentos para o consumo interno. “O papel secundário que o sistema econômico relegou à agricultura de subsistência contribuiria para um dos problemas mais sérios que o período colonial precisou enfrentar: o abastecimento deficiente e a conseqüente insuficiência alimentar da população” (ANDRIGHETTI, 1998, p. 14).

A pesar de tudo, a agricultura de subsistência e a produção agrícola de base familiar foram elementos que sobreviveram e, mesmo passando por algumas metamorfoses, conseguiram fazer sua caminhada histórica. É válido salientar que a agricultura familiar adquiriu nuances que em alguns países a integram ao mercado. “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33). Merece ressalva, também, esclarecer que existem dentro da própria categoria Agricultura Familiar diferenças “gritantes”, pois um agricultor familiar da França e um agricultor familiar do Brasil, por exemplo, são pessoas que, embora estejam na mesma categoria, possuem diferenças consideráveis quanto ao capital envolvido na produção, técnicas de manejo e equipamentos de trabalho.

Outro aspecto a ser levado em conta é que os debates sobre ruralidade, desenvolvimento rural e local no Brasil são vastos na academia, nos movimentos sociais (WANDERLEY, 2001). A autora enfatiza o quanto é importante reconhecer e relacionar a realidade rural em uma dinâmica mais ampla, sem, no entanto, esquecer-se de levar em consideração as especificidades históricas, políticas, sociais, culturais e ambientais para compreender sua lógica e dinamicidade. Ela afirma que:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY, 2001, p. 26)

Compreender essas especificidades do mundo rural brasileiro e, especialmente, do nordestino é de suma importância para a articulação e o entendimento do quadro geral que contempla a dinâmica de ocupação do território, as formas de organização social, econômicas, culturais e políticas e, principalmente, as relações campo-cidade. Nesse sentido, é por demais relevante apresentar e discutir a implantação de um projeto que consiste em uma experiência de produção de agroecologia e que leva em consideração as especificidades regionais, locais e principalmente as de gênero, e que volta seu olhar, sua ação para essa categoria que, no mundo rural, tem sido invisibilizada.

Na realidade rural, a figura do Homem como o chefe da família ainda é recorrente, essas relações patriarcais contribuem e engendram um sistema social de opressão às mulheres. Nesse sentido, é relevante desenvolver ações que reconhecem que a ordem patriarcal não é natural, que é possível pensar estratégias para combatê-la, redefini-la (PISCITELLI, 2004). A autora reforça a necessidade de pensar políticas públicas que levem em consideração as especificidades e as desigualdades de gênero no sentido de redefini-las.

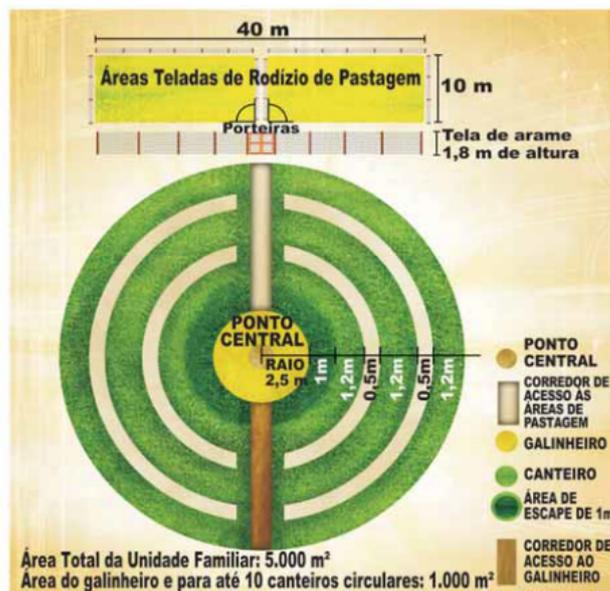
O discurso da busca do desenvolvimento sustentável para o campo e da construção de um outro modelo através de experiências fundadas na agroecologia – expressado por técnicos, lideranças de agricultores, agentes políticos, etc. – geralmente se coloca em meio a um conjunto de mudanças sociais e políticas – de busca da equidade, da solidariedade, da inclusão social, etc. - entre as quais também se colocam, ainda que de forma pouco explícita, as mudanças nas relações de gênero. (SILIPRANDI, 2007, p. 845)

Outra questão que merece ressalva neste contexto é a figura do camponês. Mesmo em muitos momentos havendo confusões conceituais, cabe ressaltar que o elemento que permeia ambas as categorias também podem auxiliar na diferenciação. O camponês poderia ser caracterizado como um agente político enquanto que o agricultor familiar poderia ser enquadrado como um agente econômico. Aqui, vale ressaltar, que estas caracterizações padecem de um reducionismo que pode levar a mais equívocos interpretativos. “De fato, a agroindústria e o capital financeiro estavam se encarregando de fazer da agricultura familiar parte integrante da divisão social do trabalho em nível internacional, por aí subvertendo seus traços essenciais” (ABRAMOVAY, 2007, p.79). Todavia, como não é objeto do presente trabalho aprofundar as questões que aproximam ou afastam estas duas categorias, fazer o informe destas duas linhas gerais pode ser suficiente.

O sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) foi desenvolvido, sobremaneira, a partir dos estudos de Aly Ndiaye, Engenheiro Agrônomo, nascido em Kaolack, uma cidade que fica distante cerca de 200 km ao sudoeste de Dakar, no Senegal, país da África Ocidental (NDIAYE, 2016). Ele principiou o desenvolvimento das bases do sistema quando ainda se encontrava graduando na academia, por intermédio de projetos de pesquisa.

O sistema PAIS é composto por uma estrutura central que comporta um criatório de aves, circundado por canteiros em forma de anéis e um sistema de irrigação alimentado por uma caixa d'água elevada, de acordo com a Figura 1.

Figura 1: Diagrama Construtivo de um PAIS



Fonte: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/622CBB8598A2EB-538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/622CBB8598A2EB-538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf) (2019).

O criatório de aves é ligado a dois piquetes por intermédio de um corredor telado com o intuito de fazer a circulação dos animais do criatório até a área dos piquetes sem que estes tenham contato com o que se está produzindo nos canteiros. O intuito dos piquetes é fornecer área para pastejo dos animais que são postos nos mesmos de forma alternada. Completando o sistema, existe um reservatório de água elevado com um volume de cinco metros cúbicos, cuja base normalmente é utilizada para guardar ferramentas, materiais e outros insumos utilizados na produção.

O sistema PAIS traz em si um conjunto de aspectos que o reforçam à Agricultura Familiar e possibilitam uma sustentabilidade à produção de base agroecológica, sobremaneira com a orientação para o desenvolvimento de práticas que visem diminuir a dependência de insumos externos, possibilitem uma melhoria na qualidade alimentar das famílias e proporcionem uma agregação de renda ao núcleo familiar. “O principal objetivo do programa é estimular os agricultores a adotarem práticas com bases agroecológicas nas suas unidades de produção a fim de garantir uma alimentação saudável para sua família e uma renda extra por meio da comercialização do excedente” (NDIAYE, 2016, p. 13).

Outro aspecto importante da iniciativa é que ela visa o estímulo à organização coletiva dos agricultores familiares, sobremaneira com o intuito de fortalecimento do escoamento e comercialização da produção.

Porém, para tanto, identificou-se que a agregação da tecnologia social PAIS a iniciativas que viabilizem a organização dos agricultores, preferencialmente de forma associativa, para acessar mercados diferenciados, como os institucionais, feiras locais e de produtos orgânicos, é fundamental para viabilizar a produção diversificada da proposta. (NDIAYE, P.33, 2016)

Produzir de forma sustentável, diminuir os impactos antrópicos na produção, principalmente impactos negativos no meio, fortalecer a organização dos trabalhadores rurais e proporcionar uma possibilidade de sustentabilidade econômica podem resumir a filosofia da proposição dos sistemas PAIS.

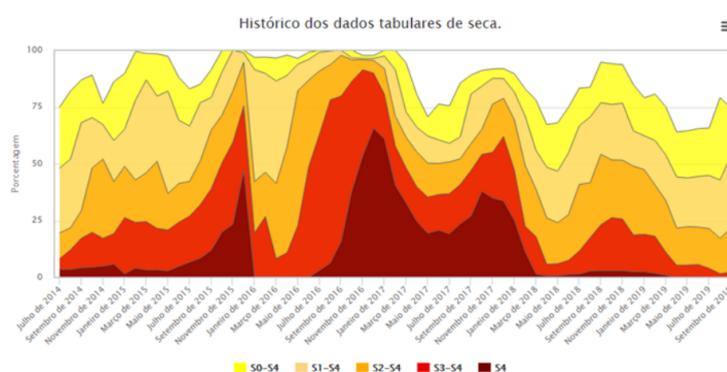
Comportando em si uma série de conceitos e implementações de base agroecológica, o sistema PAIS busca constituir-se como uma possibilidade factível de produzir de forma sustentável. “O PAIS procura melhorar a forma de produzir alimentos em pequenas unidades de produção familiar, auxiliando os agricultores a integrarem a produção animal e vegetal, através do uso de desenhos em formato de mandala” (NDIAYE, 2016, p. 13). Produzir de forma integrada e sustentável tem inúmeras vantagens para o meio e, sobretudo, para a família, pois, além de ter acesso a uma alimentação mais saudável, a produção pode gerar renda. Outro fator importante é a característica de consorciamento vegetal e animal em uma área pequena, o que gera uma otimização de espaços e possibilita a diversificação na dieta da família.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existe uma série de questões que concorrem para o sucesso – ou insucesso – de um projeto produtivo. Fatores naturais dos quais não se pode ter o controle suficiente para se ter a minimização dos impactos decorrentes; fatores relacionados às demandas econômicas da realidade local – e mesmo da nacional, da qual podem decorrer consequências locais –; fatores relacionados às dinâmicas sociais do grupo produtivo entre outras.

Um dos fatores de ordem climática que concorreram para gerar limitações para as unidades produtivas do projeto foi a ocorrência da seca mais prolongada da série histórica mais recente, que durou de 2012 a 2017, cujo período mais acentuado encontra-se na Figura 2.

Figura 2: Estiagens de 2014 a 2019



Fonte: <http://msne.funceme.br/map/mapa-monitor/area> (2019).

A estiagem tornou-se um fator limitante, pela extensão temporal e pela forma acentuada. Todavia, não veio a constituir-se como um impeditivo, visto que a quase totalidade das famílias já contavam com estruturas para reserva de água, porém, dada a extensão e severidade, como já dito, a seca de 2012 a 2017, houve baixas consideráveis e inviabilizações em algumas das implementações.

Se o nível de produção não atendeu ao que se havia planejado, dois elementos merecem ressaltar: a produção para subsistência e o excedente que foi comercializado de forma local, no âmbito das próprias comunidades – mesmo ressaltados os infortúnios supracitados – atestam a viabilidade do sistema PAIS.

O que deve ser companhia constante deste sistema é consciência de sua dinâmica e capacidade de adaptar-se e ser adaptado aos locais. E isto significa também, na visualização de problemas ou entraves, analisarem-se as possíveis soluções sem que se perca o norte do programa que é a produção agroecológica, sustentável, integrada e sinérgica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já referido anteriormente, o sistema PAIS agrega em si uma série de componentes que auferem ao mesmo, diversas possibilidades de êxito. Todavia, colocação do sistema em meio a uma lógica produtivista que vise tão somente o lucro pode gerar práticas enviesadas e deturpações de suas bases constitutivas.

O sistema PAIS se integra uma lógica de produção que aponta para a sustentabilidade. E isto envolve uma série de fatores que não somente a produção em si. Deve-se refletir sobre a sustentabilidade integral do sistema.

Como já ressaltado, o ser humano ao criar a agricultura, cria caminho para sua afirmação como ser humano. É conhecimento comum que a ação humana de transformação da natureza por intermédio da agricultura produz impactos. O que se tem que pensar é como reduzir a quantidade de impactos e minimizar os efeitos daqueles impactos que são negativos.

Pôr em prática estratégias de desenvolvimento que tragam consigo sustentabilidade é um dos grandes desafios desta empreitada. São muitos os desafios: conviver com o Semiárido, o que traz consigo o desafio da otimização do uso da água; produzir de forma menos agressiva tanto a natureza quanto aos seres humanos que vão consumir; proporcionar sustentabilidade econômica aos empreendimentos; e, por fim, fortalecer a organização coletiva. Estas são questões apresentadas pela realidade da produção no sistema PAIS.

Há que se pensar em produzir melhoria adaptativas no sistema, sobremaneira, quando se encara a realidade de escassez hídrica e, em muitos dos casos, se enfrentam longos processos de estiagem. Aperfeiçoar/adaptar o sistema de irrigação, buscar adaptabilidade regional quanto ao tipo de cultivar das hortas, inclusive com a possibilidade de se pensar em variedades vegetais que tenham uma maior rusticidade e resistência aos estresses hídricos decorrentes de escassez de água, são muitas das questões que se apontam para ampliar o grau de confiabilidade e sucesso do sistema PAIS, sobretudo para o Semiárido.

A caminhada na perspectiva da transição agroecológica deve apontar, também, para as culturas locais, ou seja, conhecer costumes e hábitos culturais de produção e solução de problemas de forma local pode apontar para que, em meio a um processo de sinergia, se possa produzir as adaptações necessárias ao sistema sem que este perca suas características principais. Esta talvez seja uma das mais desafiadoras questões apresentadas à implementação dos sistemas PAIS.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ANDRIGHETTI, Yna. **Nordeste: mito e realidade**. São Paulo: Moderna. 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

**DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS:** Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-da-chapada-do-apodirn/>> acesso em 23 de outubro de 2019.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. Boca Raton: CRC Press. 2014. E-Book. ISBN 13: 978-1-4987-2846-1. Disponível em:<[file:///C:/Users/Cliente/Downloads/9780429153709\\_googlepreview.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/9780429153709_googlepreview.pdf)>. Acesso em: 26 de out.

NDIAYE, Aly. **Análise do desenvolvimento do programa PAIS–Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, enquanto estratégia para geração de renda e segurança alimentar e nutricional de sistemas de produção familiares:** estudo realizado nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. 2016. 50f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Rio de Janeiro-RJ, 2016.

PISCITELLI, Adriana. **Reflexões em torno do gênero e feminismo**. Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **PAIS - PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL: MAIS ALIMENTO, TRABALHO E RENDA NO CAMPO. SAIBA COMO PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE**. ISBN: 978-85-7333-559-0. 3ed. Brasília: Sebrae, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

STAKE, Robert E. **A arte da investigação com estudo de caso**. Tradução de Ana Maria Chaves. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44.



# **O SUJEITO CAMPONÊS DO APODI E SUA AÇÃO SOCIAL: DISCURSOS, PODER E RESISTÊNCIA**

**RESUMO:** Neste artigo, tentaremos entender o conceito de resistência a partir de um recorte teórico que nos seja viável para a análise das relações de poder que se desenrolam no âmbito dos sujeitos do “projeto da morte” ou, dito de outra forma, nos perguntaremos quais relações de poder atravessam os sujeitos que são atingidos pela discursividade imanente ao enunciado “projeto da morte” e suas correlatas práticas discursivas e não discursivas. Para tanto, também à guisa de fundamentação teórica, nos propomos a analisar um pouco do pensamento de Arendt (1994) e de Bourdieu (1999), buscando um diálogo – mesmo que às vezes somente lateral – entre algumas proposições desses autores e a visão de Foucault (1971, 2002, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012, 2013, 2016) sobre a problemática do poder. Nosso desafio, portanto, é sugerir uma investigação que caminhe no sentido de tentar entender o que é e como se manifesta o poder, ou as relações de poder, e que, igualmente, permita perceber o fenômeno político e social que representa, por exemplo, a emergência do enunciado “projeto da morte”, através dos estudos daqueles sujeitos e de um recorte teórico que nos sirva para tal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar. Agronegócio. Perímetro Irrigado. Projeto da Morte. Semiárido.

## **1 INTRODUÇÃO**

O sujeito camponês do Apodi, territorializado, engajado, comunitário, político, consciente de si, de sua posição e de sua forma de ser e estar no mundo, trata-se de um sujeito que defende seu estilo de vida e seu território em meio às ameaças constantes que a contemporaneidade impõe<sup>9</sup>. O acesso a esse sujeito a partir do estudo de uma discursividade bastante eloquente, que qualificava/nomeava/descrevia a instalação de um perímetro irrigado na Chapada do Apodi – francamente alardeado por alguns como uma possibilidade de redenção econômica – como um projeto que, na verdade dos resistentes, os desarticulava e destruiria o seu estilo de vida, tirando-lhes a terra e a identidade. O referido projeto, anunciado em 2012 pelo Departamento Nacional de Obras de Contra as Secas (DNOCS), era pelos agricultores familiares, chamado de “projeto da morte” – uma alcunha forte e original.

---

<sup>9</sup> Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado “Verdade, Poder e Discurso: o ‘Projeto da Morte’ de Santa Cruz do Apodi/RN”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN), no ano de 2018.

À medida que nos aproximávamos do objeto deste estudo e adentrávamos em seus meandros, os sujeitos e suas falas de resistência iam se descortinando. Assim, conhecíamos, gradativamente, personalidades ímpares, como pesquisadores, integrantes da Pastoral da Terra e os próprios agricultores. Presidentes e ex-Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi apareciam como poderosos interlocutores – ou autores, à moda foucaultiana (FOUCAULT, 2011) – de um discurso forte, eloquente e que bradava resistência, mas não simplesmente uma resistência sentimental, digamos. De igual modo, não é uma resistência que possa ser compreendida como uma expressão de raiva, fundada simplesmente em um eventual medo ou aversão ao progresso, como muitas vezes queriam fazer entender aqueles que alardeavam a necessidade de se fazer uma redenção econômica da região por meio da implantação de um perímetro de irrigação na Chapada do Apodi, RN.

O locus deste estudo, o município de Apodi, situa-se na mesorregião homogênea do oeste potiguar, no estado do Rio Grande do Norte (RN). O referido município conta com uma população de cerca de 35 mil habitantes (IBGE, 2017a), dos quais 50,4% são residentes na zona urbana e 49,6% na zona rural do município. Essa informação já nos introduz a uma condição marcante do local, fundante para a produção discursiva de que trataremos: trata-se de uma circunscrição grande territorialmente – cerca de 1.600 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017a) – com ampla população rural relativa – e, também, em termos absolutos, visto que a população rural de Apodi está entre as maiores do RN.

Segundo Landim Neto, Paulino e Ribeiro (2016), Apodi é o município mais populoso da Chapada e tem seu território popularmente dividido em quatro regiões (Chapada, Areia, Vale e Pedra), com mais de 80 comunidades distribuídas por essas áreas – embora, para Fernandes (2017), sejam mais de 96 comunidades. Tais números nos levariam a uma conclusão lógica: Apodi é um município campesino e o seu Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser, por coerência, especialmente para um leitor de outra região que esteja inicialmente se apropriando desses dados, predominantemente agrícola. Todavia, essa não é a realidade dos números da economia do município aferidos pelo IBGE (2017b): neles, os serviços respondem por 56% do PIB; a indústria, por 38,37% e a agropecuária, é responsável somente por 5,63% de toda a riqueza gerada na localidade do Apodi. Em cifras absolutas, estamos falando de um PIB municipal total de cerca de R\$ 494.910.000,00, dos quais apenas R\$ 27.872.000,00 são originados da agropecuária (IBGE, 2017b).

Considerando que os setores secundário e terciário se referem às atividades econômicas geralmente urbanas, temos, grosso modo, em Apodi, uma zona rural com inexpressiva produtividade per capita, menor, por exemplo, do que a de Mossoró-RN, que apresenta um dos maiores PIBs agrícolas do estado do RN, mas que tem somente 8,7% de sua população morando na zona rural – o que equivale a cerca de 22 mil pessoas (IBGE, 2007a). Em Baraúna-RN, por sua vez, um município menor, com cerca de 24 mil habitantes, dos quais 37% vivem na zona rural, o PIB agrícola é duas vezes maior do que Apodi (IBGE, 2017b), em números absolutos. Ressalte-se que Mossoró e Baraúna são municípios, para a realidade do RN, dinâmicos economicamente, também geomorfologicamente localizados em área da Chapada do Apodi e têm, em números absolutos, respectivamente, PIB agrícola em torno de R\$ 133.257.000,00 e de R\$ 48.816.000,00 (IBGE, 2017b).

Se, para a contínua análise desses números, trouxermos outros dados do IBGE (2008), especialmente aqueles contidos na pesquisa intitulada “Mapa de pobreza e desigualdade”, de 2003, a situação se tornará ainda mais esquemática, pois chama-nos sobremaneira a atenção o elevado percentual de pessoas, no município de Apodi, que se autotransformam como pobres ou, em outras palavras, o elevado índice de pobreza subjetiva do município, sendo este conceito assim compreendido:

(...) a pobreza subjetiva se apoia no sentimento de impotência e exclusão social. Os indivíduos acometidos por essa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o imprescindível para viver. Assim, a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessária à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania. Outro fator que caracteriza esta vertente de análise é a dificuldade de mobilidade social, dados os fatores psicológicos e as dificuldades materiais de superação de tal situação (ESPÍNOLA et al, 2010, p. 03).

Esse método de aferir quantitativamente a pobreza – por mais contraditório que pareça ser – é bastante qualitativo, subjetivo, e nos ajuda a entender como o apodiense se enxerga quanto a esse particular: cerca de 69,14%, quase dois terços da população do município de Apodi, se autodenomina pobre, enquanto, por exemplo, em municípios como o de Baraúna-RN e Limoeiro do Norte-CE, onde o agronegócio está instalado já há alguns anos, esses percentuais são menores, da ordem de 64,38% e 47,2%, respectivamente. Embora a diferença entre os municípios de Apodi e de Baraúna não seja aparentemente tão díspar, Apodi é a quadragésima sétima cidade mais subjetivamente pobre do estado do RN, enquanto Baraúna é apenas a octogésima sexta. Portanto, em índices relativos dentro do estado do RN, Baraúna é bem menos pobre do que Apodi. Já a diferença de percentuais entre os municípios de Apodi e de Limoeiro do Norte, por outro lado, é bastante sensível (IBGE, 2008).

Assim, temos que há uma sensação geral de pobreza em Apodi, que, juntamente com a presença de um meio rural aparentemente improdutivo, configuram fatores – ou deveriam configurar – considerados como elementos concretos e virtualmente potencializadores de um discurso que apoia, invariavelmente, a instalação de qualquer empreendimento econômico de grande porte na cidade, em sua zona rural ou urbana, público ou privado, especialmente um perímetro irrigado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o qual foi anunciado pelo Governo Federal no início desta década.

Ocorre, no entanto, que os anos de 2012 a 2014, ao contrário, foram especialmente conturbados em Apodi: debates acalorados aconteciam em todos os espaços, desde a Câmara de Vereadores, passando pelas rádios e chegando às esquinas e comunidades rurais. Não se falava em outra coisa, senão no então recente anúncio, realizado pelo DNOCS, da implantação do chamado Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi, o qual, segundo o discurso oficial do citado órgão do governo, seria uma redenção econômica para a região e a inseriria nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, globalizando-a e gerando empregos e desenvolvimento.

Para um observador externo, tudo faria muito sentido: um percentual elevado do município está localizado em área da Chapada do Apodi – onde, em outras cidades, como Assú/RN, Mossoró/RN, Baraúna/RN e Limoeiro do Norte/CE, há especial desenvolvimento econômico – e a área de irrigação está próxima à segunda maior barragem do estado do RN, a Barragem de Santa Cruz. Junte-se a isso a instalação, no local, de um campus agrário do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado pela Lei Federal 11.892 (BRASIL, 2008), equipado com uma fazenda-escola com boa infraestrutura e que, à época do anúncio de instalação do perímetro, ofertava cursos técnicos em biocombustíveis, zootecnia e agricultura, áreas do conhecimento que potencializariam o desenvolvimento de uma atividade agrícola moderna e com capacidade de agregar capital e tecnologia. Logo, a chegada do investimento federal para a construção de um perímetro irrigado em Apodi completaria, em tese, um ciclo de possibilidades: a) condições naturais, pois na localidade há água, sol e solo em relativa abundância; e b) qualidades econômicas estruturais, como mão-de-obra qualificada, tecnologia e investimento.

Talvez por isso, um conjunto de atores locais, mormente econômicos e políticos, começou a produzir, à época, enunciados de apoio ao projeto, tratando-o como uma necessidade para o desenvolvimento da região e citando, sempre de forma positiva, o exemplo de outros perímetros irrigados instalados no estado, como o de Cruzeta e o do Baixo-Assú, bem como um outro perímetro já inteiramente implantado na área da Chapada que pertence ao estado do Ceará, no município de Limoeiro do Norte (APODI FORTE, 2011). Inclusive, a imprensa local, constituída de duas emissoras de rádio e vários blogs, deu larga vazão à expressão “redenção econômica”, sempre a utilizando para defender o perímetro irrigado como um modelo adequado para o desenvolvimento local, conforme é possível se observar no título da matéria “Projeto de Irrigação Santa Cruz, a redenção da Chapada do Apodi” (Freitas, 2014).

Segundo o documento Dossiê-Denúncia (2012), produzido pela CUT, o supracitado projeto pretendia desapropriar cerca de 13.855 ha (treze mil oitocentos e cinquenta e cinco hectares) de terras, representando um investimento da ordem de R\$ 242.000.000,00 (duzentos e quarenta e dois milhões de reais), com verbas então vindas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. É nesse contexto que, a despeito de todas as condições já descritas, e para a surpresa de qualquer observador externo mais desavisado, o nosso objeto de estudo nasce: uma robusta discursividade contrária à instalação do perímetro irrigado, a qual é apelidada pela forte alcunha de “projeto da morte”, começa a produzir sentidos e verdades próprios de um movimento de resistência – ou, pelo menos, assim autoproclamado – que, no campo do discurso, é de uma eloquência ímpar. Inaugura-se, em Apodi, um forte movimento organizado, articulado e intitulado “Não ao projeto da morte”, que assim se caracteriza:

Somos a resistência de um povo que diz NÃO ao “Perímetro Irrigado da Chapada do Apodi”, como chamamos: “PROJETO DA MORTE”. (...) Uma ‘reforma agrária ao contrário’ que destruirá as práticas agroecológicas dos agricultores e agricultoras apodienses ao priorizar a monocultura e a exploração de grandes extensões de terra, com grande utilização de agrotóxicos, causando diversos problemas aos recursos naturais e à vida humana. Representará, também, implosão de um grave problema social, já que as indenizações a serem pagas aos agricultores serão em valores ínfimos, impossibilitando-os de ter nova moradia e outra forma de sustento. Somos todos camponeses e camponesas: NÃO AO “PROJETO DA MORTE” NA CHAPADA DO APODI! (RESISTÊNCIA DE APODI, 2017).

Lentamente, um clima de imenso descontentamento se instala e enunciados do tipo “vamos lutar, vamos resistir, vamos pensar melhor em quem vamos colocar no poder”, “a nossa luta é todo dia, a Chapada do Apodi não é mercadoria”, “lutar e resistir pela Chapada Apodi” (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI-RN; COMUNIDADES RURAIS DA CHAPADA DO APODI-RN, 2012), começam a circular freneticamente na cidade. Grupos sociais organizados dão corpo ao movimento “Não ao projeto da morte”, o qual é composto pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Mossoró, dentre outros, além de um forte aporte de intelectualidade de universidades próximas – mormente, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semiárido, (UFERSA), Universidade Federal do Ceará (UFC) e, em menor escala, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), todos integrando o chamado e autoproclamado “movimento de resistência”.

A resistência dos sujeitos camponeses do Apodi é multifacetada. É política porque envolve, como veremos nos tópicos a seguir, articulação entre os sujeitos e organizações políticas e instituições por eles mesmos moldadas e construídas historicamente – falo aqui

do sindicato, das associações comunitárias e da igreja. Inclusive, quando andava pelo campo realizando a pesquisa e via a incrível participação que a Comunidade Pastoral da Terra tem na produção dessa discursividade, por um instante, lembrava-me de Geraldo Vandré (1968), quando, em *Terra Plana*, dizia: “aos pés de muitas igrejas, lá você vai encontrar esperança e caridade querendo se organizar”.

Ela é também uma resistência científica porque, para aquele movimento, fluem pesquisadores e uma imensa energia que produz uma discursividade amparada na autoridade do discurso científico, dizendo: o agronegócio não é viável, nem desejável naquelas paragens. Não é simplesmente porque querem os cientistas resistentes, mas porque a Biologia e a Medicina dizem que os agrotóxicos envenenam e matam; a Hidrologia diz que a barragem de Santa Cruz e os aquíferos da Chapada não suportam uma produção agrícola em larga escala; a História e o Direito dizem que o modelo de perímetros irrigados no Nordeste semiárido brasileiro não produzem os resultados amplamente alardeados quando são divulgados como uma possibilidade de redenção econômica e social. O discurso científico e sua imensa vontade de verdade se impõem no jogo argumentativo do “projeto da morte”.

Neste artigo, tentaremos entender a resistência a partir de um recorte teórico que nos seja viável para a análise das relações de poder que se desenrolam no âmbito dos sujeitos do “projeto da morte”. Dito de outra forma, nos perguntaremos sobre quais relações de poder atravessam os sujeitos que são atingidos pela discursividade imanente ao enunciado “projeto da morte” e de suas correlatas práticas discursivas e não discursivas.

Nosso desafio, portanto, é sugerir um estudo que caminhe no sentido de tentar entender o que é e como se manifesta o poder, ou as relações de poder, e que, igualmente, permita perceber o fenômeno político e social que representa, por exemplo, a emergência do enunciado “projeto da morte”, através dos estudos daqueles sujeitos e de um recorte teórico que nos sirva para tal.

Em decorrência dos fatos acima, interessa-nos – também e sobretudo – analisar a forma como ocorre a subjetivação daquilo que nestes escritos optamos por chamar de sujeitos do “projeto da morte”. Isto é, buscaremos entender os processos de subjetivação que são despertados pela discursividade que ora estudamos. Partiremos de dois pressupostos: a) o sujeito não é fonte de sentidos e não tem acesso direto ao objeto, mas ao discurso sobre esse objeto (VEYNE, 2011); b) não há uma relação direta de transparência entre as palavras e as coisas e, por isso, o discurso é um acontecimento, ou seja, uma emergência histórica determinada por práticas discursivas e pelo conjunto de regras que regem essas práticas (SILVA, 2004).

Tudo isso forma um conjunto de palavras de resistência que atravessam aqueles sujeitos e lhes dizem todos os dias: a nossa luta vale a pena. Eles lutam para manter o seu estilo de vida, o seu território, a sua história. Lutam porque querem exercer poder sobre os seus espaços, moldando-os à sua própria imagem e referência, como fazem todos os demais seres humanos em seus territórios.

## **2 PODER E COMUNIDADE: AS RAÍZES DA RESISTÊNCIA**

O poder, como o sujeito, é um tema recorrente nos estudos das humanidades, sendo aquele no mais das vezes sempre entendido como um fenômeno recorrente, habitual, seja nas relações humanas ocorridas na vida cotidiana, seja nas relações ocorridas no plano das instituições sociais ou dos países – ou mesmo dos discursos/práticas discursivas. Berger e Luckman (2006), por exemplo, entendem que a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana, por ser esta a soma das tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. A definição dessas tipificações e desses padrões, conforme Giddens (2003, p. 365), se faz a partir do estabelecimento de relações de poder que preexistem ao indiví-

duo. Nesse sentido, portanto, na mais simples situação da vida cotidiana, haverá nela impressas relações de poder que a ela preexistem. Em todas as hipóteses, o poder parece sempre estar associado à estratégia, ao domínio, à sujeição e, em algum grau, à violência.

Nesse sentido, para Arendt (1994), o poder resulta da capacidade humana não somente de agir ou de fazer algo, mas de unir-se a outros e atuar em concordância com eles – o que poderia ser entendido como a estratégia –, sendo, por isso, uma espécie de ação em concerto que funda uma dada comunidade. Conforme nos diz ainda Arendt (1994, p. 36):

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, “seu poder” também se esvanece.

É possível dizer, portanto, que, segundo essa visão, o poder não compreende, necessariamente, a instrumentalização da vontade alheia para os próprios fins de um determinado indivíduo, mas a formação de uma vontade comunitária, exercida em conjunto, coletivamente. Guardadas as devidas proporções de escala, se o poder, portanto, é uma coisa que se exerce em conjunto, em Apodi, o enunciado “projeto da morte” não é só uma resistência a um poder, mas em si também é um exercício de poder em conjunto pelos sujeitos desse discurso, incluídas todas as organizações e movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA), os intelectuais, entre outros.

Nesse sentido, erigir o poder à condição de ato fundador de uma comunidade, portanto, a ela pré-existente, é um debate também relativo à legitimidade do poder – de quem exerce o poder –, posto que se este nasce a partir de um fim comunitário e representa um ajuntamento de pessoas, fundando-o, é sob esse prisma um fim em si mesmo, legítimo por si só.

Nossa pesquisa de campo nos sugeriu forte organização política dos camponeses de Apodi: cada comunidade conta com uma associação e o conjunto das associações compõe o sindicato que, embora tenha um presidente, funciona, em suas deliberações políticas, como um órgão colegiado (Dados da pesquisa, 2017). Os temas são debatidos nas comunidades através das associações, e o fórum das associações reunido no Sindicato delibera sobre as matérias de relevância para o colegiado (Dados da pesquisa, 2017) – não é preciso dizer que a “ameaça” do agronegócio é tema constante. Na visão de Carvalho (2017, p. 37):

O STTRA configura-se como um ator importante para a manutenção e o desenvolvimento da agricultura familiar da Chapada do Apodi. Ao desenvolver uma pauta de discussões e de reflexões com os agricultores acerca dos riscos que o agronegócio representa para as comunidades e sua lógica produtiva organizacional, o STTRA tem permitido que os agricultores familiares da Chapada do Apodi participem como protagonistas das discussões e das elaborações das estratégias de enfrentamento ao poder do capital global.

Perguntado sobre essa questão, o Professor João Paulo Medeiros afirmou:

[...] (O STTRA) é um sindicato que tem uma leitura muito combativa a partir do agricultor, a partir do camponês e é um sindicato (que), para mim, junto com a pastoral da terra, é o principal responsável desse pessoal ainda estar lá hoje. Se houve, de fato, alguma resistência, algu-

ma força, alguma indignação, foi o sindicato que conseguiu incendiar os camponeses e fazer com que eles percebessem que esse projeto não poderia ser algo normal, aceitável e que, de longe, não iria ser bom para eles [...] (grifo nosso, informação verbal)<sup>10</sup>.

Temos aí as raízes da resistência e dos resistentes: para Arendt (1994), em concepção oriunda de sua tradição teórica ligada à Ciência Política, o poder não é somente uma relação, mas também, e sobretudo, é advindo de instituições políticas, sendo essas o seu repositório ordinário. O STTRA e as associações de cada comunidade, portanto, sob esse aspecto, são o *locus* desse exercício do poder organizado e institucionalizado, que funda a comunidade e a refunda cotidianamente através da discursividade do “projeto da morte” – “a resistência ao perímetro irrigado, todas as mobilizações, elas surgiram aqui nesse grupo de 50 associações que vêm das comunidades e se espalham, uma pauta aqui se torna espalhada em todas as famílias que estão organizadas em associações” (informação verbal)<sup>11</sup>.

Essa descoberta da pesquisa nos é sobremaneira relevante, uma vez que, necessariamente, não nos interessa em última análise dizer se é legítima ou não a instalação de um grande projeto do agronegócio ou se a resistência à sua instalação é, por sua vez, mais ou menos legítima. Pelo contrário, interessa-nos sobremaneira lançar o olhar sobre a forma como os sujeitos se colocam – ou se subjetivam – neste contexto de mudança social latente, como o da Chapada do Apodi na área do município de Apodi.

### **3 AINDA SOBRE PODER: UM DIÁLOGO ENTRE DUAS VISÕES POSSÍVEIS**

A base da teorização proposta por Bourdieu (1999; 2005) – o qual foi contemporâneo de Foucault e seu colega no *Collège de France* – está na construção do conceito de campo e *habitus* que se constituem – a grosso modo –, respectivamente, de uma estrutura social, por um lado, e de esquemas de percepção, pensamento e ação, de outro. Segundo Peters (2013), o sociólogo francês desenvolveu uma abordagem praxiológica cujo cerne é a relação dialética entre condutas individuais propelas por disposições socialmente adquiridas e reunidas em um *habitus*, de um lado, e estruturas objetivas, ou campos de relações entre agentes diferencialmente posicionados e empoderados, de outro.

O poder, para Bourdieu (1999), opera no campo – e, portanto, impõe/cria/constrói um *habitus* – através da violência simbólica, culminando em um processo de reprodução social entre dominantes e dominados, conforme o texto abaixo:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 1999, p. 47).

---

10 Entrevista concedida por MEDEIROS, João Paulo do Vale de. Entrevista 5. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min 46 s).

11 Entrevista concedida por Fernandes, Francisco Agnaldo de Oliveira. Entrevista 3. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (01 h 03 min 53 s).

Malgrado a violência simbólica não ser uma categoria fundante de nossa análise neste artigo, não nos escusaremos de sobre ela tecermos alguns comentários, sobretudo no sentido de esclarecer a forma como a vemos conceitualmente e o porquê de não pretendermos utilizá-la para nossas apreciações. Primeiramente, a violência simbólica seria, portanto, uma forma particular de dominação na medida em que, para a sua análise de forma mais crítica, não nos é autorizado pensá-la somente como uma relação – ainda que dialética – entre coerção e submissão, mesmo que esta última possa ser entendida como consentida. Ao contrário, trata-se de esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam a dominação sem qualquer consentimento ou possibilidade de resistência por parte do dominado, pois a dominação impõe verdadeiras limitações às possibilidades de pensamento e de ação dos oprimidos, os quais têm sua consciência invadida pelo poder onipresente dos homens organizados em estruturas sociais (BOURDIEU, 1999).

Dado isso, não conseguimos enxergar, na questão do Apodi – e por isso, frise-se, não é a violência simbólica uma filigrana substantiva nestes escritos – a presença de uma violência simbólica de tal forma abrasadora que impedisse qualquer resistência, por exemplo, ao discurso da “redenção econômica”. Ao contrário, as condições de Apodi potencializam a resistência a discursos e soluções gestadas fora daquele território, sem que se leve em consideração as subjetividades lá presentes, que formam o homem camponês de Apodi. Da mesma forma, não é crível afirmar que o discurso do “projeto da morte”, embora hegemônico, não encontra resistência aos seus sentidos, pois a força do capital torna sempre possível o despertar de uma memória que a todos diga: é preciso redimir Apodi de sua pobreza crônica, e isso só será possível com a implantação do agronegócio.

É preciso refletir um pouco sobre essas premissas apontadas por Bourdieu (1999), a fim de discutirmos se este é um viés teórico que podemos seguir na análise do nosso objeto. Primeiramente, tanto para Bourdieu (1999) quanto para Foucault (2010b), o poder é exercido de forma generalizada, não somente a partir dos aparelhos de Estado. Essa é uma grande similitude entre os autores e um bom ponto de partida para a análise. A partir daí, no entanto, temos que, para Bourdieu (1999), o poder logra ser reconhecido, embora muitas vezes não possa ser imediatamente percebido enquanto tal pelos sujeitos – mormente aqueles sobre quem se exerce a dominação. Por isso, se impõe de tal forma simbólica em virtude desse desconhecimento objetivo dos sujeitos submetidos aos encadeamentos de poder que lhe interpenetram.

No entanto, no momento em que Bourdieu (1999) fala em dominantes e dominados, sugerindo – pelo menos dentro de determinadas relações – posições estanques, constantes, temos que as relações de poder são vistas, a partir daí, como se transcorressem entre dois tipos de sujeitos: aqueles que dominam e aqueles que são dominados. É nesse momento que o seu pensamento passa a ser dissonante daquele apresentado por Foucault (1999), em toda a sua obra, mas sobretudo em seu célebre texto “O Sujeito e o Poder” (Simioni, 1999). Como cediço, Foucault (2010b) apresenta uma visão das relações de poder bastante peculiar, principalmente por percebê-las como dinâmicas e não como sendo fruto de atos de violência – ou de dominação –, mas, ao contrário, como uma ação sobre ações essencialmente livres. E, nesse sentido, trazemos à baila a seguinte citação (FOUCAULT, 2010b, p. 244):

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo “governo” dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde **diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer** (grifos nossos).

Bem claramente se percebe que não ocorre a Foucault sugerir relações de poder entre dominantes e dominados, mas entre sujeitos livres, os quais, conforme dito acima e realçado na parte grifada, adotarão diversas posições e reações possíveis, também podendo, cada sujeito, imergir em diversas relações de poder transversais e concomitantes, nas mais diversas escalas de sua ação social, adotando as mais variadas estratégias, conforme sua condição lhe permita essa ou aquela reação. Isto é: para Foucault, o poder não é algo localizável, mas multidirecional, espalhado como micropoderes tal qual uma rede que se estende ao corpo social e, assim, produz os seus efeitos (SILVA, 2004).

No caso do nosso objeto, nós não enxergamos a questão do Apodi como localizada somente no âmbito de uma relação estanque entre dominantes e dominados, sendo, pretensamente, dominados os interlocutores do discurso da morte e dominantes a estrutura de estado e a força do capital que quer impor um modelo dito alienígena de produção na região. Ao contrário: os autoproclamados resistentes não são, em nosso sentir, dominados. Se forem, o são no âmbito de outras relações, não do discurso, não da verdade produzida e reproduzida pelo seu discurso “projeto da morte”. A essa posição, o pensamento de Foucault (2010b) pode ser importante fundamentação: a resistência é, em si própria, também uma técnica, uma estratégia, em si também uma forma de poder; e nesse sentido, trazemos ao debate o seguinte escrito foucaultiano (Foucault, 2010b, p. 235):

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento.

É por isso que o nosso objeto reclama uma visão de poder um pouco bourdieusiana, principalmente quando este diz que os discursos só podem ser compreendidos se inseridos em um campo e como produto de agentes em luta pela imposição de suas visões de mundo como as únicas verdadeiras (SIMIONI, 1999). E, nesse sentido, só vamos conseguir compreender a emergência do enunciado “projeto da morte” se buscarmos entender esses aspectos.

No entanto, nossa posição também é – sobretudo – foucaultiana, mormente quando compreendemos que as próprias lutas que se intitulam como resistências igualmente marcam, elas próprias, os indivíduos, subjetivando-os, impondo-lhes uma lei de verdade que lhe são próprias. É isso que faz o movimento “Não ao projeto da morte” quando diz (RESISTÊNCIA..., 2017):

A possível implantação do projeto desarticulará a experiência agroecológica e da agricultura familiar que é referência em todo o país ao priorizar a monocultura e a exploração de grandes extensões de terra com larga utilização de agrotóxicos, causando diversos problemas aos recursos naturais e à vida humana.

O que temos aí é eloquente: segundo o enunciado acima transcrito, o projeto os desarticulará. Os sujeitos da Chapada veem, na possível instalação do projeto, o risco não somente de terem uma modificação estrutural na economia da região, mas principalmente um elemento desagregador, contrário à sua própria identidade como sujeito agricultor familiar, uma vez que o projeto desarticulará a experiência agroecológica e da agricultura familiar. Quer dizer: o projeto não é só um risco ao indivíduo, mas ao sujeito ou, em outras palavras, à

subjetivação compartilhada por aqueles indivíduos. Nesse sentido, portanto, essa estratégia de resistência está subjetivando os indivíduos e impondo-lhes uma lei de verdade que lhe é própria.

#### **4 PODER E DISCURSO: A VERDADE DO SUJEITO DO “PROJETO DA MORTE”**

Trazemos ao debate algumas premissas apreendidas em Stuart Hall (2006), quando este discorria sobre o processo de formação das identidades e sobre os descentramentos que os sujeitos vêm vivendo na pós-modernidade. Primeiramente, as identidades são um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Daí, em nosso sentir, os processos de subjetivação de Foucault muito se assemelham aos processos de formação de identidades de Stuart Hall (2006, 2012): ambos criam no sujeito uma autopercepção. Isto é: o processo de subjetivação não só cria sujeitos, como também, e ao mesmo tempo, cria identidades. Stuart Hall (2006), meio à moda de Foucault, chega mesmo a afirmar que, em vez de falar em identidade como uma coisa acabada – no que concordamos inteiramente –, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento.

Trazendo essas assertivas para o nosso objeto, vemos que os indivíduos atravessados pela discursividade “projeto da morte” têm, através dela, acesso a um acontecimento histórico que verdadeiramente lhes diz: a implantação de um perímetro irrigado aqui é algo de natureza unilateralmente ruim, nos desconstitui como sujeitos – e, por isso, destrói nossa identidade –, nos desagrega como comunidade e, portanto, temos de resistir. É por isso que, invariavelmente, todos os nossos entrevistados – eles mesmos sujeitos do “projeto da morte” – foram unânimes ao dizer que não é possível, não é compatível a convivência harmoniosa, em um mesmo território, entre a agricultura familiar agroecológica e o agronegócio. Nas palavras de Lima, também conhecido por Sr. Macaé:

[...] se [...] o agronegócio respeitasse a agricultura familiar, eu acredito que dava [para haver convivência harmoniosa], mas desde o começo que a gente não vê respeito. Não é à toa que eu conheço o Projeto Cabeça Preta<sup>12</sup>, e para a gente deixar bem claro que no Cabeça Preta foi um grande projeto e hoje não tem água lá, está tudo por terra [...]<sup>13</sup>. O agronegócio acaba com a produção, sim, porque o agronegócio tem condição de trabalhar e a agricultura familiar, é os cabras tomando as terras, o governo tomando as terras [e] nem nós, nem os agricultores podem trabalhar [...] não tem quem possa trabalhar [...]” (informação verbal)<sup>14</sup>.

Desenvolvendo pesquisa sobre o tema, Carvalho (2017, p. 97) chegou às mesmas conclusões e, inclusive, projetou, para o futuro, a permanência de um constante estado conflituoso na região:

---

12 Segundo o agricultor entrevistado, o “Projeto Cabeça Preta” se desenvolveu em Limoeiro do Norte-CE. De fato, há uma comunidade rural com esse nome localizada no município, mas não encontramos registros do desenvolvimento de um projeto de irrigação na localidade (Dados da pesquisa, 2017).

13 “Estar tudo por terra” quer dizer “estar tudo acabado”, “terminado”, “destruído” (Dados da pesquisa, 2017).

14 Entrevista concedida por Lima, Antônio Gonzaga. Entrevista 4. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (24 min 51 s).

Podemos inferir, portanto, que a possibilidade da convivência entre a agricultura familiar e o agronegócio na Chapada do Apodi do ponto de vista dos atores da pesquisa não se sustenta, contudo, as empresas encontram-se estabelecidas na região, isto é um fato dado, e continuam a expandir seus territórios por meio da compra de terras. Dessa forma percebemos que a convivência é negada pelos atores da pesquisa, convivência no sentido de aceitação, normalidade, boa vizinhança. O que ocorre é uma coexistência forçada, onde apesar de negado, o agronegócio permanece instalado e produzindo nas cercanias dos assentamentos pesquisados. Dessa forma, os conflitos e a resistências se potencializam, tendo em vista que o agronegócio não será eliminado.

Em trabalhos acadêmicos que, no âmbito do discurso científico, propagam o discurso do “projeto da morte”, um de seus motes é exatamente a *resistência* e a impossibilidade de convivência entre os dois modos de produção. Isso é possível de se ver pela análise de textos como o desenvolvido por Fonsêca Júnior e Brasil (2015, p. 172 e 176), do qual transcrevemos um pequeno trecho:

[...] os valores, costumes e culturas que permeiam a relação harmônica entre agricultores e meio ambiente estão ameaçados pelo Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, proposto pelo DNOCS como política de irrigação do Governo Federal, destinando a região à expansão do agronegócio, numa tentativa de acabar com a maneira justa e sustentável com que vivem os trabalhadores do semiárido.

O conflito socioambiental, portanto, figura a incompatibilidade do agronegócio na região, de modo que a resistência que ocorre é para que não haja a implementação do “projeto da morte” no município, antecedendo, então, a instalação das indústrias na área. A resistência saiu dos contornos legais e acabou por abarcar diversos movimentos sociais do estado, expandindo as ações contra o referido projeto para um contexto nacional, firmando parcerias com universidades e sindicatos, dentre outras formas de produção, passando, ainda, a ganhar cada vez mais forças.

Esse texto é a defesa de uma verdade constituída no íntimo do discurso do “projeto da morte”, sem a qual esse discurso não subsistiria: a instalação do projeto é a própria representação do mal e, por isso, deve ser combatido, resistido. Os sujeitos do “projeto da morte” são identificados como trabalhadores rurais da agricultura familiar e lidam com a terra de forma “justa e sustentável”.

Dessa forma, em nosso sentir, se só é possível descrever o funcionamento do discurso se compreendermos que ele é um elemento de poder, sendo o poder, portanto, fundador de uma verdade sobre o sujeito, logo, verdadeiramente – por meio dos discursos – fundador dos sujeitos e das identidades dos sujeitos, temos que as imagens e o trecho transcrito anteriormente são exemplos eloquentes de uma verdade que funda sujeitos, sujeitos do “projeto da morte”. É nesse caminho teórico que segue o pensamento de Silva (2004, p. 175), a seguir:

[...] o trabalho de Foucault foi o de analisar a produção do discurso como efeito do poder. Em sua ótica, o poder produz saber, não havendo saber que não se constitua nas tramas do poder. Mas, como afirma em uma de suas entrevistas, se ele chegou ao poder foi para entender o sujeito. **Dito de outro modo, sua preocupação foi entender as estratégias de subjetivação do poder, já que esse é construtor de uma verdade sobre o sujeito e também ordenador de um “perfil ideal” de sujeito que lhe seja útil** (Grifos nossos).

Essas assertivas são, para nós, noções hábeis para entender a lógica através da qual o movimento de resistência à implantação do perímetro irrigado em Apodi-RN realiza e articula

as suas práticas discursivas e não discursivas – estas entendidas como um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade (Silva, 2004) – para, através delas, construir as suas verdades.

Nesse ponto, nos permitimos uma pequena digressão: a oposição “verdadeiro x falso” é, como nos diz Silva (2004), também uma manifestação de uma das exclusões do discurso a que se refere Foucault em *A Ordem do Discurso* (2011b). Na medida em que o verdadeiro é valorizado e o falso é descartado, desacreditado, essa vontade de verdade que há nos discursos – e aqui nos atrevemos a dizer, não só nos discursos científicos, mas também e sobretudo nos discursos políticos – é mesmo uma manifestação da vontade de hegemonização dos discursos. Pretendem-se verdadeiros para serem hegemônicos e tornam-se hegemônicos por serem verdadeiros, ou seja, a única possibilidade de vida – e de verdade – existente para aqueles sujeitos.

É exatamente isso que Lucila está nos dizendo na Figura 1.

Figura 1: depoimento de agricultora, Apodi/RN, 2012



Fonte: RESISTÊNCIA..., 2017. Legenda: A gente vive do que planta e sem veneno. E a gente não sabe trabalhar em outra coisa, nem de outro jeito.

Quando Lucila (RESISTÊNCIA..., 2017) diz “a gente vive do que planta [...] a gente não sabe trabalhar com outra coisa, nem de outro jeito”, é como se dissesse que plantar é o que eles fazem, é o que eles são, é a defesa de um meio de vida que lhes identifica, que lhes subjetiva. Por isso, não é possível outra posição para os sujeitos do “projeto da morte” que não seja a de crítica e negativa à instalação do perímetro irrigado em Apodi-RN, pois o contrário os descaracterizaria como sujeitos integrantes de uma comunidade em que o discurso hegemônico que é dado a circular só lhes permite uma posição, a de serem contrários à irrigação da Chapada. Assim, é este e somente este o “perfil ideal” – e mais do que isso, aceitável – de sujeito que é útil a essa discursividade.

## **5 O DOSSIÊ-DENÚNCIA, OS INTELLECTUAIS E A ACADEMIA: A VERDADE DO DISCURSO CIENTÍFICO DO “PROJETO DA MORTE”**

Uma característica marcante da discursividade do “projeto da morte”, mesmo para aqueles que dela tomam conhecimento de forma superficial, é a constante alusão, por parte dos sujeitos falantes que enunciam repertórios interpretativos integrantes dessa formação discursiva, a pesquisas científicas. Sempre que isso ocorre, parece ao interlocutor – pelo menos foi essa a nossa impressão como entrevistador – que se dá como um apelo à verdade, digamos, como um recurso de verdade, conforme observamos pela fala de Moraes:

[...] (Há) pessoas que até já faleceram com câncer, que estavam grávidas e aí tiveram seus filhos, que já nasceram mutiladas, faltando órgãos, faltando braço, faltando mão. Tudo isso ocasionado... **e isso comprovado cientificamente por estudos de universidade, da UFC de Fortaleza.** Dra. Raquel Rigotto participou de Apodi, inúmeras vezes, com palestras, inclusive mostrando a gente com documento assinado e tudo, que o Tomé e Lagoinha foi atacado por esse sistema e pagou caro por isso. Então, muitas vidas foram ceifadas com esse sistema de produção [...] (Grifos nossos, informação verbal)<sup>15</sup>.

Essa relação da morte com agrotóxicos é um dos sentidos possíveis dessa discursividade e está intimamente ligada ao trabalho do núcleo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde) da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo, na pesquisa intitulada “Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no Baixo Jaguaribe/CE” (RIGOTTO, 2011), um compêndio de diversos artigos científicos, um de seus marcos arqueológico-discursivos. É de se notar que o entrevistado Moraes (informação verbal)<sup>16</sup> fez menção à má formação de fetos, o que é citado em alguns dos artigos que compõem, por exemplo, a pesquisa de Augusto *et al* (2011).

De igual modo, o estudo de Rosa, Pessoa e Rigotto (2011), no mesmo compêndio de artigos, cita que análises conduzidas pela equipe do professor W. Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, encontraram contaminação por agrotóxicos no leite materno (ROSA, PESSOA, RIGOTTO, 2011).

Além desses dados técnicos, digamos, mais localizados em uma interface entre a medicina e as ciências sociais, temos um importante marco discursivo do “projeto da morte”: o Dossiê-Denúncia (2012), um documento de 39 páginas subscrito por mais de 20 instituições, entre as quais estão o Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina da Universidade Federal do Semiárido (GEDIC/ UFERSA), e o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pessoa indicada no documento como responsável pelo recebimento de eventuais correspondências relativas ao movimento e ao Dossiê é o professor João Paulo do Vale Medeiros, um de nossos entrevistados, professor do Departamento de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Logo, é de se notar que as três principais universidades públicas do estado estiveram envolvidas na elaboração de um eloquente documento que pretende ser

---

15 Entrevista concedida por Moraes, José Holanda. Entrevista 6. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (13 min 36 s).

16 Entrevista concedida por Moraes, José Holanda. Entrevista 6. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (13 min 36 s).

“um grito de denúncia ecoado pelas centenas de famílias em iminência de serem expulsas de suas terras e (de) ter sua história apagada” (DOSSIÊ-DENÚNCIA, 2012, p. 03), embora elaborada não com o dialeto cotidiano dos agricultores, mas requintado de formalidades acadêmicas. Dito de outra forma, o Dossiê-Denúncia (2012), embora esteja longe de ser o único, é o mais importante marco do discurso científico produzido pela discursividade do “projeto da morte”. Além disso, não ignoremos o seu forte conteúdo também político.

Nesse contexto, o documento – que apesar de não utilizar uma linguagem jurídica hermética, é redigido com o uso de técnicas de redação típicas de advogados – é uma desconstrução do Estudo de impactos ambientais (EIA) e do – Relatório de impactos ambientais (RIMA) realizado pelo DNOCS, apontando suas falhas quanto à pouca ou nenhuma objetivação dos possíveis danos ambientais a serem causados pelas obras do perímetro. Afinal, na visão dos resistentes do dizer científico, o estudo “não quantifica os impactos, tampouco oferece condições reais que possam dimensionar as agressões ao meio ambiente” (DOSSIÊ-DENÚNCIA, 2012, p. 4). Ainda, o Dossiê-Denúncia (2012) critica o relatório do DNOCS quanto à não exposição clara das possíveis ameaças ao patrimônio histórico e cultural e ao patrimônio público, uma vez que, nesse último caso, os resistentes dizem que o valor a ser investido é muito alto e não há garantia de sustentabilidade e viabilidade do perímetro.

De uma forma muito direta, o Dossiê-Denúncia (2012) e os trabalhos acadêmicos do “projeto da morte” dizem ao leitor: o discurso científico do DNOCS só poderá ser combatido ou desconstruído pelos resistentes se estes, igualmente, tiverem a capacidade de lançarem mão do discurso científico para se contraporem, para dizerem a verdade que deverá prevalecer no jogo das enunciações. Certamente, não poderia um agricultor da Chapada, com a mesma autoridade, dizer que “os documentos oficiais do Governo Federal se reduzem a imprecisões no âmbito das possibilidades” ou que estes “não apresentam dados concretos que caracterizem as violações ao meio ambiente” (DOSSIÊ-DENÚNCIA, 2012, p. 04). Isso ocorre porque incide no discurso o que Foucault (2011b, p. 37) chamou de rarefação dos sujeitos que falam: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.

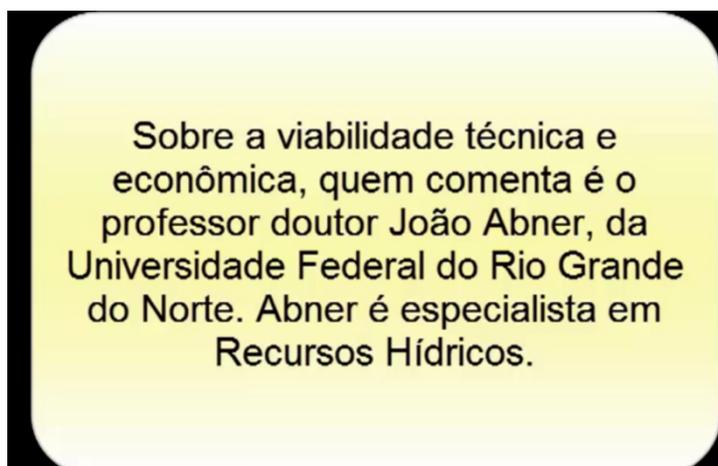
Por isso, quando se anuncia a realização de uma audiência na Presidência da República, por exemplo, é importante informar que não só haverá a presença de diversas lideranças políticas, como também o movimento contará com o Professor João Abner, que é doutor em Recursos Hídricos da UFRN, conforme observamos no trecho a seguir, transcrito in verbis do Dossiê-Denúncia (2012, p. 32):

Hoje (21) o Ministro Gilberto Carvalho (Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República) estará recebendo pela manhã às 10h30min várias lideranças que compõem o Fórum do Campo Potiguar, onde na oportunidade será pautado o Projeto de Irrigação da Chapada do Apodi. A audiência foi solicitada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), **além das várias lideranças que estarão presentes à reunião contará com a presença do Professor João Abner que é doutor em Recursos Hídricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)** (grifos nossos).

Ao lado da Professora Raquel Rigotto, João Abner foi um dos nomes do discurso científico sobre quem mais ouvimos falar durante a realização do trabalho de campo – às vezes, não dele diretamente, mas de seus estudos, que são constantemente reverberados pelas falas dos agricultores quando estes dizem: já é certo que vai faltar água em Apodi, não tem água para o perímetro, já está provado, foi feita uma pesquisa.

Conforme observamos na Figura 2, uma captura do vídeo de uma reportagem do Jornal de Fato (2012) sobre uma audiência pública ocorrida em 2012 no Campus Mossoró do IFRN, é dele a autoridade de comentar – ou de emitir um discurso verdadeiro – sobre a viabilidade hídrica no projeto de perímetro irrigado de Apodi/RN. O professor é uma voz eloquente, segura e firme, que diz, na forma de discurso científico, não à viabilidade do perímetro irrigado.

Figura 2: corte de trecho de vídeo, Mossoró/RN, 2012



Fonte: Jornal de Fato, 2012.

Em sua resposta, que se seguiu ao trecho demonstrado na figura anterior, perguntado sobre a existência de água na Barragem de Santa Cruz para abastecer o perímetro, João Abner (JORNAL DE FATO, 2012) assim afirmou:

Não, o próprio governo do estado reconhece isso, na hora [em] que a Secretaria de Meio Ambiente deu uma outorga de apenas 2 m<sup>3</sup>/s para o projeto [para o qual] foi dado a ordem de serviço para uma vazão de 6m<sup>3</sup>/s. [Dessa forma], a Secretaria de Meio Ambiente só está atendendo a 1/3 da vazão do projeto, então o próprio governo do estado reconhece que não tem água.

As falas constantes de João Abner sobre a inviabilidade técnica – seja por ausência de água, seja pelo custo da irrigação contrária à gravidade, seja ainda por um modelo de produção que é falido – particularmente são caras à discursividade do “projeto da morte” porque elas não somente dizem ser, do ponto de vista de uma decisão política ou de saúde pública, incorreto ou inadequado instalar um perímetro irrigado – como defendem as pesquisas da Profa. Raquel Rigotto, da UFC. As falas de Abner dizem mais: além de tudo isso, o perímetro não é possível, não é exequível, não é viável (JORNAL DE FATO, 2012). Essa verdade é muito mais incisiva e se presta à resistência de forma bastante objetiva

Ao observarmos a ação desses intelectuais politicamente engajados, lembramos de importante assertiva de Foucault (2012, p. 46):

Os intelectuais se habituaram a trabalhar não no “universal”, no “exemplar”, no “justo-e-verdadeiro-para-todos”, mas em setores determinados, em pontos precisos em que os situavam, seja suas condições de trabalho, seja suas condições de vida.

Certamente, com isso ganharam uma consciência muito mais concreta e imediata das lutas. E também encontraram problemas que eram específicos, “não universais” [...].

É o exato caso de Raquel Rigotto, João Paulo, Abner e tantos outros: são intelectuais do específico, de uma causa ou de causas concretas, como é o caso de Apodi. Ao assim fazer, lançam mão de seu saber, de sua competência e trazem consigo, para dentro da discursividade do “projeto da morte”, a sua relação com a verdade (Foucault, 2012). Esta – a verdade –, por sua vez, é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem (FOUCAULT, 2012). Daí a relevância desses intelectuais para a discursividade do “projeto da morte” poder se inscrever como tal, como uma verdade inexpugnável.

Além deles, a participação das instituições das quais participam – UFRN, UFRSA, UERN e UFC<sup>17</sup> – ocasionam para Apodi um conjunto de possibilidades de pesquisa – e, portanto, discursivas – que tornam a luta dos agricultores visível para o conjunto social, ou seja, transformam-se em ferramentas de luta para os resistentes, conforme Fernandes assim nos disse:

**“[...] diziam que nós éramos atrasados, analfabetos e que não sabia o que era que estava vendo. Assim: “são um bando de atrasado, não entende nada, não estudaram...”. É aquele modo de compreender as expressões rurais, como atrasados, né? Aí, a gente descobriu em um encontro da CPT, a Raquel Rigotto, que trabalha com o TRAMAS na UFC, e a gente levou um pouco esse panorama da Chapada do Apodi para o congresso e ela despertou um interesse. [...] E ela disse: “Rapaz, lá é um campo fértil para a gente estudar como é que vocês estão fazendo essa resistência [...]”. E aí, a primeira pesquisa foi de Andressa Grazielli<sup>18</sup>, que é sobre saúde, ali na Chapada e ela começou a estudar as perturbações que vinham na cabeça do camponês, de sair da sua terra, gente que morreu [...]. A outra pesquisa que veio depois da de Andressa, as comunidades que estavam no mapa de Andressa, não estavam mais no mapa das pesquisas seguintes, então os sumiços das comunidades. Aí, os caras que defendiam o perímetro irrigado, o “projeto da morte”, eles não puderam mais chamar nós de atrasados e analfabetos [...] porque além do nosso debate, a gente conseguiu a ciência, artigos, trabalhos científicos que comprovaram aquilo que a gente estava dizendo. [...] A pesquisa científica é uma ferramenta de luta porque ela alavanca, legitima as coisas que a gente diz” (grifos nossos) (informação verbal)<sup>19</sup>.**

A fala de Fernandes (informação verbal), atual presidente do STTRA (“diziam que nós éramos atrasados, analfabetos e que não sabia o que era que estava vendo”)<sup>20</sup>, que conta o prólogo da discursividade do “projeto da morte” para conseguir ter veracidade, é extremamente lúcida e somente poderia vir de um sujeito com muita compreensão do quadro e das lutas do discurso.

---

17 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Semiárido (UFRSA), Universidade Federal do Ceará (UFC)>

18 Agnaldo se refere à professora Andrezza Graziella Veríssimo Pontes (2010), da Faculdade de Enfermagem da UERN. Foi orientanda da professora Raquel Rigotto no mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará e é pesquisadora do TRAMAS. A pesquisa citada é intitulada “Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural”, de 2010.

19 Entrevista concedida por FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. Entrevista 3. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (01 h 03 min 53 s).

20 Entrevista concedida por FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. Entrevista 3. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (01 h 03 min 53 s).

Por isso mesmo, a noção do discurso científico como uma ferramenta de luta é tão presente no “projeto da morte”. Durante o trabalho de campo, em uma visita ao Assentamento Milagre, alguns camponeses nos apresentaram uma linha do tempo em imagens, atualmente depositada na associação da comunidade, composta por desenhos feitos à mão que destacavam marcos e acontecimentos importantes em sua trajetória de resistência. Há menções às pesquisas realizadas pela UERN e pela UFRSA, conforme se observa das Figuras 3 e 4, a seguir:

Figura 3: linha do tempo de Milagres, Apodi/RN, 2017



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 4: linha do tempo de Milagres, Apodi/RN, 2017



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores do Apodi, por meio de suas organizações sindicais e de outros movimentos camponeses, foram capazes de produzir uma discursividade hábil para fazer frente, inclusive do ponto de vista do discurso científico, à sedução que a redenção econômica representava. Nesse sentido, é sintomático que tenha sido escolhido o elemento “morte” como

qualitativo para “projeto”, pois a morte, na fala dos resistentes, ocorrerá seja pela perda da terra, trazida pelas desapropriações, seja pela extinção de seu jeito de produzir – segundo os resistentes, incompatível com o agronegócio –, seja ainda pela vinda dos agrotóxicos, tudo o que, para eles, o perímetro irrigado simboliza.

Aliás, nesse contexto, a primeira impressão que a incursão no objeto de estudo no causou e, ao final, é também a sua derradeira e mais forte, é de que toda a construção discursiva do “projeto da morte” é no sentido de criar, nos sujeitos atravessados por ele, laços de pertencimento a uma causa, a uma resistência. Mais do que isso, é no sentido mesmo de criar sujeitos que se sintam livres e ativos na produção de seu fazer e de sua identidade.

Desta feita, o que não é a posição dos sujeitos do “projeto da morte” senão uma situação estratégica complexa em nossa sociedade? O poder não é, necessariamente, somente repressão, somente uma negativa, mas é algo que permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso tal qual uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social. Assim, ainda que tenhamos o movimento como uma resistência, isso não o descaracteriza como uma estratégia de poder que cria verdades, identidades e sujeitos, mas, ao contrário, justamente reforça essa posição.

Em outro sentido, é importante considerar a relevância do discurso científico para a resistência. O campo nos sugeriu que os agricultores, como nós, entendem muito bem que, sem a participação dos diversos intelectuais que passaram e passam pela Chapada do Apodi, a luta deles, tal como é, não seria possível. Os intelectuais da resistência inserem a realidade dos resistentes na trama de um discurso também político, mas sobretudo científico, que pretende dizer a verdade. A enunciação “projeto da morte” jamais teria existido ou, se tivesse, não teria tido o alcance e a profundidade que alcançou por um motivo muito simples: embora os agricultores não precisassem dos intelectuais para conhecer sua realidade, existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida o seu discurso e esse saber.

Logo, os agricultores, do jeito deles, parecem saber que, em nossa sociedade, há um combate pela verdade, em torno da verdade, do conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder. Dito de outra forma, não defendemos que uns brigam em favor de mentiras enquanto outros brigam em favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico e político que ela desempenha. Essa noção é fundamental para o “projeto da morte”.

Por fim, salientamos que, sem suas práticas discursivas e não discursivas, sem a fundamental importância do discurso científico e sem a compreensão, por parte dos próprios agricultores, de que eles, ao se assumirem como resistentes, abraçam uma situação estratégica complexa em uma determinada sociedade, não teria havido a enunciação “projeto da morte”. Toda a luta discursiva que foi encampada a partir dela também não existiria. Não falaríamos em morte pelo uso dos agrotóxicos ou pela perda da terra ou pela perda de uma identidade. Falaríamos todos, em uníssono, fascinados, que a “morte” proposta pelo discurso da resistência, na verdade, é “vida”, mas não qualquer vida, uma vida redimida pela “redenção econômica” proposta pela discursividade que defendeu – e defende – a implantação de um perímetro irrigado pelo DNOCS na Chapada do Apodi.

Os discursos nunca cessam, nem as lutas que os encampam e que são por eles encampadas. Apodi, já há muito anos, é um campo cheio de experimentações possíveis e rico em possibilidades de estudos e análises na área das ciências humanas. Os anos e as pesquisas vindouras nos dirão para onde a resistência caminhará e que facetas terá no futuro frente aos desafios sempre constantes para pequenas comunidades tão fortemente apegadas a uma identidade – ou subjetivação – própria, como é a zona rural de Apodi.

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO DANTAS. 2012. **Mulheres protestam contra “Projeto da Morte em Apodi”**. Disponível em: <<http://portaldoad.blogspot.com.br/2012/12/mulheres-protestam-contraprojeto-da.html>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 1994.

ASSOCIAÇÃO RUMOS. **Você é envenenado diariamente**: mas o lobby dos agrotóxicos fala mais alto. 2015. Disponível em: <<http://www.padrescasados.org/archives/38410/voce-e-envenenado-diariamente-mas-o-lobby-dos-agrotoxicos-fala-mais-alto>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. O contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso dos agrotóxicos para o meio ambiente e a importância para a saúde humana. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza, CE: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2011. p. 257-272.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana**. In: \_\_\_\_\_. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 35-68.

BEZERRA JÚNIOR, Antônio Nilton. **Entrevista 1**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (51 min 55 s).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. **Do pó do sertão ao “oásis da nova era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi-RN. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

CEARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. **Homicídio qualificado**. Recurso em Sentido Estrito nº 0001895-32.2015.8.06.0000. Recorrentes: João Teixeira Júnior, José Aldair Gomes Costa e Francisco Marcos Lima Barros. Recorridos: Ministério Público do Estado do Ceará e Maria Lucinda Xavier. Processo instaurado em 2015. Disponível em: <<http://www4.tjce.jus.br/sproc2/paginas/sprocprincipal.asp>>. Acesso em: 14 set. 2017.

**CHAPADA do Apodi, morte e vida**. Direção: Tiago Carvalho. 2013. 27’ 40”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=URuDn3CbkaE>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>>. Acesso em: 22 out. 2017.

COMUNICAÇÃO STTR-APODI. **STTR de Apodi**: notícias do campo. Disponível em: <<https://noticiasdocampostr.blogspot.com.br/2017/05/sindicato-ira-promover-seminario-que.html>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Mossoró não cabe num livro**: Luiz da Câmara Cascudo, o historiador da cidade. João Pessoa: Ideia, 2012.

COSTA, Marcos. **O reino que não era desse mundo**: crônica de uma república não proclamada. Rio de Janeiro, RJ: Editora Valentina, 2015.

DINIZ, Aldiva Sales. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados do Nordeste. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, ano 01, n. 01, p. 81-90, 1999. Disponível em: < <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/44>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

DNOCS. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Projeto executivo e supervisão das obras, da aquisição e da montagem de equipamentos para implantação do perímetro de irrigação Santa Cruz do Apodi, primeira etapa com 5.200 ha, no estado do Rio Grande do Norte. Fortaleza, 2012. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <milton.sousa@dnocs.gov.br> em 06 out. 2016.

DNOCS. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Instituto Federal de Educação organiza debate sobre irrigação na Chapada do Apodi**. 2014. Disponível em: <[http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f\\_registro=3194&f\\_opcao=imprimir&view=short&f\\_header=1&](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=3194&f_opcao=imprimir&view=short&f_header=1&)>. Acesso em: 04 jun. 2017.

DOSSIÊ-DENÚNCIA. **“projeto da morte”**: Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi. Mossoró, RN, 2012. Disponível em: <<http://2013.cut.org.br/sistema/ck/files/dossie.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS. 2012. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

EDILSON NETO, Francisco. **Entrevista 2**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min 09 s).

ELLERY, Ana Ecilda Lima; ARREGI, Miren Maite Uribe; RIGOTTO, Raquel Maria. Incidência de câncer em agricultores em hospital de câncer no Ceará. In: **Anais do XVIII World Congress of Epidemiology e VII Congresso Brasileiro de Epidemiologia**, Porto Alegre. Porto Alegre: ABRASCO, 2008. Acesso em: 02 out. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ana\\_Elery/publication/274613297\\_INCIDENCIA\\_DE\\_CANCER\\_EM\\_AGRICULTORES\\_DO\\_CEARA/links/56fdc9d708aee995dde56364/INCIDENCIA-DE-CANCER-EM-AGRICULTORES-DO-CEARA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ana_Elery/publication/274613297_INCIDENCIA_DE_CANCER_EM_AGRICULTORES_DO_CEARA/links/56fdc9d708aee995dde56364/INCIDENCIA-DE-CANCER-EM-AGRICULTORES-DO-CEARA.pdf)

FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. **Entrevista 3**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (01 h 03 min 53 s).

FONSECA JÚNIOR, Gilmar; BRASIL, Jaqueline Daniele de Oliveira. **A resistência das mulheres ao “projeto da morte”**: uma análise acerca da possível autonomia feminina da Chapada do Apodi/RN. Direito e Gênero. João Pessoa, PB, V. 01, n. 01, p. 166 a 187, abril de 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/23617/13618>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010a.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 273-295.

\_\_\_\_\_. **A coragem da verdade**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2011a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2016.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

JORNAL DE FATO. **Distrito Irrigado na Chapada do Apodi**. 14/11/2012. 19'47". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-fCWx32wKM>>. Acesso em: 01 de jul. 2017

LATUFF CARTOONS. **Não ao projeto de irrigação na Chapada do Apodi (RN)**. 2013. Disponível em: <[https://latuffcartoons.wordpress.com/2013/11/06/charge-mst\\_oficial-nao-ao-projeto-de-irrigacao-na-chapada-do-apodi-rn/](https://latuffcartoons.wordpress.com/2013/11/06/charge-mst_oficial-nao-ao-projeto-de-irrigacao-na-chapada-do-apodi-rn/)>. Acesso em: 01 set. 2017.

LIMA, Antônio Gonzaga. **Entrevista 4**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (24 min 51 s).

MEDEIROS, João Paulo do Vale de. **Entrevista 5**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min 46 s).

MORAIS, José Holanda. **Entrevista 6**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (13 min 36 s).

NÃO AO "PROJETO DA MORTE". Disponível em: <<https://www.facebook.com/NaoAoProjetoDaMorte>>. Acesso em: 01 abr, 2017.

NASCIMENTO, Francisca Iraneide da Costa. **Entrevista 7**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (06 min 48 s).

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia**. São Paulo, SP, v. 28, n. 83, São Paulo, Outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/04.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. **Saúde do trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural**. 2010. 263 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2010.

Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4136>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

RESISTÊNCIA DE APODI. Não ao “projeto da morte”. Disponível em: <<http://naoaoprojetodamorteapodi.blogspot.com.br>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

RESISTENTE. **Entrevista 8**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (27 min 26 s).

REVERSO: mulheres de apodi.mov. Realização: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Marcha Mundial das Mulheres, Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi. Produção: Adriana Vieira e Francisca Carvalho de Lima. Dezembro/2011. 9’33”. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_DYppqKs7u4](https://www.youtube.com/watch?v=_DYppqKs7u4)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

RIGOTTO, Raquel Maria (Org). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza, CE: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Entrevista 9**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (54 min 56 s).

ROSA, Islene Ferreira; PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Introdução: agrotóxicos, saúde humana e os caminhos do estudo epidemiológico. In: RIGOTTO, Raquel Maria (Org). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza, CE: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2011, p. 217 a 256.

SILVA, Francisco Paulo. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004, v. 01, p. 159-179.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Os efeitos dos discursos: saber e poder para Michel Foucault e Pierre Bourdieu. **Plural - Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, SP, v. 06, n. 01, p. 103-117, setembro de 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/77125/80994>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI-RN; COMUNIDADES RURAIS DA CHAPADA DO APODI-RN. Carta da Chapada do Apodi/RN. **Dossiê Perímetros Irrigados**. 03/10/2012. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.net/vozes-dos-territorios/carta-da-chapada-do-apodirn>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VANDRÉ, Geraldo. Terra plana. Intérprete: Geraldo Vandré. In: Geraldo Vandré. **Canto Geral**. Rio de Janeiro: Odeon, p. 1968. 1 LP. Faixa 01 (3 min 46 s).

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

# **A SAGRADA TEIMOSIA CAMPESINA**

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo discutir as mudanças ocorridas na Chapada do Apodi-RN provenientes da instalação do perímetro irrigado Santa Cruz no período de 2005 a 2014 no que se refere à reprodução da agricultura camponesa e da pobreza rural. Diante da chegada do referido projeto, o território do Apodi tem vivenciado uma alteração na relação de trabalho, com meio ambiente e relações sociais. Como metodologia foi realizada pesquisa bibliográfica e documental para entender essas mudanças e como este tem uma relação com a pobreza rural. Faz-se necessário percorrer as mudanças ocorridas na agricultura brasileira chegando à expansão do agronegócio e ao mesmo tempo perceber como a agricultura camponesa tem construído suas resistências seja na compreensão do conceito ou na vivência praticada no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Camponesa. Agronegócio. Resistência. Território

## **1 INTRODUÇÃO**

No Vale do Rio Apodi, predomina uma distribuição fundiária de pequenos estabelecimentos rurais e uma agricultura familiar diversificada, voltada tanto para o mercado interno quanto para o externo. Além disso, a região detém uma experiência de 50 anos de prática da pequena irrigação como atividade econômica complementar às atividades de sequeiro. Essa importante experiência foi evidenciada no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste de 2007, contratado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao IICA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola).

Por meio da atuação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), vem se colocando em prática um projeto de irrigação na Chapada do Apodi, denominado Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, como uma das implementações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, uma ação do Governo Federal. No dia 10 de junho de 2011, o Governo Federal assinou o decreto de desapropriação de uma área de mais de 13 mil hectares na Chapada do Apodi-RN, para a implantação do referido projeto de irrigação na área. Em sua grande maioria foram desapropriadas essencialmente as terras da agricultura familiar.

Para uma melhor compreensão deste processo, o presente artigo busca discutir as mudanças ocorridas na Chapada do Apodi-RN, provenientes da instalação do perímetro irrigado, no período de 2005 a 2014 e as consequências advindas desta implementação, sendo o aumento da pobreza rural, uma das mais evidentes.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa, de cunho qualitativo, buscou realizar uma leitura da situação da chapada do Apodi, analisando a relação entre pobreza rural e os projetos do perímetro irrigado. Para isso verificou quais os objetivos do projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi-RN e analisou sua inserção na política desenvolvimentista, procurando observar em que sentido isto se contrapõe aos da agricultura camponesa praticada no território, estabelecendo uma relação com a pobreza rural.

O percurso de leitura dessa realidade social foi alcançado a partir de uma coerência acadêmica e fundamentada em um quadro teórico e em análise documental. O quadro teórico é composto por conceitos fundamentais para a interpretação, a saber: agricultura, agronegócio, agricultura camponesa, pobreza rural.

A pesquisa documental, uma das fontes principais de coleta de dados, foi realizada a partir dos dados disponibilizados pelo STTR de Apodi (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi).

Para uma melhor compreensão e delineamento da realidade foram priorizadas as atas dos anos de 2005 a 2014 como também os relatórios das atividades desenvolvidas pelo STTR de Apodi durante os respectivos anos, tendo como temática a luta contra a implementação do perímetro irrigado. A segunda fonte documental foi o conjunto de informações coletadas via o projeto apresentado pelo DNOCS, órgão executor. Outra fonte importante de dados foi a Carta dos Territórios, construída por camponeses atingidos pelo projeto do perímetro irrigado da chapada do Apodi, como fruto de uma oficina realizada com trabalhadores e trabalhadoras rurais, que teve como assessoria a professora Raquel Maria Rigotto, professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC e coordenadora do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - TRAMAS, um grupo de pesquisa que desenvolve ações com linhas de pesquisa voltadas para a temática dos conflitos socioambientais. Na atividade um dos principais produtos foi um documento, de escrita coletiva, no qual está apresentada fala do campesinato a respeito do projeto e suas consequências. Os dados coletados e posteriormente analisados da carta dos territórios caracterizaram-se como de suma importância para a compreensão e entendimento que os trabalhadores e trabalhadoras tinham do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

A Chapada do Apodi-RN, localizada na mesorregião do Oeste Potiguar, do Estado do Rio Grande do Norte, tem uma história repleta de lutas, conquistas e transformações. As décadas de 70 e 80 foram a época dos grandes latifúndios. Somente a partir do final da década de 70 e início da de 80, os processos de luta pela terra se iniciam, via processo de Reforma Agrária, com o apoio da Igreja Católica, por meio, principalmente, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), processo esse que se pode citar como um dos marcos do início da organização popular, dos movimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

A formação de Associações Comunitárias, com o propósito de reivindicar água e trabalho na época das secas, foram os principais motores organizativos do período, caracterizado por um trabalho de organização dessas Associações Comunitárias nas comunidades rurais, pela intensificação das lutas dessas organizações e do movimento dos agricultores e agricultoras. Nos anos 90, a organização se fortalece e conquista o Sindicato dos Agricultores e Agricultoras de Apodi-RN.

O contexto da Chapada do Apodi-RN, na década de 1990, modifica-se com o início da luta pela terra, via processo de reforma agrária, principalmente, na região da Chapada. Além

disso, a crise do algodão ocasiona, em parte, a falência dos latifundiários. Como decorrência da luta pela reforma agrária, foram constituídos vários projetos de assentamentos (P.As), criados a partir da desapropriação feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (PONTES, 2012).

O projeto tem se apresentado como encontro ao que cultural e historicamente se tem construído no município de Apodi, sobremaneira em sua zona rural.

O município de Apodi – RN, historicamente, tem articulado sua economia na produção agrícola tradicional, de sequeiro, com fortes experiências agroecológicas e sustentáveis, bem como na pecuária de ovinos e caprinos. Outro elemento que se destaca na economia rural de Apodi é a produção de mel, sem utilização de agrotóxicos, que tem gerado renda e aumentado a qualidade de vida dos agricultores da região, os quais, em sua maioria, estão organizados em cooperativas. (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2019)

A caminhada histórica mostra que uma região predominantemente composta por latifúndios passou a ser de pequenos agricultores e agricultoras familiares, seja em áreas de assentamentos ou comunidades. A região de várzea passou por um processo que se pode chamar de “Reforma Agrária Espontânea”, pois as propriedades rurais de maior tamanho vão sendo subdivididas entre os descendentes do núcleo familiar original.

Acontece que o projeto do DNOCS desapropriou terras e realizou um processo que foi perfeitamente sintetizado pelo ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi, Edilson Neto: “O DNOCS está querendo fazer o inverso da reforma agrária. É que esta área que está para ser desapropriada pertence a centenas de pequenos produtores rurais e depois seria para grandes produtores” (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS, 2019).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cita que a partir dessas mudanças<sup>21</sup>, começou um trabalho, sobretudo, nos assentamentos, de organização e fortalecimento da produção da agricultura familiar com uma matriz agroecológica. Essa nova visão, essa nova compreensão do semiárido e esse novo entendimento de desenvolvimento procuravam romper com o modelo de desenvolvimento capitalista, já que se fundamentava na conquista da terra, no acesso dos trabalhadores e trabalhadoras a políticas públicas, no trabalho com políticas e práticas de convivência com o semiárido, tais como manejo da caatinga, de uma caprinocultura adequada, de uma apicultura e outros arranjos produtivos. O sentido era criar uma nova relação, (re) construir uma relação harmoniosa entre as famílias, os agricultores e as agricultoras e o meio ambiente, a terra e a floresta. Nessa questão a Articulação do Semiárido Potiguar (ASA-Potiguar) teve um papel de protagonista importante no desenvolvimento e incentivo de políticas e práticas de convivência com o semiárido, tais como manejo da caatinga, caprinocultura, apicultura e outros arranjos produtivos no sentido de criar uma nova relação, ou (re) construir uma relação harmoniosa entre as famílias, os agricultores e as agricultoras e o meio ambiente, a terra e a floresta (PONTES, 2012).

O município de Apodi-RN tem uma população de 34.777 habitantes. De acordo com o Censo 2010, existe um equilíbrio entre o número de habitantes da cidade em comparação ao campo, sendo 17.545 vivendo na zona urbana e 17.232 vivendo na zona rural. Sua economia tem base na agricultura e pecuária oriunda principalmente da agricultura de base familiar. De acordo com o censo agropecuário de 2006, é o terceiro PIB agropecuário do Rio Grande do Norte.

---

21 Dados coletados via pesquisa participante.

Apodi tem uma sociedade civil rural bastante organizada e que participa ativamente da vida política. Destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRA), que tem um reconhecido papel mobilizar e organizado na luta pela Reforma Agrária em âmbito regional; o Fórum da Agricultura Familiar de Apodi (FOAFAP), criado na década 1990, que conta com a participação de mais de 60 (sessenta) associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais e que tem uma grande visibilidade na mobilização e na organização dos agricultores (DANTAS et al., 2007); e a CPT, que atua em parceria com o STTRA na defesa do acesso à terra e da agricultura familiar agroecológica.

Todo esse processo histórico de luta e organização de movimentos sociais fez com que Apodi-RN, principalmente, na região da Chapada, fosse reconhecida, não só no Estado do RN, mas em todo o Brasil como um território agroecológico, de várias experiências exitosas na produção agroecológica. É a partir disso que se pode compreender porque a agricultura familiar de base agroecológica é o principal processo produtivo da Chapada do Apodi-RN, com destaque para a apicultura e a caprinocultura, seguidas da ovinocultura, plantação de feijão, milho e sorgo, criação de bovinos, quintais produtivos, pomares e plantações de hortaliças. Segundo o IBGE (2010), Apodi-RN é o 2º maior produtor de mel do país e o maior do estado do RN em caprinocultura.

Essa forma de trabalho e vida da agricultura familiar de Apodi-RN tem suas peculiaridades, seus valores, costumes e culturas distintos da lógica de organização capitalista, que visa muito mais o lucro, e o uso do tempo como moeda.

A satisfação, o orgulho e o prazer em realizar um trabalho que alimenta a população em geral, seja do campo ou da cidade; o costume de acordar cedo; o vínculo com a natureza e com os animais; a preocupação com as gerações futuras; a preservação da cultura de pais para filhos; as atividades de lazer - como sentar à calçada, jogar futebol, ir à igreja, conversar com os vizinhos - a tranquilidade; o vínculo e a amizade entre as pessoas são as formas comuns de vivências entre as populações rurais.

Essas peculiaridades, essas formas de vivências – que se refletem tanto na organização social quanto na produtiva - construídas a partir do processo de socialização, se encontram ameaçadas pelo Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, proposto pelo DNOCS, já que, de acordo com a nova política de irrigação do governo federal, fica clara a destinação dessas terras à expansão do agronegócio, o que ocasiona um processo de fragmentação de traços culturais inerentes às populações locais e historicamente dados. O decreto de desapropriação saiu em 10 de junho de 2011, e a Presidência da República decretou a desapropriação de área de terra de 13.855,13 hectares, onde vivem essas comunidades, para dar lugar à instalação do Perímetro de Agricultura Irrigada de Santa Cruz do Apodi. Serão investidos recursos na ordem de R\$209.208.693,30 (PONTES et al, 2012).

A instalação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi não foi tranquila, veio acompanhada de uma forte resistência das comunidades camponesas e de movimentos sociais da região, que veem o projeto como mais um ataque às formas peculiares de produção da agricultura campesina, evidenciando o antagonismo das concepções de desenvolvimento apresentadas, de um lado, pela agricultura familiar, e, de outro, pelo agronegócio. Na Carta da Chapada do Apodi/RN, componente do Dossiê Perímetros Irrigados, as falas dos agricultores apresentam essa concepção: “Hoje a Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte está entregue a várias famílias, o que é uma realidade toda diferente daquela de antigamente, onde essas terras estavam em mãos de poucos”.

O nosso maior medo hoje é essa história de implantação de um Projeto do DNOCS na chapada, pois o que nós sabemos é que vai ser desapropriada 13 mil hectares de terra para serem instaladas cinco empresas do agronegócio. Com a instalação do Perímetro irrigado na nossa

A partir das discussões sobre Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, verificou-se que a região vivencia um conflito socioambiental de caráter territorial e distributivo, em cujo cerne está a disputa pelo modelo de desenvolvimento rural que se quer para o município, os movimentos sociais e sindicais do campo defendem que o modelo se pautem em alternativas agroecológicas. A luta contra o agronegócio tem como propulsores a questão dos agrotóxicos e a defesa do acesso igualitário à água.

A literatura consultada, as discussões e reflexões coletadas na pesquisa participante apontam que perímetros Irrigados instalados no Nordeste têm ampliado as possibilidades de desigualdade social com aumento da concentração de terra, alteração das relações de trabalho e degradação ambiental, deixando a população exposta ao agrotóxico e com indícios de aumento de câncer na região, como aponta a pesquisa coordenada pela Prof. Dr<sup>a</sup> Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará (UFC) (RIGOTTO, 2011). A referida autora enfatiza que não é isso que é explicitado durante a instalação dos perímetros. Existe uma estratégia para construir uma narrativa que legitima a necessidade da intervenção territorial.

A análise dos estudos ambientais dos Perímetros já construídos na Chapada do Apodi, como é o caso da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Etapa do Pitr (Perímetro Irrigado do Território de Russas - CE), contribuem para desvelar a produção, por parte do Estado, de um arcabouço ideológico que justifica a implantação da obra.

A apresentação e análise das consequências dessa modernização no lado cearense da chapada foi feita por meio da divulgação dos resultados da pesquisa “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos”, realizada pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – (TRAMAS) do Departamento de Medicina Comunitária da Universidade Federal do Ceará (PONTES et al, 2012).

O debate, o conflito socioambiental em Apodi-RN, ocorre na fase que antecede a instalação do Projeto de Irrigação Santa Cruz, ou seja, a resistência é para que não ocorra a implantação desse projeto no município, não da forma como ele está planejado, pois isso significaria a expansão do agronegócio na região, o que é incompatível com as atividades da agricultura familiar agroecológica e com o modo de vida já existentes.

A resistência ganha força para além dos contornos locais e se constitui uma rede, composta por diversos movimentos sociais no Rio Grande do Norte, expandindo suas ações para o cenário nacional, ganhando cada vez mais parcerias com universidades e outras instituições.

Várias ações de resistência foram realizadas, destacando-se os seminários sobre as Sementes Crioulas, as discussões acerca dos impactos do agronegócio/agrotóxicos sobre a saúde, o trabalho e o meio ambiente. Também foram realizadas audiências com o Ministro da Integração, questionando as prioridades políticas da irrigação, atos públicos, discussões sobre o perímetro irrigado nas comunidades atingidas. E, em nível estadual e nacional, articularam-se redes, como a que se articulou na Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e Pela Vida; e houve a elaboração, pelo movimento das mulheres, de duas mil cartas, escritas à mão, à presidenta da república (VIEIRA DAS GRAÇAS, 2019).

É nesse contexto de luta em defesa da agricultura familiar de base agroecológica e de resistência ao agronegócio, aos agrotóxicos, ao Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, que ecoam as vozes do território da Chapada do Apodi-RN. A pesquisa permitiu reflexões acerca da ofensiva do capital que objetiva ocupar o território da chapada do

Apodi e procurou caracterizar essa disputa, buscando compreender em que bases teóricas e políticas ambos sustentam suas posições.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A POBREZA RURAL EXISTENTE NO BRASIL E A SITUAÇÃO DE APODI**

De acordo com a pesquisa coordenada por Rigotto (2011), a instalação do PITR cumpriria o papel de retirar do ‘atraso’ essa ‘região-problema’, via irrigação, inserindo os agricultores em uma nova lógica de produção moderna, em substituição às suas práticas de produção agrícolas rudimentares.

Na chapada do Apodi-RN, nas terras potiguares, não está sendo diferente da Chapada do Apodi-CE, o Perímetro Irrigado de Santa Cruz (PISC) traz o discurso de desenvolvimento para a região, citando o aumento do emprego como uma bandeira de desenvolvimento e inclusão para a região. Os técnicos do DNOCS, nos seus discursos, caracterizam o projeto como a “redenção da Chapada”. No entanto, assim como as demais experiências implantadas na chapada e mesmo antes de ser implementado na parte da chapada que se localiza no RN, já anuncia a concentração de terra e desmonte das experiências da agricultura camponesa de base agroecológica.

Entre 2005 e 2014, já se instalaram pelo menos duas grandes empresas do Agronegócio na chapada do Apodi-RN, a Angel Agrícola e a Agrícola Formosa, que, desde o início da construção do PISC, têm promovido a especulação fundiária e alterado a relação de trabalho na região.

Não há um consenso entre a academia e governos sobre uma definição de pobreza. Em muitos casos essa definição depende muito do olhar do espectador. Uma abordagem mais utilizada nos estudos do tema traz uma definição em termos de quantidade mínima de calorias necessárias a sobrevivência. Com isso, utiliza-se a linha de pobreza monetária estimada de acordo com as necessidades calóricas mínimas.

Outra abordagem bastante utilizada, sobretudo nos demais países latino-americanos, é a referente a Índices de Necessidades Básicas Não Satisfeitas. Entende-se aqui por necessidades básicas todas aquelas a que o ser humano deve ter acesso para sobreviver com decência, suprindo as suas necessidades fisiológicas e mentais. Em 2003, o Governo Federal utilizou como critério do Programa Bolsa Família os valores de R\$ 50,00 e R\$ 100,00 reais para definir extrema pobreza e pobreza, respectivamente. Esse mesmo critério foi utilizado em 2011 no Programa Brasil Sem Miséria, que, ajustado os valores pela inflação, chegou a R\$70,00 e R\$140,00 como definição oficial de extrema pobreza e pobreza respectivamente, a partir do Decreto Presidencial nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Esse critério tem sido o mais utilizado ultimamente pelos estudos do tema (BRASIL, 2004; BRASIL, 2011).

Na sociedade brasileira, desde o seu nascedouro, sempre prevaleceu um modelo de desenvolvimento que privilegia uma pequena parte da população em detrimento da maioria. Em todo o processo histórico da formação da sociedade brasileira a chaga da desigualdade aparece como fruto do padrão de desenvolvimento vigente, deixando uma grande parcela da população à margem das riquezas produzidas e condicionada à pobreza e extrema pobreza.

A persistente desigualdade brasileira pode ser atribuída a fatores que remontam ao Brasil Colônia, pré 1930. Pinzani e Rego (2014) afirmam que são três pilares que apoiam a desigualdade desde aquele período: a influência ibérica, os padrões de títulos de posse de latifúndio e a escravidão. Essa desigualdade que assola a sociedade brasileira apresenta números preocupantes e temíveis. Com base nos dados da Receita Federal, a partir das Declarações de IRPF, o pesquisador e economista Róber Iturriet Avila afirma que, em 2012, os 50% dos brasileiros mais pobres detinham 2% da riqueza, 36,99% ficavam com 10,60% e 13,01% com 87,40% (AVILA, 2015).

Esse quadro de desigualdade de renda entre a população brasileira se reflete no acesso à educação, à moradia, à terra, à saúde e se agrava quando analisamos por coletivos específicos, tais como os sem terra, os sem teto, os negros, os indígenas, as mulheres. O modelo de desenvolvimento brasileiro é produtor dessa desigualdade que persiste ao longo da sua história, produzindo, assim, um pequeno contingente de pessoas com um padrão elevado de riqueza, que se assemelha aos mais ricos de países europeus, e um grande contingente de pessoas com um padrão de pobreza, que se assemelha aos mais pobres de países da África e da Ásia.

Esse processo de desigualdade na sociedade brasileira gera os “coletivos empobrecidos” (ARROYO, 2013). Estes por sua vez vêm, nas últimas décadas, criando condições de reação a essa situação imposta. Daí o surgimento de diversos movimentos de contestação que lutam em defesa de justiça, igualdade e equidade. Esses movimentos se expressam na luta do Movimento dos Sem Terra (MST), dos indígenas, dos quilombolas pelo acesso à terra, na luta dos sem tetos pelo acesso à moradia digna, na luta das mulheres por igualdade de gênero, citando alguns exemplos.

Através das lutas desses coletivos, essa população vem conseguindo conquistar alguns direitos que historicamente foram negados. Podemos citar como conquistas desses movimentos o acesso de aproximadamente um milhão de famílias à terra, através da reforma agrária, das políticas afirmativas, como as cotas raciais e sociais, programas governamentais como Minha Casa Minha Vida, Lei Maria da Penha, entre outros. A ação desses movimentos tem contribuído para alterar o quadro de desigualdade social que tem persistido no Brasil ao longo de sua história.

É a partir dessa compreensão de pobreza expressa anteriormente que se discute a proposta de implantação do Projeto Perímetro Irrigado Santa Cruz em Apodi-RN. Entende-se que esse modelo de produção que se organiza a partir dos perímetros potencializa, essencialmente, a expansão do agronegócio em territórios camponeses e tem como consequência o aumento da pobreza rural entre a população local, já que desconhece, invisibiliza e desregula um sistema produtivo culturalmente existente nesses territórios, os quais historicamente têm demonstrado viabilidade a partir do tripé da sustentabilidade, ou seja, equidade econômica, social e ambiental.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Agora, no que talvez não seja a conclusão desse artigo, mas um primeiro passo, uma incitação ao debate de forma mais ampla, na perspectiva de estimular o debate, pode-se dizer que existe uma estreita relação entre a pobreza rural e a implementação de perímetros irrigados.

O referido discurso do Projeto de Irrigação da Chapada tem como marca a construção simbólica de um território caracterizado pela escassez hídrica, pobreza, baixa produtividade agropecuária e rarefeita ocupação da terra. No entanto, a prática agroecológica da agricultura camponesa permanece na paisagem do território em disputa. Essas práticas apontam que não existe uma hegemonia de um único tipo de desenvolvimento, baseado na monocultura, modelo que acompanha os perímetros irrigados no Nordeste. Isso significa dizer que o modelo de agricultura camponesa ainda se apresenta como um modelo de produção para a Chapada do Apodi e que tem respondido às necessidades dos agricultores e agricultoras da região.

Com a concretização desse projeto na chapada do Apodi-RN, pode-se construir um retrocesso, principalmente com concentração de terra e desmonte da cadeia produtiva da região, possibilitando o aumento da pobreza rural. Assim, podemos afirmar que a implantação do PISC ampliará a possibilidade de aumento da pobreza na chapa do Apodi-RN. No entanto,

ainda há um longo processo de disputa que envolve a mobilização social, encontros teóricos e políticos sobre que tipo de desenvolvimento é adequado para os camponeses da chapada do Apodi que têm a terra, a água, o sol e ar como fontes de vida para sua permanência no campo.

É preciso enfatizar o espírito de luta e resistência dos camponeses e camponesas, que, mesmo diante da força do capital, não se abatem, seguem lutando e reivindicando seu lugar no sistema de produção brasileiro. Que sua ação seja pautada em justas relações de gênero, respeito ao meio ambiente e práticas agroecológicas e solidárias. Todo esse processo de luta revela resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Vai ter luta!

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, p. 108-125, 2013.

AVILA, Róber Iturriet, Disponível em: < <http://brasildebate.com.br/os-dados-da-riqueza-do-brasil-e-a-estrutura-tributaria/>> acesso em 11 de novembro de 2016.

BRASIL. LEI Nº 10.836, DE 09 DE JANEIRO DE 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**, Brasília, DF, jan 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 7.492, DE 02 DE JUNHO DE 2011. **Institui o Plano Brasil Sem Miséria**, Brasília, DF, jun 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

DANTAS, Conceição. Mulheres, Soberania Alimentar e convivência com o Semi-árido. In: SCHMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de Oliveira Silva; SECHIM, Wanessa Zavarese. (Org.). **Economia solidária: caderno pedagógico educandas e educandos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

**DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS:** Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-da-chapada-do-apodirn/>> acesso em 23 de outubro de 2019.

PINZANI, Alessandro e REGO, Walquiria Leão. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - **Módulo I: Pobreza e Cidadania**. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/index.html>> acesso em 20 de outubro de 2015.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. **Articulando academia, SUS e movimentos sociais para abordagem das relações entre produção** - trabalho-ambientes-saúde em território camponês em conflito socioambiental. UFC, Fortaleza, 2012 (Dissertação de Mestrado).

RIGOTTO, Raquel (Org.). Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe/CE. In: **Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

VIEIRA DAS GRAÇAS, Maria Adriana. **Letramentos de Resistência: mulheres na luta por terra e território na Chapada do Apodi**. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2019.

# **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERATIVISMO RURAL**

**RESUMO:** O Brasil é um país que, desde sua colonização, apresenta forte presença do rural em sua estrutura. A questão agrária, os diversos usos do território e os conflitos sociais no campo são temas que afloram nas investigações sobre o rural. Este artigo busca apresentar uma investigação de duas categorias que fazem parte do meio rural, sendo uma o cooperativismo e a outra o desenvolvimento sustentável, somando-se ainda a uma terceira, que é a agricultura familiar. De cunho qualitativo, a investigação foi realizada a partir de um estudo de caso na COOAFAPI, localizada no município de Apodi, no Rio Grande do Norte. Como técnicas de pesquisa, utilizamos de entrevistas semiestruturadas com representantes da cooperativa e produtores rurais cooperados. Percebemos que a atividade do cooperativismo, apesar de suas modificações com o passar do tempo, pode ainda se somar a práticas que contribuem para um desenvolvimento sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperados. Cooperativa Rural. Produção. Resistência. Terra

## **1 INTRODUÇÃO**

Esta investigação visa contribuir com discussões que estão em pauta no cenário mundial, a exemplo dos debates acerca da agenda 2030 e da homologação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Motivados em estar contribuindo para a construção de conhecimentos relacionados a esta temática, propomo-nos a apresentar resultados parciais de uma pesquisa, com foco no cooperativismo e desenvolvimento sustentável, na centralidade das discussões.

Reportamo-nos a fazer uma abordagem sociológica da relação entre cooperativismo rural e desenvolvimento sustentável, praticados por trabalhadores cooperados na Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi/RN (COOAFAP). Vale ressaltar que, para esse estudo, tomamos a Sociologia Rural como o nosso ponto de partida. Para Rios (1979, p. 86), “a Sociologia Rural é, portanto, um campo de estudo da sociologia geral, por isso também chamada sociologia da vida rural”. Estudiosos como Wanderley (2008, p.28) salientam que:

O objeto de estudo da sociologia Rural é, assim, constituído, precisamente, por estas descontinuidades, pelas singularidades que delas resultam, pelo que elas geram de dependência, desigualdade e assimetria, mas também de solidariedade e afirmação de identidades e de direitos.

Tal posição nos conduz a analisar a vida dos sujeitos rurais, enquanto agricultor(a) familiar, cooperado ou representante de organizações sociais ligadas ao cooperativismo e à agricultura familiar.

Sobre o processo de transformações sociais imbricadas na sociedade contemporânea, comungamos da perspectiva de análise de Maria Nazareth Baudel Wanderley, para refletir sobre a dinâmica social do rural e das organizações dos sujeitos que o constrói,

Defendo aqui, como eixo central de minha argumentação que a mudança social, na direção de uma sociedade moderna reitera, e mesmo gera, a diversidade das formas de organização social e espacial, particularmente, o campo e a cidade. O mundo rural - constituído pelas pequenas aglomerações, lugares de vida de pequenos grupos familiares e de vizinhança e envolvidas em predominantes relações com a natureza - não desaparece sob o efeito da urbanização. (WANDERLEY, 2010, p. 27)

Esta posição nos motivou a analisar as transformações ocorridas no território rural, que, após a Revolução Verde, passou a industrializar-se de forma acelerada. Para Oliveira (2007, p. 8), “esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo”. Entretanto, é necessário salientar que este processo não ocorre de forma hegemônica, tendo em vista que temos espaços rurais em que a agricultura familiar tem estado presente, apresentando uma dinâmica heterogênea.

Em relação às questões socioambientais, Jacobi (2006, p. 525) ressalta que:

O quadro sócio-ambiental (sic) que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que a relação estabelecida entre os humanos e o meio ambiente está causando impactos cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, nas condições de vida das populações e na capacidade de suporte planetária com vistas a garantir a qualidade de vida das futuras gerações.

É partindo dessa conjuntura que indagamos a respeito de questões em torno do desenvolvimento sustentável, conceito recente, que surgiu no do século XX e foi popularizado pelo Relatório de Brundtland. De acordo com Veiga e Zatz (2008, p. 38), “esse documento foi apresentado em 1987 à Assembleia (sic) Geral das Nações Unidas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A partir de então, o termo “desenvolvimento sustentável” foi se legitimando como o maior desafio desse século”. Destacamos que as discussões construídas no decorrer deste artigo fundamentam-se no conceito de desenvolvimento sustentável declarado no documento “Nosso Futuro Comum” e construído durante o momento supracitado, que declara o seguinte: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

Realizamos uma análise acerca das questões sobre desenvolvimento sustentável notadas no cooperativismo rural a partir da investigação da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP), no município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte.

Salientamos as contribuições construídas, pelos 28 tecelões de Rochdale<sup>22</sup>, na segunda metade do século XIX em relação ao cooperativismo. No entanto, no decorrer do tempo muitas transformações ocorreram na organização do cooperativismo. Podemos destacar como algumas destas transformações o fato dos princípios construídos pelos 28 tecelões em 1844 terem sofrido modificações, tendo como exemplo destes princípios, a gestão democrática, participação dos membros na criação da cooperativa e a repartição igualitária dos lucros. Com o crescimento do cooperativismo, estes princípios se diluíram na busca soberana do lucro. Partindo desta conjuntura, Laura Duarte e Magna Wehrmann (2006) constroem uma reflexão que é fundamental para compreensão do cooperativismo do século XXI, eixo central de nossas discussões,

Nos últimos anos do século XX, o movimento cooperativista brasileiro sofreu uma bifurcação, apresentando-se hoje sob duas formas ideologicamente diferentes de organização e de representação das forças sociais presentes no campo: o cooperativismo “empresarial/tradicional” e o cooperativismo “popular/de resistência”. (LAURA DUARTE; MAGNA, 2006, p. 14)

Neste sentido, investigamos o cooperativismo rural, com foco nas práticas desenvolvidas pelos(as) trabalhadores(as) rurais que estão organizados em uma cooperativa, desenvolvendo atividades na agricultura familiar ou na agroecologia, e que podem representar o cooperativismo popular/de resistência, como resistência ao modo de produção agropecuário convencional baseado na monocultura e uso intensivo de agrotóxicos.

Tendo em vista este cenário, esta pesquisa definiu como objetivo geral investigar a organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais em cooperativas, identificando ações coletivas para a construção de estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, tomando por base a COOAFAP em Apodi/RN. E traz como objetivos específicos identificar práticas sustentáveis de agricultura familiar desenvolvidas pela COOAFAP e compreender o papel da COOAFAP em relação ao desenvolvimento rural sustentável no município de Apodi/RN.

Considerando esta conjuntura, que vem se construindo no mundo, e percebendo que as ações dos sujeitos se refletem nas ações locais, optamos por escolher a COOAFAP por tratar-se de uma cooperativa que apresenta uma história no município há quase duas décadas, com projetos voltados para a agricultura familiar.

## **2 METODOLOGIA**

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa. Apesar de se utilizar, em alguns momentos, de dados quantitativos, estes estão mais com a função de auxiliar na compreensão do objeto de estudo. Optamos pela realização de um estudo de caso por entendermos que esta estratégia de pesquisa atende aos nossos objetivos,

Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, pro-

---

<sup>22</sup> Os 28 tecelões de Rochdale, são considerados a primeira organização cooperativa que obteve êxito em suas ações. Inclusive foi produzido um filme em 2012, com o título: “The Rochdale Pioneers” que ilustra em detalhes a história desses tecelões.

cessos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. (YIN, 2001 p. 21, grifos nossos)

Percebemos que o estudo de caso pode ser utilizado para compreensão de processos organizacionais e entendemos que a formação de uma cooperativa é algo inerente a esta dimensão. Outro aspecto notado sobre o estudo de caso é a investigação de mudanças ocorridas em regiões. Com isso, vemos que nossa investigação está relacionada às mudanças, por tratar de eventuais mudanças ambientais e sociais, que não estão limitadas ao urbano, mas que também são sentidas no território rural.

Assim, estruturamos nossa investigação na construção de uma compreensão teórica, somada à realização de entrevistas semiestruturadas, por considerarmos que deixar a entrevista, com possibilidades de respostas mais abertas nos possibilita obter informações mais profundas. Em relação a esse instrumento de coleta de dados, foram realizadas 10 entrevistas e visitas à sede da COOAFAP, para alcançar o que nos propomos em nossos objetivos.

As entrevistas foram organizadas da seguinte forma: duas com cooperados que foram presidente e vice-presidente no primeiro ano de funcionamento da cooperativa; uma com o presidente atual; seis com trabalhadores(as) cooperados(as) da COOAFAP que possuam produção, sendo três mulheres e três homens; e uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Apodi – STTR. O número de 10 entrevistados (as) se justifica por ser suficiente para compreender no interior de um estudo de caso a realidade investigada.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Detemo-nos a estruturar as reflexões emanadas por esta pesquisa a partir de quatro categorias de análises, consideradas como fundamentais para compreensão deste estudo, são elas: a concepção do rural, agricultura familiar, cooperativismo e desenvolvimento sustentável. Somando a estas quatro, é necessário ainda realizar uma abordagem em uma escala macro, sobre a área de conhecimento a qual a pesquisa está predominantemente ligada, que é a sociologia rural.

A sociologia como uma área de conhecimento responsável por compreender os fenômenos sociais também se coloca a compreender as relações do rural.

Finalmente, a sociologia rural abrange toda a dinâmica social, isto é, todos os processos sociais que envolvem competição, conflito, cooperação, acomodação, assimilação e aculturação e mobilidade social. Não é preciso dizer que se trata aí da mudança social e dos fatores que influem na personalidade humana e de toda a problemática social [...]. (RIOS, p. 88, 1979)

No Brasil, grandes estudiosos se colocaram a analisar o rural brasileiro, entre os quais estão Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Entre os mais contemporâneos, encontram-se Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que buscaram apresentar a formação do Brasil e as implicações do rural no país, em pesquisas que atualmente contribuem para a compreensão das relações sociais presentes no campo.

Ao pensarmos o rural, temos uma diversidade de concepções e significados acerca deste território. Porém, adotamos como referencial teórico reflexões científicas que abordam o rural, que aqui adotamos como sinônimo de campo, não somente como um território voltado

para produção e para a obtenção de lucro, mas o rural como um espaço de vida, em que o camponês e suas ações ocupam o centro das investigações. Em relação aos sujeitos que compõem o campo, Wanderley (2008, p. 207) afirma que “o personagem principal deste mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída”.

Complementamos com uma reflexão sobre o rural que carrega consigo o significado da terra. Para Dom Tomás Balduino,

A conclusão é que terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver! (BALDUÍNO, 2004, p. 23-24)

Diante desta reflexão sobre o uso da terra, é preciso atentar para modos de produção existentes na organização da estrutura agrária, temos um modo de produção milenar na terra, que é a agricultura, porém as práticas são diversas. De acordo com Sérgio Schneider (1997, p.248),

Desse modo, acreditam que a estrutura agrária tende a consolidar um modelo dual (também chamado de bimodismo): de um lado, persistirá uma diversidade de formas familiares de produção e, de outro, como pólo hegemônico se consolidará a industrialização e a mercantilização da agricultura.

Reconhecendo a existência deste “bimodismo”, que também existe no território rural de Apodi, detemo-nos a aproximar nossas investigações para compreensão da concepção de agricultura familiar, que tem ganhado um destaque a partir da década de 1990. Segundo Wanderley (2011, p. 88),

A partir do final dos anos 1980, o tema do lugar da agricultura familiar assume uma importância central no debate sobre agricultura e meio rural. A pressão dos movimentos sociais constitui o principal fator para o seu aprofundamento e para tornar essa questão uma questão da sociedade.

Tomando por base a importância da agricultura familiar, buscamos entender a fusão entre o cooperativismo e a agricultura familiar, o que levou a escolha da COOAFAP, a qual representa um movimento de articulação de agricultores/as que vivem da prática da agricultura familiar. Porém, como já vimos, a estrutura agrária é dividida em modos distintos de utilização, o cooperativismo também sofreu esta espécie de divisão,

Nos últimos anos do século XX, o movimento cooperativista brasileiro sofreu uma bifurcação, apresentando-se hoje sob duas formas ideologicamente diferentes de organização e de representação das forças sociais presentes no campo: o cooperativismo “empresarial/tradicional” e o cooperativismo “popular/de resistência”. (LAURA DUARTE; MAGNA, 2006, p. 14)

Esta pesquisa optou por investir nas práticas da COOAFAP que se caracterizem como parte de um cooperativismo popular e de resistência, principalmente por reconhecer que não somente no Brasil, mas também em Apodi, há a presença de iniciativas do cooperativismo empresarial, inclusive com atuação no setor da agricultura.

Ante o exposto, nos reportamos a compreender toda esta dinâmica, no interior do conceito de desenvolvimento sustentável, alicerçados no conceito de desenvolvimento sustentável declarado no documento “Nosso Futuro Comum”, construído em 1987 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que declara o seguinte: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1988, p. 46).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No decorrer do processo de realização deste trabalho, buscando observar as características relacionadas aos nossos objetivos, chegamos a alguns resultados ainda parciais, tendo em vista que a pesquisa se encontra em andamento<sup>23</sup>. O diálogo que se construiu no decorrer da realização das entrevistas é a fonte que mais emite significados. Os discursos dos agricultores e cooperados direcionam a identificação de algumas características que nos auxiliam a enxergar, em primeiro plano, a dimensão levantada sobre que forma de cooperativismo constitui a COOAFAP, se cooperativismo empresarial ou popular e de resistência, e sobre a incidência de suas práticas para o desenvolvimento sustentável.

Em relação à preservação do meio ambiente, constatamos que os cooperados têm preocupações para realizar uma produção em que a terra não seja prejudicada. Observemos o seguinte trecho do Entrevistado 03: “ Eu sempre gosto de preservar, tem caba lá, lá em nós não, que lá em nós já, desde de dois mil e pouco, que a gente luta fazendo faixa, com o manejo da caatinga (sic) (ENTREVISTADO 03, 2019). Percebe-se que, para o entrevistado, os produtos que são desenvolvidos em suas propriedades, como frutas, cereais e legumes, são obtidos a partir de um cuidado com o solo.

Ainda sobre o cuidado com o meio ambiente na produção da agricultura familiar, ao ser questionado sobre a utilização do agrotóxico na produção, temos uma resposta que condiz com uma prática agroecológica,

Não, nunca usei não. Desde que eu me entendo que nunca usei não. É o mesmo de meus avós, de meus pais, que a gente nunca usou, não. Vovô sempre dizia, tem, tem muito bicho, tem o gafanhoto, mais um vai comendo os outros, aí é da natureza mesmo, aí a gente nunca gostou não. Aí, a gente trabalhou com horta orgânica, fazia aqueles minhocários, que chama né, fazia aquela adubação, e botava o adubo que a gente fazia mesmo, fazia o composto, fazia aquele outro do tambor com o fertilizante né.[..](sic). (ENTREVISTADO 03, 2019)

As palavras do entrevistado dão conta das práticas que são realizadas na caatinga, que é o bioma predominante na região em que reside os agricultores e agricultoras que estão cooperados a COOAFAP.

---

23 Este trabalho trata de resultados parciais de pesquisa de dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas (PPGICSH/UERN), intitulada “Cooperativismo Rural e Sustentabilidade Socioambiental: Um Estudo de Caso da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP)”.

Adentrando ao aspecto mais próximo de uma segunda indagação a respeito da caracterização das atividades dos cooperados, encontramos no estatuto social da COOAFAP, que é o documento que regulamenta as ações do cooperados, em seu artigo 5º que trata dos objetivos, o seguinte:

Art. 5º - A sociedade Cooperativa objetiva desenvolver os(as) agricultores(as) familiares da Mesorregião Oeste Potiguar, fortalecendo a organização econômica e social dos(as) cooperados(as), através da cooperação e ajuda mútua, da autogestão, de espírito coletivo e democrático e do desenvolvimento da produção sustentável[...] (COOAFAP, 2015, p. 1)

Percebemos que o estatuto da cooperativa apresenta duas características que consideramos importantes. A primeira delas é a expressão da identidade de seus cooperados (as), que são agricultores (as) familiares. Pela legislação vigente no Brasil, temos uma definição de agricultor familiar. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 apresenta alguns requisitos para definir o(a) agricultor(a) familiar.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo. (BRASIL, 2006)

Conforme o estabelecido nesta norma, a mão de obra dos cooperados da COOAFAP deve ser predominantemente da família, o que deixa claro que as atividades desta modalidade estão relacionadas a uma família, e não a uma empresa, colocando assim a COOAFAP como uma cooperativa que vem desenvolvendo um cooperativismo popular e de resistência. Esta resistência, à qual fazemos referência, é notada quando os agricultores (as) decidem produzir respeitando o meio ambiente, como já demonstrado no trecho do entrevistado 03).

Um outro ponto interessante que notamos no estatuto da COOAFAP é o fato de expressar o “desenvolvimento da produção sustentável”, o que também percebemos durante o processo das entrevistas. Os (as) cooperados (as) demonstram a preocupação de produzir, mas é uma produção pequena, porém saudável por ter ausência de uso de agrotóxicos.

Portando, de forma geral, os resultados obtidos nos levam a concluir que as ações dos sujeitos da COOAFAP contribuem para o desenvolvimento sustentável, considerando não somente os aspectos relacionados à produção de alimentos, mas a organização social, a qual estão amparados os (as) cooperados (as).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O contexto rural apodiense apresenta uma dualidade de modelos de produção e de usos do território. Ou seja, a agricultura familiar de base agroecológica divide espaço com grandes empreendimentos agrícolas do agronegócio, e estes, por sua vez, possuem relações distintas no que diz respeito ao cuidado com o meio ambiente.

As narrativas dos (as) entrevistados (as) apontam práticas que fortalecem a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável, a exemplo da preocupação em não utilizar agrotóxicos na produção de alimentos; da produção que atende pequenas demandas, direcionadas para a família e geração de renda, para abastecer projetos do governo federal, principalmente de fomento à merenda escolar.

No entanto, o contexto atual de enfraquecimento do sistema de defesa e proteção do meio ambiente, em razão de que as leis ambientais brasileiras vêm sendo desconsideradas pelo governo federal, abre mais espaço para a produção rural de grande escala que não atenta para a sustentabilidade social e ambiental do rural. E, como vimos no decorrer desta pesquisa, entendemos o rural como um lugar carregado de sentidos e significados, que ultrapassa a compreensão da terra apenas como fonte de renda e lucro.

## REFERÊNCIAS

BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 19-28

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil. Brasília, DF 25 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 26 de novembro de 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE APODI – COOAFAP. **Estatuto social da COOAFAP**. Apodi, 2015.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Magda Eva S.F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para Agricultura Familiar. In: SABOURIN, Eric (Org.) **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental e o desafio da sustentabilidade socioambiental. **Revista O mundo da saúde**. São Paulo, v. 30, n. 4, p. 524-531, out./dez.2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007

RIOS, Jose Arthur. **O que é e como surgiu a sociologia rural**. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/210>. Acesso em 03/07/2019.

SCHNEIDER, Sérgio. **Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.2, p.225-238, 1997

VEIGA, Jose Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento Sustentável, que bicho é esse?** Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001

WANDERLEY, Maria Nazareth. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

\_\_\_\_\_. A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. **Revista RURIS**, v. 4, n. 1, Campinas/SP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: estudos rurais no Brasil**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2011.



# **RECONHECIMENTO SOCIAL DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO MOACI LUCENA, APODI/RN**

**RESUMO:** A agroecologia integra esferas importantes para o direcionamento de suas atividades no desenvolvimento rural, sendo uma delas a participação de todos os atores na construção da agricultura familiar. O objetivo do presente artigo é discutir sobre o reconhecimento das mulheres na luta agroecológica, trazendo um estudo de caso do Assentamento Moaci Lucena em Apodi/RN. O trabalho torna-se relevante por colocar em pauta a visibilidade e reconhecimento da importância do trabalho das mulheres, não só economicamente, mas na vida em comum, dentro dos assentamentos. A metodologia adotada pelo trabalho foi quali-quantitativa, e os resultados apontaram que os projetos de desenvolvimento que envolviam a categoria gênero, bem como a entrada da assessoria técnica, contribuiu de forma incisiva para que as mulheres fossem reconhecidas enquanto sujeitos e como forma de dar visibilidade aos seus trabalhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar. Desenvolvimento Sustentável. Gênero.

## **1 INTRODUÇÃO**

O debate que se estabeleceu no Brasil e no mundo a partir de meados do século XX sobre a posição que as mulheres e os homens ocupam na sociedade foi necessário para que se pensasse sobre as questões relativas ao gênero feminino e masculino. Scott (1995) explica a categoria gênero como uma maneira de expressar as relações de poder e como um elemento construtivo em que estas relações sociais são fundadas e observadas entre os sexos.

As relações de gênero na agricultura familiar, como em outras esferas de organizações sociais, estão bem definidas. Essas relações sustentam-se diante de valores patriarcais que ultrapassam a vida familiar e se fazem presentes diante de outros espaços onde o direito à voz das mulheres não é ouvido (ARAÚJO, 2008). O papel das mulheres na sociedade ocorre de forma multifacetada, não só nas práticas que garantam a reprodução da vida social no espaço doméstico, mas também no espaço público.

Assim, o objetivo do presente artigo é discutir sobre o reconhecimento das mulheres na agricultura familiar de base agroecológica, por meio de um estudo de caso no Assentamento Moaci Lucena, Apodi/RN. Situado no interior do Rio Grande do Norte, em Apodi/RN, o assentamento de Moaci Lucena é uma das referências quando o assunto é desenvolvimento sustentável. Sendo assim, já existem algumas publicações sobre ele (DANTAS et al., 2010; PESSOA et al., 2008; GUERRA et al., 2010); porém, nenhum dos trabalhos tem como escopo a participação das mulheres no desenvolvimento do assentamento.

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada a partir de dados coletados no Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/Voluntário, 2016/2017, ID 555), inserido no Projeto “Agricultura Familiar e Agronegócio na Chapada do Apodi-RN: Resistência, Conflito, Convivência e Discursos”<sup>24</sup>. O tema sugerido aborda os processos de lutas e reivindicações das mulheres dos assentamentos de reforma agrária, a partir da criação de grupos específicos para discussão do reconhecimento do papel da mulher nos espaços de produção agroecológica e enquanto sujeitos ativos nas decisões tomadas nas comunidades das quais elas fazem parte.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia utilizada foi quali-quantitativa. Inicialmente, foi feita revisão de literatura sobre gênero, agroecologia, agricultura, reconhecimento, com base em Alier (1994), Siliprandi (2015), Pacheco (2009), Fraser (2007), Honneth (2007) e outros. A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2017, junto a 39 pessoas, mulheres e homens, chefes de família, do referido assentamento, com a aplicação de questionários contendo perguntas fechadas e semiabertas; entrevistas gravadas junto a quatro (4) mulheres que participaram ativamente ao Grupo Esperança e roteiro de entrevista com o Grupo de Mulheres Esperança, mediante grupo focal, em que participaram nove (9) mulheres. No tocante à citação dos depoimentos das entrevistadas, substituímos os nomes por codinomes – nomes típicos da região – no sentido de resguardar a identidade das mulheres.

A pesquisa teve como *locus* o Assentamento de Moaci Lucena, localizado a 24 km de distância da sede do município de Apodi (DANTAS et al., 2007). Atualmente, o assentamento é composto por 20 (vinte) famílias e nove famílias agregadas. Ainda de acordo com Dantas et al. (2007), o assentamento de Moaci Lucena foi reconhecido como interesse social para fins de Reforma Agrária, no dia 24 de maio de 1998, pela Portaria nº 38 de 27/05/1998. A conquista se deu por meio de lutas entre os antigos agricultores e agricultoras da Fazenda Boca da Mata contra os proprietários da fazenda em questão.

## **3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR**

No trabalho na agricultura familiar, o pressuposto é o de que os homens, por estarem mais capacitados fisicamente do que as mulheres, são responsáveis por assumir tarefas de trabalho mais “pesadas”. Este atributo garante aos homens a posição

---

24 CNPq/Edital Universal N° 01/2016, Processo N° 426776/2016-0.

de liderança no ambiente familiar e comunitário, em razão da valoração diferenciada e desigual entre o seu trabalho e o das mulheres, pois, mesmo quando elas realizam tarefas no roçado (e o fazem cotidianamente), esse trabalho é considerado “ajuda”. Em contrapartida, os serviços da casa, sendo o “lugar” da mulher, onde ela desenvolve suas principais atividades enquanto esposa, mãe e cuidadora da família, são considerados não-trabalho (HEREDIA, 1979).

Ainda hoje, a liderança dos esposos enquanto agricultores é forte no assentamento de Moaci Lucena. Nos depoimentos a seguir, o esforço físico e a diferenciação entre atividades pesadas e leves apresentam-se como um fator importante para que a atividade exercida por eles nos roçados seja considerada como trabalho, enquanto as atividades desenvolvidas por elas, sejam ajuda.

Geralmente, a gente vai lá na colheita. Porque essa parte de limpar à enxada e cultivo, não dá para a gente porque a enxada é um pouco pesada pra mulher. Então, a gente prefere, até o marido da gente acha que não há tanta necessidade de explorar as mulheres [...]. Aí, eles preferem que a gente ajude na colheita que é um serviço maneiro, não vai explorar e a gente vai acabar ajudando e contribuindo pra dentro de casa do mesmo jeito (FRANCISCA, entrevistada, 2017).

A divisão era feita assim, os mais pesados os homens pegam e o mais maneiro as mulheres pegam [...]. Já, na agricultura, a gente pode ajudar a plantar. A colheita e a limpeza do mato ficam mais para os homens (ROSA, entrevistada, 2017).

Esta divisão entre categorias de trabalho e ajuda ultrapassava os limites da esfera familiar e se fazia presente em outros contextos, como era o caso das reuniões das associações de moradores e até mesmo, nos sindicatos. As mulheres, por estarem fadadas à reprodução de atividades de casa e tendo o seu trabalho no roçado resumido à ajuda, não recebiam o valor monetário para isso. É neste sentido que a organização das mulheres se faz necessária. Pode-se dizer que a organização das mulheres veio contribuir para a construção de suas identidades enquanto agricultoras e responsáveis pelas atividades produtivas.

Os resultados desta pesquisa apontam para o consenso em torno da importância da participação das mulheres nas atividades produtivas. Os dados podem ser explicados pela observação de que, antes dos projetos incluírem a participação da mulher nas atividades produtivas, mais da metade das respostas apontaram que elas não tinham nenhum tipo de renda (Tabela 1).

Tabela 1 - Renda das mulheres antes de serem incluídas nos projetos

<b>RESPOSTAS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Nenhuma renda	30	76,9%
Auxílio de programas sociais	8	20,5%
Outros	1	2,6%
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A importância da participação das mulheres nas atividades produtivas em razão da renda é um aspecto bastante citado pelos entrevistados (tabela 2). Não só as mulheres, os homens também mostraram interesse, por se tratar de um valor extra

para a família. Atrelado ao aspecto de geração de renda, temos o importante fator do fortalecimento delas no assentamento, no sentido da autonomia, valorização e visibilidade da sua presença.

Tabela 2 - Importância da participação das mulheres nas atividades produtivas

<b>RESPOSTAS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Geração de renda	16	41
Fortalecimento das mulheres	7	17,9
Autonomia das mulheres	5	12,8
Valorização das mulheres	5	12,8
Divisão de tarefas	4	10,3
Aumento da produção e desenvolvimento do assentamento	2	5,1
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A realidade das mulheres do Assentamento Moaci Lucena retrata um quadro de exclusão social em que viviam antes de organizarem a sua participação nos espaços de decisão e de produção. O depoimento de Joana, participante do Grupo Esperança, ilustra como era a vida das mulheres antes de sua inclusão nas atividades produtivas do assentamento:

[...] Só quem tinha direito de pegar no dinheiro era ele [...]. A vida da gente era assim: esperava o que ele trazia. [...]. Eu comparo nossa vida naquela época como de uma escrava. Não porque o esposo vivesse batendo. Mas uma vida de escravidão, porque você era escrava daquilo que você desejava aprender e não tinha como. (JOANA, entrevistada, 2017)

O que acontecia era que, por se tratar de uma “ajuda”, elas ao irem para o roçado, não recebiam nenhum tipo de pagamento. O dinheiro, na teoria, era dos dois, mas quem escolhia a sua destinação era o marido.

Antes, a gente precisava de uma coisa e não comprava. Eu mesmo dizia: ‘não, não vou comprar porque tenho que pedir a João’. E não por medo. Questão mesmo de não ter, as vezes não tinha (MARIA, entrevistada, 2017).

No decorrer das entrevistas, notamos nos relatos sobre as atividades realizadas nos lotes tanto pelos homens como pelas mulheres, não há diferenciação entre atividades pesadas e maneiras e que as mulheres interagem em todo o processo produtivo. Embora, a grande maioria delas tenha respondido que sua participação se restringe apenas as atividades “maneiras”, em alguns depoimentos, é dito que ao irem para o lote com seus maridos, fazem de tudo, inclusive “limpar à enxada”. Com base nas leituras e observações de campo verificamos que as mulheres trabalham em todas as fases da produção agropastoril (Figura 1).

Moraes (1987) afirma que para as agricultoras não existe uma separação entre casa e roçado: a mulher transita pelos dois espaços. Elas podem fazer todos os serviços.

Figura 1: Mulheres levando os bichos para o cercado. Assentamento Moaci Lucena, Apodi/RN



Fonte: Autora, 2017.

Os principais resultados, nesse ponto, indicam que as mulheres estão integradas em todas as atividades da agricultura familiar, independente de serviço pesado ou leve, sem diferenciação de papéis. Atualmente, os quintais das casas estão abastecidos com plantas frutíferas como acerola, seriguela e manga (Figura 2A, 2B e 2C) e plantas que servem para alimentar o gado e proteger o solo, como a palma (Figura 2D), o que se denomina de quintais produtivos.

Figura 2: quintais das casas. Assentamento Moaci Lucena, Apodi/RN.



Fonte: Autora, 2017.

#### **4 PERCEPÇÃO E RECONHECIMENTO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO MOACI LUCENA, APODI/RN**

A percepção das mulheres sobre a sua participação nas atividades produtivas antes de sua inserção nos projetos apontava para a ideia de que suas principais ocupações giravam em torno das atividades domésticas: cuidar da casa, dos filhos, dos quintais, em um ciclo cotidiano e repetitivo sem fim. Era uma atividade vista como sem importância, “cansativa, repetitiva e sem fim” (ROSA, entrevistada, 2017). Em muitos relatos, fica evidente que esta percepção era também a dos homens. O trabalho desenvolvido por elas não era valorizado, além de ser considerada uma rotina natural e não uma construção social e histórica.

A divisão de trabalho nas atividades do meio rural está entre a roça, a casa, a criação e o quintal. A roça se configura como o espaço de trabalho desempenhado pelos homens e a casa, pelas mulheres. Já a criação de animais e o quintal da casa são vistos de forma mista, em que os animais de grande porte (gado) ficam sob a responsabilidade dos homens, e os de pequeno porte, das mulheres, e o quintal de casa também (HEREDIA, 1979). Sendo as mulheres responsáveis por realizar trabalhos que não são assalariados, vistos e naturalizados como atividades femininas, este trabalho não tinha nenhum tipo de reconhecimento:

Eles achavam que a mulher só tinha direito de estar na cozinha, entendeu? Até mesmo se chegasse uma visita na casa da gente, muitas vezes tinha homem que não aceitava que a mulher fosse ver quem era lá fora, para dar um bom dia ou boa tarde. Eles achavam que a mulher nunca ia poder sair da cozinha” (FRANCISCA, entrevistada, 2017).

Entrando no mérito do reconhecimento, este não significa apenas a identificação de uma pessoa. Reconhecimento significa atribuir valor positivo para que esta pessoa se sinta respeitada (HONNETH *apud* ASSY & FERES, 2006), o que, com base nos relatos, não ocorria no assentamento. Homens e mulheres naturalizavam o trabalho atribuído e desenvolvido por elas dentro de casa, não parando para pensar naquelas atividades e, assim, não designando respeito. Elas não se sentiam reconhecidas porque estas atividades eram apenas parte do seu papel enquanto mulher.

De acordo com elas, a inserção da discussão de gênero dentro dos projetos de desenvolvimento sustentável ocasionou uma mudança de conduta por parte dos homens e delas próprias. Os projetos trouxeram alguma autonomia, no sentido de representar uma nova ocupação capaz de gerar renda e mudança na vida das mulheres, a partir da produção e venda de produtos feitos por elas e, uma vez que tinham dinheiro para comprar suas coisas, não dependiam do dinheiro do companheiro, e não passavam por situações constrangedoras de ter que pedir para ele algo tão pequeno, o que acarretou em mudança de conduta delas próprias.

O reconhecimento, para tanto, trazendo a relação entre moralidade ou ética, nos escritos de Fraser (2007), é colocado como um problema, pois a moralidade não é capaz de dar conta pelas reivindicações de reconhecimento. É preciso atrelar a ética, uma vez que as normas são feitas pela justiça independente das diferenças culturais, características de identidades e valores históricos. Já o reconhecimento das diferenças vai além de normas e “formalismo vazio”. As abordagens distributivas adotam a ética como uma questão da boa vida que deve ser promovido em condições qualitativas para que haja o desenvolvimento humano, para além da fidelidade ao pressuposto de que o tratamento igualitário seja o único fator determinante para que haja o reconhecimento. Apenas distribuir projetos em assentamentos não é o caminho para o pleno desenvolvimento e autonomia das mulheres. É preciso, além de redistribuir, reconhecer o valor das práticas culturais, das características e identidades va-

riadas que não podem ser universalizados, principalmente, pela existência da diferenciação entre os gêneros feminino e masculino.

Para Honneth (2007), a experiência do desrespeito e do não reconhecimento atua como um importante motivador por ser uma fonte emotiva de resistência social e de levantes coletivos. Ainda de acordo com o autor supracitado, existem três formas de materialização do reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade.

## **5 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Nos movimentos mistos, as agricultoras foram as primeiras a se aproximarem das discussões sobre agroecologia e formas sustentáveis de produção, porém, são os homens os “porta-vozes” de todas as experiências agroecológicas, contribuindo para a invisibilidade do trabalho da mulher no campo (SILIPRANDI, 2015).

Nos processos de interações sociais dentro de assentamentos de reforma agrária, observa-se a “jornada dupla de trabalho”. As atividades desenvolvidas pelas mulheres – além do cuidado da casa e dos filhos, a criação de aves e pequenos animais, horticultura, floricultura, silvicultura e lavoura, são vistas como uma extensão ou ajuda ao seu companheiro (BUTTO et al., 2011), como já dito anteriormente. De acordo com a mesma autora, a economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. O trabalho da mulher é considerado como uma extensão de seus cuidados com os filhos e como uma ajuda ao seu companheiro. Sendo assim, o trabalho da mulher é invisível e não remunerado. Não reconhecido.

O autor da agroecologia que primeiro abordou questões específicas sobre gênero, na agricultura familiar, foi Joan Martínez Alier. Ele afirma a necessidade do reconhecimento das mulheres na agroecologia. Alier (1994) contesta a afirmativa da “empatia intrínseca entre as mulheres e a natureza” e observa que a consciência das mulheres acerca da necessidade de manutenção de um ambiente limpo está relacionada às suas condições de sobrevivência, não a uma questão de gênero.

No Brasil, foi Pacheco que, em 1990, escreveu “os primeiros textos reivindicando maior atenção à participação das mulheres na construção da agroecologia” (SILIPRANDI, 2015, p. 100). A autora abordava a problemática da articulação das mulheres, uma vez que elas não eram sindicalizadas, nem vistas como agricultoras, e não participavam das discussões feitas nos assentamentos. Foi somente com a criação de grupos de mulheres que estas passaram a se reunir e reivindicar a sua pauta na construção de projetos agroecológicos voltados, especificamente, para as suas questões.

O momento em que as mulheres passam a ter a oportunidade de se reunirem sem a presença masculina é algo libertador, pois elas se sentem à vontade para falar sobre suas preocupações e seus posicionamentos sobre o que acontece sem ter que rebater a possíveis críticas vindas de seus companheiros, constituindo-se em um espaço de fortalecimento das mulheres para atuar em outros espaços sociais. Ainda assim, é predominante a presença dos homens associados às atividades econômicas dos assentamentos, onde o trabalho das mulheres é tido como “ajuda”.

Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento (BUTTO et al., 2011, p. 12).

No sentido de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na agricultura familiar de base agroecológica, surgem os grupos de mulheres como forma de articulação e discussão de questões específicas sobre o seu papel nos assentamentos e na sociedade.

## **6 RECONHECIMENTO DAS MULHERES NA LUTA AGROECOLÓGICA**

Honneth (2007) apresenta o reconhecimento a partir da identidade, no sentido de liberdade individual (autoestima) e coletiva (reconhecimento). De acordo com ele, os sujeitos buscam reconhecimento não por fazer parte de um grupo ou etnia, mas pela ideia de que podem contribuir para os objetivos sociais. A busca por reconhecimento, portanto, está ligada “à possibilidade de uma realização de liberdade de todos os indivíduos

em particular” (HONNETH, 2007, p. 41). Para o autor, os movimentos sociais não são considerados lutas por reconhecimento. Honneth (2007) tece críticas a respeito da *teoria utilitarista* dos movimentos sociais no que diz respeito à ênfase no conflito de interesse e o ofuscamento de outros papéis como o desrespeito.

Honneth destaca a contribuição da ação coletiva nas experiências de desrespeito e injustiça, quando o individual ou coletivo é prejudicado através de maus tratos (morte-psicológica), que se limita aos relacionamentos sociais primários, por meio do enfrentamento de uma situação de abuso, estupro ou tortura e o acolhimento através do amor das pessoas próximas. É assim que o indivíduo gera a confiança sobre si mesmo – a *autoconfiança*. A segunda forma de desrespeito, é a negação de direitos (morte social) em que são negados direitos morais e responsabilidades na sociedade em que está inserido, gerando a exclusão social. O reconhecimento aqui acontecerá pelo entendimento de que tal pessoa é portadora de iguais direitos e membro da comunidade e ocorrerá quando o reconhecimento partir dos outros membros. O último desrespeito colocado pelo autor é a negação da estima social. Nesse ponto, o autor coloca “à depreciação do valor social das formas de auto-realização” (HONNETH, 2007, p. 87), em que o estilo de vida de uma determinada pessoa é visto com maus olhos e passível de depreciação ou insulto. O reconhecimento da estima social se dá pela aceitação do estilo de vida do indivíduo, por meio da solidariedade e compreendendo os limites culturais de uma dada comunidade. O quadro a seguir, ilustra como Honneth apresenta as questões sobre reconhecimento e como foi possível perceber isso em campo.

Quadro 1 Experiências de Reconhecimento: Relação entre o empírico e a literatura

ESFERA EMOTIVA: AMOR, AMIZADE	DISCURSO HONNETH	DISCURSO EMPIRICO
A esfera do amor diz respeito às relações primárias: à esfera emotiva.	O reconhecimento do indivíduo a partir da confiança em si mesmo que é indispensável para os seus projetos de auto-realização pessoal: autoconfiança.	Hoje a gente se acha forte. A mudança foi radical [...] O dinheiro ninguém pegava, hoje a gente pega e faz o quer [...]. Há conversas de um com o outro e ele entende que a mulher além de ser esposa é amiga e além de amiga, tem os seus mesmos direitos, que ele tem. Hoje temos coragem de ‘dizer hoje eu vou pra feira, vou escolher aquilo que eu quero’ (JOANA, entrevistada, 2017).
ESFERA JURÍDICA: DIREITO	DISCURSO HONNETH	DISCURSO EMPIRICO
A esfera jurídica diz respeito à privação de direito e a exclusão.	Aqui, o indivíduo é reconhecido como autônomo e moralmente imputável: autorrespeito.	Não podia ir pra uma feira, porque era mulher, não poderia ir pra reunião porque era mulher, não poderia viajar, não poderia nem sequer tomar cargo de nada...não podia ser presidente de nada [...] Depois do grupo mudou muito. Olhe, depois do grupo [...] eu tenho conquista [...] A gente antes não sabia que as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens tinham (Joana, entrevistada, 2017).  As mulheres acordaram pra ser donas de si mesmas. Não deixam que em primeiro lugar o marido determine que elas querem (FRANCISCA, entrevistada, 2017).
SOLIDARIEDADE: ESTIMA SOCIAL	DISCURSO HONNETH	DISCURSO EMPIRICO
Esta esfera diz respeito à comunidade de valores (solidariedade)	O indivíduo é reconhecido como digno de estima social: autoestima.	A gente plantava só para comer. Eu plantava e tirava meus três sacos de milho e feijão. Achava que estava bom. A assessoria nos despertou e ensinou que além de a gente plantar para comer, poderíamos aumentar a plantação para que a gente tivesse renda, né? Sobrando o que comesse e vendesse algodão, para comprar o que precisasse. Uma roupa e algumas outras coisas. Para você ter ideia hoje, através dessa chegada, mudou o Moaci. Hoje nós não somos aqueles moradores que só tem uma bicicleta para andar: hoje nós temos um transporte (moto). Através da renda que a gente tira. Nossa terra é rica.

Fonte: Adaptado de Honneth, 2007.

Em síntese, fica possível entender como o autor se posiciona diante do reconhecimento e autoreconhecimento. Para ele, o reconhecimento parte daqueles que são atingidos – autoreconhecimento - e, para alcançar o reconhecimento e eliminar o desrespeito, deve haver o reconhecimento da negação de direito pelos outros envolvidos de uma comunidade.

Nancy Fraser (2007, p. 102) afirma que o reconhecimento diz respeito a visões de uma sociedade “amigável às diferenças, o reconhecimento das diferentes perspectivas das minorias étnicas, “raciais” e sexuais, bem como a diferença de gênero”. Já os defensores da redistribuição “querem redistribuir a riqueza dos ricos para os pobres, do Norte para o Sul, e dos proprietários para os trabalhadores” (p.102).

A autora coloca que redistribuição e reconhecimento não são antíteses e, assim, não deveriam estar polarizadas: não há reconhecimento sem redistribuição ou redistribuição sem reconhecimento. Podemos perceber isso, claramente, nos assentamentos rurais, especialmente quando os projetos inserem as mulheres no contexto dos agricultores, sem considerar que redistribuir e reconhecer tratam de uma mesma moeda e que as mulheres estão inseridas em um processo de construção social hierárquico e patriarcal de valorização masculina.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que a experiência de organização das mulheres agricultoras rurais no contexto do Assentamento Rural Moaci Lucena, mesmo se tratando de um estudo de caso, apresenta características empíricas que espelham um quadro macrossocial, resultou em três aspectos que consideramos positivos: descoberta dos direitos das mulheres pelas agricultoras rurais; consciência de que a participação em espaços coletivos de aprendizagens enriquece a rede de relações sociais, possibilita troca de conhecimentos e conquista de novos espaços sociais, anteriormente, ocupados apenas pelos homens agricultores rurais; autonomia relativa em razão da geração de renda própria, por meio da inserção das mulheres em projetos de atividades produtivas e da sua inserção ativa na organização sindical rural.

Em termos de novas pesquisas, sugerimos a seguinte questão: que consequências a descontinuidade da existência desses grupos organizados de mulheres em assentamentos rurais acarreta para a vida delas?

## REFERÊNCIAS

- ALIER, Joan Martínez. Correntes do ecologismo. IN: \_\_\_\_\_. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 1994.
- ARAÚJO, Maria do Perpétuo Socorro Nassau et al. PRONAF Mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 18, p. 12, 2017.
- ARAUJO. Cédina Maria de. A invisibilidade do trabalho das mulheres na produção em assentamentos rurais de Baraúna/RN. In: CARVALHO, Marília; PINTO, Regina. (Org.). **Mulheres e Desigualdade de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 63-79.
- ASSY, B.; FERES JÚNIOR, J. Reconhecimento. In: BARRETO, Vicente de Paulo. **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo e Rio de Janeiro: UNISSINOS e Renovar, 2006. p. 705-710.
- BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. 1. ed. Brasília: MDA, 2011.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>>. Acesso em 16 de abril de 2017.
- DANTAS, Belchior Luiz et al. **A Agroecologia nos assentamentos de Moaci Lucena, Sítio Do Góis Vila Nova em Apodi - RN**. Mossoró: Gava, 2007. 12 p. Disponível em: <<http://revista.gvaa.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, v. 70, p. 101-138, 2007.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 9, n.8, p.1-28, 2006.
- HONNETH, A. Reconhecimento ou Redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. (Org.). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, no 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- PACHECO, M. E.; SILIPRANDI, E.; AGUIAR, M. V. Mulheres no congresso brasileiro de agroecologia. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 46, 2009.
- PESSOA, Marcos de Freitas, et al. Estudo da cultura vegetal em ambientes da caatinga com diferentes formas de manejo no assentamento Moaci Lucena, Apodi/RN. **Revista Caatinga**, v.21, n.3, p. 40-48, 2008.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

# **CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DE MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES DE APODI/RN**

**RESUMO:** Na busca pela autonomia, as mulheres agricultoras familiares necessitam ser estimuladas e reconhecidas pelo seu trabalho. Diante dessa afirmação, é necessário reconhecer a autonomia das mulheres e suas dimensões, para que sejam alcançadas. O que fazer para quebrar o estigma da mulher invisibilizada? Como as mulheres estão mudando esta realidade? O presente trabalho dialoga com a vivência de mulheres agricultoras familiares, tendo como objetivo geral investigar a busca e construção da autonomia de agricultoras familiares de Apodi/RN. Para uma compreensão do estudo em tela, a abordagem da pesquisa é caracterizada como qualitativa, tendo a análise temática como técnica de interpretação dos dados da pesquisa. Os resultados apontam que o trabalho nos quintais produtivos e a participação em grupos de mulheres são fatores importantes na formação e construção da autonomia das mulheres, por serem espaços de diálogos e de aprendizado social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia. Feminismo. Quintais produtivos.

## **1 INTRODUÇÃO**

A mulher tem a sua existência marcada por conflitos, violações e impedimentos para exercer sua total liberdade, culminando na pouca formação de sua autonomia. Isso acontece em razão do machismo estrutural existente na sociedade, que modela as mulheres a uma submissão social desde a mais tenra idade (MORENO; VIÚDES, 2012).

O machismo aprisiona as mulheres, quando estabelece que suas relações estão fadadas à esfera doméstica, ao trabalho restrito de cuidados na esfera privada. Neste contexto, a mulher enfrenta maus tratos em diversas dimensões, quando da violação de seus direitos como cidadãs, tanto na esfera pública como na privada, por causa de um sistema denominado como patriarcado (SAFIOTTI, 2004).

Diante disto, o que fazer para quebrar esse estado de invisibilidade? Como as mulheres estão mudando esta realidade? Quais contribuições dos grupos de mulheres para a construção da autonomia das mulheres dos assentamentos rurais? Qual a importância dos quintais produtivos para autonomia das agricultoras familiares?

Assim, o presente trabalho dialoga com a vivência das mulheres e tem como objetivo apresentar e debater resultados parciais de uma pesquisa sobre a autonomia de mulheres de assentamentos rurais do município de Apodi/RN, realizada por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/Voluntário, ID 1494, 2018/2019), que compõe um projeto maior denominado “Agricultura familiar e agronegócio na

Chapada do Apodi-RN: resistência, conflito, convivência e discursos ” (CNPq/Edital Universal N° 01/2016).

## **2 QUINTAIS PRODUTIVOS E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES**

Para compreender a relação entre agricultura familiar de base agroecológica e a autonomia das mulheres no contexto atual, faz-se necessário apresentar os quintais produtivos, local de trabalho das mulheres agricultoras familiares. Nos quintais produtivos é onde ocorre o trabalho da mulher enquanto produtora, muito embora este trabalho seja menos visto que o do homem, tido como o proprietário das terras (MOURA; MORENO, 2016).

No entanto, mesmo com seu trabalho subjugado, mal remunerado e invisível, a mulher agricultora se divide entre o trabalho de cuidados e sua produção, garantindo, em meio à invisibilidade da importância do seu trabalho de produção e de reprodução social, a soberania alimentar de sua família (QUARESMA, 2015). Assim, existe uma relação entre o trabalho no quintal produtivo e a autonomia da mulher, uma vez que ali ela descobre seu potencial como agricultora tanto quanto o homem e acaba se reconhecendo como trabalhadora, e não apenas como uma mulher do lar.

Para Santos (2013), os quintais produtivos estão para além do cultivo de plantas e criação de animais, podendo confundir-se com o habitat natural de determinadas espécies. Os quintais produtivos, então, acabam por fornecer às famílias e comunidades rurais uma autonomia alimentar.

Os quintais produtivos também são espaços domésticos, cuidados pela mulher e transitado pela família, somando-se ao espaço produtivo onde ela cultiva hortaliças, pequenos animais, árvores frutíferas, plantas medicinais e quaisquer outras variedades de sequeiros que venham a compor a alimentação de sua família, bem como também sirva para complementação da renda familiar, como ilustrado na Figura 1:

Figura 1: quintal produtivo e espaço doméstico, Apodi (RN), 2019



Fonte: Silva (2019).

Os quintais produtivos, nesta pesquisa, contemplam o viés agroecológico, uma vez que é descartado o uso de quaisquer insumos artificiais (GLIESSMAN, 2001). As mulheres uti-

lizam receitas naturais à base de caldas com *Nim* e urina de animais, quando existe o controle de pragas (SILVA, 2019)<sup>25</sup>.

Assim, os quintais produtivos têm ligação com a autonomia das mulheres, porque, uma vez estando condicionadas a este espaço, são elas que cuidam e realizam a manutenção necessária dos quintais, estando neles as condições a levam também a autonomia financeira, quando vendem produtos para obter alguma renda (SILIPRANDI, 2015).

### **3 ARTICULAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES**

Para Silva (2019, p. 21) “a mulher explorada carrega o estigma da natureza de seu trabalho e de seu papel social, que é justamente uma ideologia colocada pelo sistema capitalista e patriarcal”. Para quebrar estes padrões socialmente construídos, é necessária a articulação das mulheres no campo e na cidade. Com as mulheres agricultoras familiares, esta união se faz na forma de grupos de mulheres.

Torres (2017) enfatiza que, com os grupos de mulheres, elas ganham confiança e sentem-se valorizadas porque começam a conhecer mais sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãs, passando a encabeçar as suas produções. Ainda, Silva (2019) afirma que os quintais produtivos são espaços construídos sob o mérito do trabalho das mulheres. Então, quando as mulheres agricultoras passam a se reunir, também começam a adquirir conhecimento sobre seu trabalho e papel social. Elas começam a mudar suas realidades e também da comunidade onde vivem. Estas articulações são possíveis a partir de incentivos de políticas públicas governamentais e não governamentais, onde muitas vezes, a partir da reforma agrária, acontece a organização social entre aquelas pessoas e o incentivo a produções através das assistências técnicas (SILVA, 2019).

Políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais, promovidas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2003) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF Mulher, 2003), na perspectiva do desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais e de sua presença na esfera pública como trabalhadoras (BRASIL, 2009). A participação em grupos de mulheres possibilita as agricultoras familiares produzir e acessar incentivos que contribuem para sua autonomia individual e financeira, facilitando o acesso ao crédito e o ingresso em ações que lhes promovem o status de sujeitas políticas (SILVA, 2019).

Porém é importante salientar que o movimento para que as trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, pudessem produzir com equidade começou na década de 1980, com a reivindicação para que pudessem ser sindicalizadas. Até ali esta condição lhes era negada (AGUIAR, 2016).

---

25 A planta neem (ou nim), conhecida cientificamente como *Azadirachta indica*, é uma árvore do sudeste da Ásia e do subcontinente indiano (Fonte: <https://www.ecycle.com.br/1955-neem>). O Nim é uma árvore que apresenta ação contra insetos e doenças devido à presença de uma substância chamada de azadiractina, encontrada em maior concentração nas sementes. As sementes de nim são utilizadas no preparo do óleo de nim que pode ser usado para controlar a lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*), lagartas de hortaliças, gafanhotos e outros insetos. O nim também pode ser usado para controle de doenças, como o oídio. Fonte: <http://agroecologia.gov.br/publicacoes/preparo-do-%C3%B3leo-de-nim-1>.

## **4 FEMINISMO E AS DIMENSÕES DA AUTONOMIA DAS MULHERES**

Para se compreender a autonomia das mulheres, é necessário saber das diversas dimensões implicadas nesse conceito e que se referem ao poder que têm pelo seu corpo, acesso ao trabalho e renda, sua sexualidade, ou seja, para se chegar até uma plena autonomia, a mulher necessita da autocompreensão destas dimensões em sua vida (MORENO; VIÚDES, 2012; MARGARIDAS, 2011; GURGEL, 2004).

Por que a necessidade de autocompreensão destas dimensões para a melhoria da vida das mulheres? Por conta de uma sociedade marcada pelo sistema patriarcal, pois, desde a mais tenra idade, a mulher é submetida a ser cuidadora do lar e do próprio homem, e o homem como o mantenedor do lar e da própria mulher (MORENO; VIÚDES, 2012).

A mulher, por sua vez, que se encontra submetida por séculos à opressão patriarcal, é impelida a acreditar que a ideologia patriarcal confere a esta realidade uma verdade absoluta. Muitas mulheres ainda acreditam que suas vidas estão condicionadas a uma natureza de cuidados e de submissão aos homens, presas a uma determinação biológica e cultural.

A luta das mulheres contra o machismo e suas expressões tornou-se uma importância política e hoje mobiliza a sociedade entre homens e mulheres pela equidade social (SILLIPRANDI, 2015; GIULIANI, 1989), de modo a evidenciar para a sociedade que as mulheres são tão capazes quanto o homem, na esfera pública ou privada.

Nesse sentido, Alves e Pitanguy (2017) delineiam a complexidade do feminismo, ao afirmarem que está enraizado ao passado e sendo lentamente construído no presente, não possuindo determinado ponto de chegada. As autoras colocam o feminismo como um processo de transformar a sociedade, não podendo ocorrer de forma instantânea. O feminismo:

Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. Os pontos de vista e as iniciativas são válidos, não porque se origine de uma ordenação central, detentora de um ‘monopólio da verdade’, mas porque são fruto da prática do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres (ALVES; PITANGUY, 2017, não paginado).

Na agricultura familiar, o feminismo se introduz na organização de grupos de mulheres, cumprindo seu papel de promover a informação de direitos e debates de interesses comuns das mulheres (ALVES; PITANGUY, 2017). Na agricultura familiar de base agroecológica, as mulheres reunidas em grupos trazem pautas que interessam não somente a elas, mas também à comunidade onde residem, o que as torna politicamente reconhecidas (DANTAS, 2018).

Portanto, o feminismo é importante junto aos grupos de mulheres na formulação da autonomia das participantes desses grupos. As trabalhadoras rurais passam a compreender a importância de seu trabalho, quebrando a ideia gerada pelo patriarcado, de que a natureza feminina é frágil e está atrelada aos cuidados domésticos.

## **5 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA PARA AS TRABALHADORAS RURAIS**

A discussão anterior leva à compreensão da autonomia da mulher em um contexto geral, não podendo ser confundida somente com a autonomia financeira, por isto a necessidade de revelar as dimensões desta.

Não é à toa que as atividades econômicas são relações determinadas pelo sistema capitalista que, por conseguinte, se apropria dos detentores de meios de produção, neste caso os homens. Restou então para as mulheres o que é considerado de mais inferior, em se tratando de direitos trabalhistas (BRUSCHINI, 2006; ALVES; PITANGUY, 2017). Além das lutas pela autonomia financeira, vivenciadas pelas mulheres pelo mundo, ainda persiste a luta pela autonomia pessoal, porque, mesmo possuindo alguma renda, a mulher ainda continua afetivamente atrelada ao homem, por causa da ideia machista de ser necessário ter um companheiro homem para conquistar a plenitude emocional (MORENO; VIÚDES, 2012).

Assim, a mulher, no meio rural, tem o seu trabalho visto como ajudante do homem, e é invisibilizado, quando se trata de cuidados. O homem, que trabalha fora, é sempre tido com um ser dotado de status político importante. Desta forma, a mulher na agricultura familiar tem o seu trabalho despercebido e desvalorizado (SILIPRANDI, 2015)

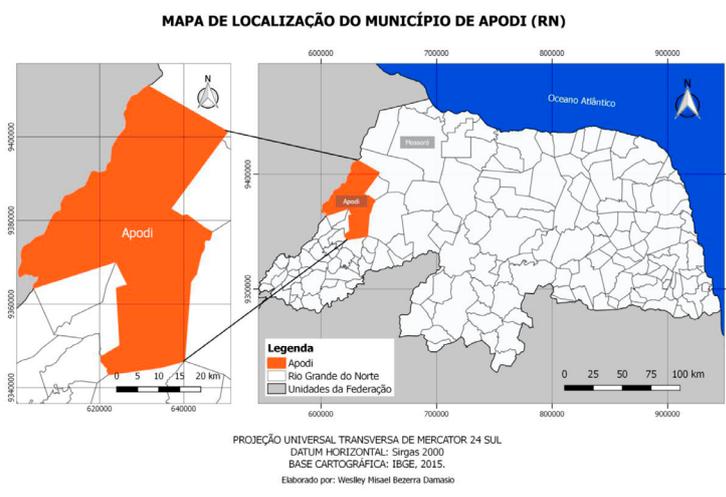
Porém, Dantas et al. (2018) apontam as mulheres rurais como importantes participantes em sindicatos, associações e projetos, nas comunidades em que vivem, mas que estes registros são pouco valorizados e suas histórias, muitas vezes esquecidas. Ou seja, com tantos estigmas criados pela sociedade patriarcal e, estando as mulheres em posições subalternas na sociedade, registrar estas histórias e construir cientificamente em cima da autonomia das mulheres constitui importância em revelar o que já esteve tão apagado e velado.

Para as mulheres agricultoras rurais, seu espaço de trabalho, que geralmente se faz na forma de quintal produtivo, é onde ela descobre sua autonomia, primeiro financeira e depois de forma mais plena e pessoal, principalmente quando em contato com grupos de mulheres (TORRES, 2017; SILIPRANDI, 2015).

## 6 METODOLOGIA

Apodi é município do Rio Grande do Norte, dista 370 km de Natal, a capital do Estado. Apodi encontra-se na microrregião da Chapada do Apodi e mesorregião Oeste Potiguar, abrangendo os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o município possui 34.777 habitantes, com densidade demográfica de 21,69 habitantes por km<sup>2</sup> e uma unidade territorial de 1.602,477 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017; PINTO, 2018) (Figura 2):

Figura 2: Mapa de localização de Apodi - RN.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Adaptado e organizado por Wesley Misael Bezerra Damasio, 2018.

A Chapada do Apodi é uma região conhecida por conflitos socioambientais entre agricultores, familiares e empresas do agronegócio, na disputa pelos recursos naturais. Estes conflitos tiveram início em 2012, com a instalação do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que visava desapropriar famílias de agricultores familiares para a implantação do projeto apelidado de “Projeto da Morte” (SANTOS, 2018).

É nesta região que se encontram as comunidades rurais em que residem as cinco mulheres agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, que foram entrevistadas para esta pesquisa:

\* Projeto de Assentamento Milagre, que possui capacidade para 26 famílias e é registrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo sido fundado em 09 de outubro de 1997 (INCRA, 2017). Até 2017, este Projeto de Assentamento (PA) possuía o número de 136 pessoas habitando no local. Milagre possui as atividades produtivas girando em torno de plantações de sequeiros, pequenos animais, algodão agroecológico e a apicultura (CARVALHO, 2017). Nesta PA, as mulheres se organizam através do grupo de mulheres Amigas das Abelhas, onde recebem projetos pelas assistências técnicas do INCRA, e as participantes têm forte vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA) e o Centro Feminista 8 de Março (CF8).

\* PA Agrovila Palmares, originado pelos benefícios do crédito fundiário. As atividades produtivas giram em torno de quintais produtivos e a agricultura familiar de base agroecológica com a criação de pequenos animais, cultivo de sequeiros, frutíferas e hortaliças (CF8, 2017). De acordo com Silva (2019), este PA possui 84 moradores e 33 residências habitadas. As mulheres deste PA se articulam através do grupo de mulheres Juntas Venceremos, composto por 17 mulheres, que trabalham com projetos em seus quintais produtivos.

\* PA Aurora da Serra, registrada pelo INCRA, possui capacidade para 58 famílias, mas possui 60 famílias assentadas. Foi fundada em 17 de março de 1997, e suas atividades produtivas giram em torno da agricultura familiar, com o cultivo de sequeiros, criação de animais e apicultura (PINTO, 2018; MARTINS; OLIVEIRA; MARACAJÁ, 2013). O grupo de mulheres deste PA se chama As Guerreiras e é composto por 19 mulheres, que trabalham com polpas de frutas da região.

\* Sítio Queimadas, com 48 famílias habitando o local e não pertencente ao INCRA. Situada na região do Vale do Apodi (SILVA, 2019), as atividades produtivas dos moradores giram em torno da agricultura familiar e artesanato feito com palha de carnaúba (CF8, 2017). Nesta PA, o grupo de mulheres Artvida se expressa através do artesanato com palha de carnaúba.

A presente pesquisa se trata de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, de cunho explicativo. Para a coleta de dados foi realizado o campo no STTRA, em doze (12) de janeiro de 2019, com quatro (4) mulheres, e a quinta mulher foi entrevistada no PA Milagre, onde aconteceu o grupo focal, em oito (8) de fevereiro de 2019, com as mulheres desta mesma localidade, para complementação da pesquisa empírica.

A abordagem qualitativa é valiosa quando se trata de estudo de caso, em que se estuda a realidade dos contextos sociais, que são inviáveis de se quantificar. A ideia destas abordagens é justamente buscar as respostas no ambiente empírico, estando frente a frente pesquisador e pesquisado (MINAYO, 2009; YIN, 2001).

O referencial teórico foi construído a partir dos temas sobre gênero, autonomia e agricultura familiar, tomando o cuidado em alicerçar as ideias e suposições, sem submeter os resultados às influências do pesquisador (CRESWELL, 2007).

O foco da pesquisa de campo foram as mulheres trabalhadoras rurais, lideranças, donas de casa e integrantes de grupos de mulheres de cada localidade. Para as entrevistas, utilizou-se roteiro de entrevistas, aparelho gravador, câmera fotográfica e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para garantir a segurança das questões éticas.

As entrevistas, nas pesquisas sociais, são importantes para capturar as sensibilidades e complexidades existentes nas falas de cada pessoa. Seus convívios, emoções e mesmo omissões podem ser percebidas através da entrevista (MINAYO, 2009).

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica da análise temática, quando se analisa dados de um tema específico. Dentro da análise temática, podem-se construir unidades de contexto, em que se trabalham as técnicas de categorização, inferência, descrição dos depoimentos que foram coletados durante a pesquisa e, finalmente, a interpretação dos dados (MINAYO, 2009).

Por fim, os nomes das mulheres entrevistadas foram substituídos por codinomes de flores da caatinga, respeitando suas identidades: Chanana, Beldroega, Malícia, Jetirana, Melosa, Mariana e Malva.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa são trabalhadoras da agricultura familiar, todas elas participantes em grupos de mulheres. Ainda, todas têm participação no STTRA, indicando engajamento político participativo nas questões pertinentes à agricultura familiar.

Para Okin (2008), uma vez participando de grupos, as mulheres passam a ter auto compreensão de sua atuação tanto na esfera pública como na privada, passando a perceber e a viver seu papel social com um horizonte mais amplo.

De acordo com as mulheres entrevistadas, ao serem questionadas sobre o surgimento dos grupos de mulheres, informaram que os grupos tinham formação a partir do INCRA, com a capacitação desenvolvida pela Assistência Técnica Rural (ATER).

Quando questionadas sobre os motivos de participarem do grupo, as respostas formaram duas categorias: 1) por causa das vantagens da linha de créditos e recursos para as mulheres; 2) por causa da tomada de decisão e participação em movimentos sociais.

O grupo trouxe pra gente a decisão, né. Da gente tomar as nossas decisões e participar dos movimentos. Eu não participo diretamente da marcha [Marcha Mundial das Mulheres] porque eu não viajo pra longe, mas eu organizo as mulheres, mobilizo as mulheres pra marcha. (MALVA, ENTREVISTADA, 2019)

De acordo com as entrevistadas, a interação delas com a Marcha Mundial das Mulheres vem do entrosamento com o Centro Feminista 8 de Março (CF8), a qual se faz presente no STTRA. O CF8 é uma ONG que promove feminismo e auto-organização das mulheres rurais e da cidade, a partir das atividades produtivas desenvolvidas por mulheres (CF8, 2017). Siliprandi (2015) lembra que o feminismo é importante, por instruir as mulheres rurais na formação de sua autonomia, pois abre espaço para o conhecimento dos seus direitos e para a construção do empoderamento feminino.

Na questão sobre a importância do grupo na vida das mulheres, as categorias formadas puderam ser inferidas e comparadas com a definição de autonomia de Gurgel (2004), quando afirma que a autonomia das mulheres deve abarcar ao menos três elementos: reconhecimento da opressão, noção de liberdade e a ação coletiva das mulheres. Assim, relacionado no quadro 1:

Quadro 1: Relação entre elementos da autonomia de Gurgel e a importância dos grupos de mulheres de Apodi (RN), 2019.

Elementos de autonomia por Gurgel (2004)	Categorias sobre a importância do grupo de mulheres
Noção de liberdade	Por ter voz e vez
Reconhecimento da opressão	Conhecimento de coisas novas
Coletividade das mulheres	De estar unidas

Fonte: Gurgel, 2004; Silva, 2019.

Desta forma, infere-se que os grupos de mulheres são motores para a formação da autonomia das mulheres agricultoras familiares, instigando-as a se articularem em prol de benefícios para seus projetos e comunidades. Para Silva (2019), os grupos propiciam às mulheres a responsabilidade política, enquanto cidadãs, demonstrando a descoberta da importância de seu trabalho.

No tocante aos quintais produtivos, as mulheres narraram que, dentre as atividades realizadas somente por elas, está o trabalho nos quintais. Nestes espaços elas produzem alimento para a família e para ajudar na renda familiar: “É no meu quintal. Lá vem os projetos, projetos para o grupo, mas cada mulher trabalha no seu quintal, separado. É com galinha, porco, plantas medicinais e frutíferas” (MALVA, ENTREVISTADA, 2019).

Quando questionadas como plantam, afirmaram: “por policulturas”, “manejo com trator e sem veneno”, “com técnicas agroecológicas”. Inferiu-se que a agricultura cultivada por estas mulheres em seus quintais se constitui de práticas agroecológicas, uma vez que não se utilizam insumos químicos.

Nós adubamos, colocando a planta lá. Plantamos também coentro. Bota o adubo, mas o adubo de criação, sabe? É o que chama o paú. A gente lava ele, passa 15 dias ou mais, ele lá, a gente só aguando para tirar o limo, quando ele está pronto a gente vai e planta. (JETIRANA, ENTREVISTADA, 2019)

As mulheres afirmaram também que, frequentemente, recebem o reconhecimento pelo trabalho delas em seus quintais, sendo notadas por proporcionarem uma agricultura que é sustentável:

Sim. Recebemos visita nos quintais. Até mês passado eu recebi uma turma do IF que o professor pediu. Me procurou se podia dar uma aula para os alunos dentro do meu quintal, eu aceitei e eles foram. Lá, a comunidade de Palmares é muito reconhecida pelo IF. Pelo sindicato [STTRA] também. As mulheres de lá participam muito das atividades do sindicato. [MALVA, ENTREVISTADA, 2019]

Assim, os quintais produtivos para a mulher agricultora familiar assumem um lugar importante para a formação da sua autonomia, pois é a partir deste trabalho que ela acessa benefícios sociais e econômicos para obter renda e melhorar a sua própria vida (MARGARIDAS, 2011; MORENO; VIÚDES, 2012).

As mulheres também foram questionadas sobre a relação entre agricultura familiar e feminismo. Sobressaiu-se que o feminismo incentiva a agricultura familiar, as mulheres estão à frente, se articulando e “é tudo encaixado” (CHANANA, ENTREVISTADA, 2019).

Essas mulheres que estão à frente dos trabalhos dos quintais, participam dos movimentos sociais e especialmente o CF8, porque lá a gente trabalha muito o feminismo. A gente está sempre acompanhando as mulheres em busca dos direitos delas. E eu mesma não sabia quais eram meus direitos, eu achava que só tinha deveres, mas depois que eu comecei a participar daqui do sindicato, do CF8, parece assim que acende uma luz, né. Que a gente vê a realidade, como pode ser a vida das mulheres. (MALVA, ENTREVISTA, 2019)

Logo, foi possível inferir que o CF8 e o STTRA foram atuantes na construção da autonomia destas mulheres, levando o feminismo e a auto-organização para seu cotidiano. Não à toa, as entrevistadas atuam com cargos e participações importantes no STTRA como coordenadoras da comissão de mulheres, tesoureiras e sócias.

Finalmente, quando questionadas sobre se sentirem com autonomia, quatro categorias foram destacadas: sente-se, pois o marido a respeita; sente-se, pois tem controle sobre sua vida; sente-se, pois tem liberdade; sente-se, pois não precisa pedir. Então, o respeito, a autonomia e emancipação no sentido de ter o controle sobre sua própria vida são questões essenciais da condição humana ativa.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação e organização de grupos de mulheres são fundamentais para a construção da autonomia das mulheres. Os grupos de mulheres são espaços promovidos por entidades interessadas na formação da autonomia das mulheres e revelam novos horizontes para sua participação nas esferas privadas e públicas. As mulheres ativas nos espaços sindicais demonstram maior autonomia no rumo das suas vidas, quebrando padrões estabelecidos para as mulheres na sociedade.

O trabalho nos quintais produtivos se constitui em espaços gestados exclusivamente sob a batuta das mulheres. E, assim sendo, evidenciam habilidades de administração e produção com resultados objetivos tanto para a alimentação das famílias quanto para a geração de renda, reverberando na autoestima e autoconfiança das agricultoras familiares.

No caso das mulheres trabalhadoras rurais de Apodi, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi e o Centro Feminista 8 de Março foram portadores de informações sobre projetos sociais e produtivos para estas mulheres.

Por fim, a autonomia das mulheres está relacionada ao conhecimento adquirido nos processos sociais de aprendizagem, por meio de grupos sociais, escolas, sindicatos etc. Privadas de oportunidades como essas e isoladas no espaço privado da casa, as mulheres têm menos chances de perceber a importância de uma vida com autonomia.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261-295, 2016.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. **Crédito para as trabalhadoras rurais: Mais alimentos - Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010**, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.23, n. 2, 2006.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. **Do pó do sertão ao “oásis da nova era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi, RN. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Humanas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró. 2017.

CENTRO FEMINISTA OITO DE MARÇO. **Pelas mãos das mulheres**. Experiências de auto-organização das mulheres do Rio Grande do Norte: produção, economia feminista e solidária e convivência com o semiárido. Mossoró: CF8, 2017. 60 p.

CRESWELL, John W. Procedimentos qualitativos. CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**, v. 21, p. 184-210, 2007.

DANTAS, Ana Luíza Pereira et al. Participação das mulheres rurais nos territórios da cidadania: entre as desigualdades e a construção de resistências. In: ALMEIDA, Janaiky; CALAÇA Michela, CAJU, Oona (Org.). **As políticas públicas no território e a cidadania das mulheres camponesas**. Mossoró: CGP Solutions, 2018. p. 171-236.

GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste. **Rebeldia e submissão**. São Paulo: Vértice, 1989.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2001.

GURGEL, Telma. **Feminismo e liberdade**. Universidade e Sociedade, v. 14, n. 43, p. 99-109, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>> Acesso em: 11 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. Brasil, 2017. Disponível em: <[http://www.acaoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu/arquivos/agu/adesoesbt\\_dados-aberto.pdf/view](http://www.acaoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/recursos-a-cgu/arquivos/agu/adesoesbt_dados-aberto.pdf/view)> Acesso em 25 out. 2018.

MARGARIDAS. Caderno de formação da Marcha das Margaridas, 2011.

MARTINS, Jacqueline Cunha de Vasconcelos; OLIVEIRA, Alan Martins de; MARACAJÁ, Patrícia

cio Borges. Apicultura e Inclusão social em Assentamentos de reforma agrária no município de APODI-RN. **Anais...XLIV CONGRESSO DA SOBER**, 44, 2006, Fortaleza. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/148154>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORENO, Renata; VIUDES, Taís. A centralidade da autonomia econômica para as mulheres. In: MORENO, Renata (Org.). **Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, p. 21-28, 2012.

MOURA, Maria da Conceição Dantas; MORENO, Renata Faleiros Camargo. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais do Sertão do Apodi. In: SILVESTRE, Camila Paula; DAS GRACAS Maria Adriana Vieira; MOURA, Maria da Conceição Dantas (Org.). **Reflexões feministas: mulheres construindo economia solidária**. Mossoró: Centro Feminista 8 de Março, p. 9 - 27, 2016.

OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. O conflito socioambiental na chapada do Apodi/RN: uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar. 2018. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2018.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. **Coletânea sobre estudos Rurais e gênero**, prêmio Margarida Alves – Mulheres e Agroecologia, Brasília, DF, p. 35-43, 2015.

SAFFIOTI, B. **Gênero, patriarcado e violência**. Perseu Abramo, São Paulo. 2004.

SANTOS, Amaury da S. dos; OLIVEIRA, Lanna C. L. de; CURADO, Fernando F.; AMORIM, Lucas O. do. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda-Sergipe. *Revista Brasileira de agroecologia*, p. 100-111, jan. 2013.

SANTOS, Raul Nogueira. **Verdade, poder e discurso: O “projeto da morte” de Santa Cruz do Apodi/RN**. Mossoró, 2018. Dissertação apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2018.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVA, Zirlania Cristina da. **Um estudo de caso sobre a autonomia de mulheres agricultoras familiares de Apodi/RN**. Mossoró, 2019. Monografia apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2019.

TORRES, Janine Beatriz. **Participação e Reconhecimento das mulheres na agroecologia: Um**

estudo de caso do assentamento de Moaci Lucena, Apodi /RN. Mossoró, 2017. Monografia apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto alegre: Bookman, 2001.

# **COMO JUNTAS SE FIZERAM SUJEITOS E PROTAGONISTAS DE SUAS VIDAS: EM CENA O GRUPO DE MULHERES “UNIDAS PARA VENCER”, APODI/RN**

*Para chegar ao Sítio do Góis, nossos antepassados seguiram um cordão de juazeiro (Dona Antonete – in memoriam)*

**RESUMO:** O artigo apresenta e discute as mudanças ocorridas a partir de um processo de auto-organização das trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento (PA) Sítio do Góis Apodi/RN. Pretende-se destacar o lugar das mulheres nesses processos de luta, acesso e participação na reforma agrária, e dentro desse viés localizar o processo de auto-organização das trabalhadoras rurais no referido cenário. Para tanto, nos embasaremos em entrevistas de história de vida das agricultoras, especialmente fazendo um recorte de como era antes e depois do grupo, para assim entender as possíveis mudanças e também as permanências. Optou-se por centralizar o problema no momento após a criação do assentamento, a partir da constituição da associação, para entender a permanência das mulheres no espaço doméstico, a invisibilidade e os desafios para sua participação nos espaços públicos, mesmo após a redefinição e reorganização do espaço territorial, social e político.

**PALAVRAS-CHAVE:** Auto-Organização. Gênero. Participação. Reforma Agrária. Trabalhadoras Rurais.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Assentamento Sítio do Góis localizado em Apodi/RN foi criado em 1998, fruto do processo de luta e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos sociais do campo, Igreja Católica e, especialmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do movimento sindical. A conquista da terra não foi um acontecimento isolado, estando intimamente relacionado a um processo mais amplo nacional de luta pelo acesso, conquista e posse da terra (MARTINS, 1994; PAIVA, 1987).

A partir de 1990, algumas mudanças, que já vinham sendo gestadas na década anterior, fruto da organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, se concretizam no município de Apodi/RN, tais como a “tomada de posse” do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, que, até o momento, de forma contraditória, estava centrado nas mãos dos grandes proprietários de terra, seus amigos e aderentes<sup>26</sup>. Com a “tomada” do Sindicato Rural, que passa a ser constituído e representado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o processo de reforma agrária no município é impulsionado<sup>27</sup>. E é justamente nessa época que as discussões sobre gênero começam a tomar corpo e impulso, reflexo também de uma conjuntura nacional que já sublinhava a necessidade de participação das agricultoras nos espaços de representação e poder da categoria (BONI, 2004).

A área onde está localizado o Projeto de Assentamento (PA) Sítio do Góis, situada na região da chapada do Apodi, antes de ser desapropriada para a Reforma Agrária, era uma grande fazenda, concentrada nas mãos de um único dono. O processo de ocupação desse espaço foi pacífico, fruto do diálogo entre os trabalhadores – moradores e trabalhadores sazonais da fazenda -, CPT, Sindicato e Igreja Católica e o proprietário da terra.

Em 1998, a terra é desapropriada para a Reforma Agrária, a posse é concedida e a terra é dividida em 60 lotes, distribuídos igualmente entre os 60 posseiros. Com isso, o sonho dos trabalhadores rurais de terem seu pedaço de chão se torna realidade. Esse processo de formação do assentamento, envolvendo a luta pela terra – processo de organização social, produtivo e de gestão coletiva –, mesmo pacífico, gerou momentos de tensão, angústias e medos entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. A partir daquele momento, o grupo passaria a viver numa área coletiva, que não envolvia somente a vivência num mesmo espaço territorial, mas também todo o compartilhamento do processo de decisão e organização, pois, no modelo de organização de Reforma Agrária, foi criada uma associação coletiva responsável por, juridicamente, representar os posseiros.

Esse artigo é um recorte de um trabalho acadêmico em andamento<sup>28</sup>, que se propõe a interrogar o lugar das mulheres nos processos de luta, acesso e participação na Reforma Agrária, ocorridos especificamente no P.A. Sítio do Góis, e, ao mesmo tempo, localizar o processo via auto-organização das trabalhadoras rurais nesse espaço.

Desse modo, o problema que este estudo intenta abordar consiste em identificar as alterações que o envolvimento das trabalhadoras rurais nos movimentos de luta pela terra (sindicatos, associações etc.), via processos de auto-organização, causaram nos espaços de representação e poder onde vivem. Para entender o problema em causa, foram utilizados dados da pesquisa participante, as atas do Sindicato e da Associação e, principalmente, as entrevistas de história de vida das agricultoras, fazendo-se um recorte de como era antes e depois do grupo, para assim entender eventuais mudanças bem como permanências. No trabalho mencionado anteriormente foram aplicados questionários sociodemográficos (indiretos) e entrevistas de história de vida a 17 mulheres que integram o grupo auto-organizado intitulado “Unidas Para Vencer”.

Em termos de métodos, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso. As técnicas de coleta de dados utilizadas integraram a observação participante, a aplicação indireta de questionários para traçar o perfil sociodemográfico da população estudada, e a entrevista de história de vida, já que as mesmas são elementos riquíssimos na apreensão de dados significativos para o alcance dos objetivos almejados. A partir do mosaico

---

26 Chamamos aqui de aderentes os funcionários públicos alocados para exercerem suas funções no sindicato.

27 Dados coletados via pesquisa participante e leitura das atas do STTR de Apodi.

28 O trabalho referido é a tese de doutoramento em curso.

teórico, proposto por Becker (1993), fez-se a articulação dos dados recolhidos. Para analisar as histórias de vida, usamos os procedimentos e técnicas da Grounded Theory (GT), ou Teoria Fundamentada em Dados (CHARMAZ, 2009) e na análise das atas do Sindicato e da Associação recorreremos à técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

A opção por centralizar o problema após a criação do assentamento, a partir da constituição da Associação, deu-se com vistas a entender como é que, mesmo após a redefinição e reorganização do espaço territorial, social e político, as mulheres permanecem no espaço doméstico, invisíveis e sem participarem nos espaços públicos.

## **2 AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS ASSENTADAS DE REFORMA AGRÁRIA: PROCESSOS DE LUTA E DE CONSCIENTIZAÇÃO**

O grupo de mulheres do P.A. Sítio do Góis foi criado entre os anos de 2000 e 2002 (Figuras 1 e 2). A criação do grupo não aconteceu de forma aleatória ou isolada, uma vez que resultou de um processo de luta do movimento de mulheres em nível nacional, estadual e municipal. Essa necessidade de auto-organização das trabalhadoras rurais fazia parte de um processo amplo de debate nacional, impulsionado, especialmente, pelo movimento de mulheres que percebia a necessidade de organização, no sentido de fomentar a participação e representatividade das trabalhadoras rurais nos “lugares e dinâmicas de poderes” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 29). Rua e Abramovay (2000) ainda destacam, referente à especificidade dos assentamentos e do meio rural como um todo, a existência de assimetrias de gênero que motivaram um número expressivo de instituições a aumentarem seus conhecimentos na perspectiva de fornecer elementos para um amplo debate sobre possíveis alternativas de políticas públicas e para a construção de uma nova correlação de forças na sociedade para as trabalhadoras rurais.

Figura 1: Placa de identificação do grupo de mulheres Unidas para Vencer do P.A. Sítio do Góis



Fonte: Acervo próprio

Figura 2: reunião do grupo de mulheres do Grupo Unidas para Vencer - P.A. Sítio do Góis



Fonte: Acervo COOPERVIDA

O grupo de mulheres do P.A. Sítio do Góis, que escolheu chamar-se “Unidas para Vencer”, vivenciou um processo de organização de fora para dentro, promovido e coordenado por organizações tais como ONG, comissões, centros, cooperativas, sindicatos e federações. Gohn (2014, p. 28) define o processo não-formal de educação como:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...].

Através desse processo não-formal, as entidades replicaram esse modelo de educação que se fundamentava nas metodologias utilizadas pela educação popular, coordenando a mobilização, sensibilização e organização das trabalhadoras rurais por meio de assessoria técnica financiada por políticas públicas nacionais, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e agências internacionais. Esse modelo educativo objetivava desencadear um processo de conscientização (FREIRE, 1988), cujo fim consistiu em aprofundar a consciência crítica, possibilitando que os sujeitos se capacitassem para transformar a realidade. O referido modelo fundamentava-se e foi executado por instituições de atuação feminista, como o Centro Feminista 8 de Março (CF8). Estas instituições buscavam compreender e redefinir as estruturas da dominação masculina (BOURDIEU, 2012) e do patriarcado, que naturalizava um arquétipo de mulher oprimida, submissa, silenciada e invisibilizada.

Nos seus relatos, as trabalhadoras citam que, antes de participarem do processo de auto-organização, não tinham objetivamente consciência de sua opressão e subjugação. Essa fala de Lúcia ilustra o desconhecimento das mulheres referente aos seus direitos:

[...] nós temos nosso valor (ênfaticou valor) que nós não tinha, se tinha nosso direito nós nem sabia (grifo nosso). A gente já foi reunião ali e a gente já viu como é. Os direitos

que as mulheres têm. A gente não sabia que nós tínhamos [...] aquilo era uma escola para gente (LÚCIA, 59 anos, AG<sup>29</sup>).

Por meio da socialização, e estruturado através do *habitus* (BOURDIEU, 2012), corporifica-se um arquétipo do que é ser mulher, que as induz a reconhecer e aceitar como naturais os seus lugares de fala (ou não lugar), representação e participação.

Refletindo sobre esse lugar de fala, nesse caso o não lugar de fala das trabalhadoras rurais, Bourdieu (1983) aduz que a “relação da comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica em que o valor de quem fala está em jogo: ele falou bem ou não? É brilhante ou não é? É uma pessoa ‘casável’ ou não?” (p. 78). É um fato que as mulheres sentem imensas dificuldades em falar, sendo essa dificuldade relatada por elas em vários momentos de suas histórias de vida: “[...] questão minha, de eu não querer perguntar, só ficar na minha, escutando” (JOANA, 51 anos, AG); “Às vezes tenho vontade de falar e não falo. Fico constrangida... sei lá, aquilo bem... tem vez que eu choro. // Me emociono. Fico emocionada” (INALDA, 66 anos, DC). Tiburi (2018) diz que, em um contexto democrático, se acredita que todos podem falar; no entanto, o que se vê é que o direito à fala é um privilégio concedido a elites, não aos grupos minoritários. As agricultoras têm consciência de que essa “escuta dócil” (TIBURI, 2018) precisa ser redefinida, tanto nos espaços públicos quanto nos domésticos, já que em casa também tem essa escuta dócil: para não ter conflito, “elas baixam a cabeça”, como elas mesmas dizem.

A partir de um amplo processo de sensibilização, mobilização e organização das mulheres, que culminou com sua auto-organização, esses debates e reflexões avançaram, pausando e evidenciando a situação de exclusão social das trabalhadoras rurais dentro do modelo agrícola brasileiro.

Por meio do processo de organização interna e através do contato com mulheres de diversas outras regiões e realidades, efetivado através de atividades nacionais e internacionais, como por exemplo as das Marchas Margaridas e as promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM), elas perceberam que os problemas que vivenciavam eram comuns a outras mulheres, que o isolamento, esse confinamento ao universo doméstico, essa ânsia em ser a dona de casa perfeita, a rainha do lar, a esposa e mãe perfeitas, que as oprimia e sobrecarregava, era um constructo social, geralmente se iniciando na família e se estendendo para diversas outras instituições, como a Escola, a Igreja e as Organizações (BOURDIEU, 2012). Portanto, passível de ser redefinido.

Através da luta, da auto-organização, foram se construindo como sujeitos de fato e de direito. Esse processo não se deu de forma tranquila, envolvendo vários conflitos pessoais e familiares. Muitas vezes, elas se sentiram incapazes, tiveram medo, sentimento de culpa por estarem “abandonando os filhos” e a família de forma geral. Em diversos momentos do pro-

---

29 Para as entrevistas usou-se as seguintes abreviaturas:

AG – Agricultora

EU – Estudante Universitária

PR – Professora Rural

ASG/AG – Auxiliar de Serviços Gerais/Agricultora

DC – Dona de casa

cesso, não contavam com o apoio da família, que entendia essa luta por representatividade e participação como se fosse desculpa para se divertirem, passearem. Foram à luta, muitas venceram esses obstáculos (outras ainda não), enfrentaram as adversidades, tiveram a coragem de pensar enquanto sujeitos autônomos, não pedaços de outros. E isso se reflete na forma como se veem hoje e na projeção que fazem para o futuro; sentem e têm coragem de sonhar com um futuro no qual se colocam como sujeitos, como capazes de estarem presidindo uma associação ou um sindicato.

### **3 O ACESSO À TERRA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

Durante as entrevistas, percebeu-se que as trabalhadoras rurais faziam, nas suas falas e reflexões, uma divisão na sua história de vida, diferenciando o antes e depois do acesso à terra, o antes e depois da participação no grupo de mulheres. Essa divisão instigou, pois, a construção dessas reflexões, que se pautam nas mudanças ocorridas após esses dois eventos.

Na discussão aqui proposta, abordamos de forma mais detalhada as mudanças pós inclusão e participação no processo de auto-organização. Cabe ressaltar que o processo de auto-organização na área estudada origina-se dessa lacuna de participação das mulheres. Essa divisão natural feita pelas agricultoras gerou dados muito relevantes no que se refere aos sofrimentos, privações e também às alegrias da infância e da vida em comunidade. Elas falaram do seu trabalho na agricultura e foram enfáticas ao dizer que, desde a infância, trabalham na agricultura, primeiramente com seus pais e depois com marido e filhos. Relataram que executam as tarefas domésticas quase que sozinhas e apresentaram as dificuldades enfrentadas para garantir sua participação nos espaços de representação e poder, deixando transparecer (sem reclamar e com extrema naturalidade) que as atividades do cuidado estão quase essencialmente sob sua responsabilidade. Reconheceram como uma das maiores vitórias do movimento de trabalhadoras rurais a conquista da aposentadoria, que para elas é fonte de mudança de vida e autonomia econômica.

Quando falam de mudanças, a primeira conquista citada pelas trabalhadoras rurais, quase de forma unânime, é o acesso à terra, afirmando ter sido um fato transformador da vida familiar: ter a própria terra foi a maior conquista de suas vidas. Neide assim define esse momento:

Quando deixou de ser dos grandes proprietários que dominavam e que cada um passou a ser dono da sua própria terra. Foi muito importante. Um avanço muito importante pra nossa sociedade, na nossa comunidade. Essas mudanças que houve a partir do assentamento. (NEIDE, 37 anos, PR)

E Josefa reforça:

Foi um avanço grande, Sítio do Góis avançou muito, foi pra nós a maior conquista, tanto a comunidade como o assentamento, foram o assentamento ter vindo. Através do assentamento veio iluminação, veio a água, veio 60 casas de alvenaria que era tudo de taipa. Apesar da gente querer que melhore mais. (JOSEFA, 57 anos, ASG/AG)

Relembrou e falou com forte emoção que antes do assentamento a comunidade era esquecida, não tinha acesso à água, energia e saúde; quase ninguém na

comunidade morava em uma casa de alvenaria, moravam em casas de taipa sem banheiro e sanitário. Uma das entrevistadas citou que, antes do assentamento, quando uma “mulher ia descansar [parir], era levada numa rede por dois homens carregando até o beijo da pista para pegar um carro [conseguir carona para a sede do município]”. Neide complementa:

[...] não possuíam televisão, geladeira, não existia fogão a gás e, a partir do assentamento, se hoje a gente entrar em cada casa dessas, tem todo o tipo de objeto dentro das casas que qualquer pessoa da cidade tem. Tem acesso à internet, telefone... *Uma evolução muito grande* (grifo nosso). E todas essas mudanças foi a partir do assentamento. (NEIDE, 37 anos, PR)

As falas não se referiam somente à apresentação da escassez, privações e pobreza, apresentavam muito amor e felicidade pela terra onde nasceram e viveram. Lúcia apresenta uma lembrança do cotidiano comunitário:

Dia de domingo, [...] a gente se arrumava e ia para uma casinha que tinha de um senhor de idade, a gente sentava debaixo do alpendre, era a maior felicidade (grifo nosso): um rapaz com um violão tocando, as mocinhas todas arrumadinhas. Fazia de conta que nós estávamos numa praça (riu feliz). Dançamos muito de noite lá, de violão tocando e nós dançando no pátio mesmo, na frente da casa do homem. Tudo isso era felicidade pra nós, nós num tinha outra coisa melhor. (LÚCIA, 59 anos, AG)

Falaram desses momentos de socialização com grande nostalgia, como um tempo feliz, guardado na memória. Reconheceram que, mesmo vivendo numa situação de pobreza, conseguiam construir um sentido de comunidade, fortemente entranhado e enraizado em cada um dos membros.

O grupo é citado pelas mulheres como o espaço mais importante para o reconhecimento das desigualdades de gênero. Teresa foi enfática quando disse que a participação no grupo das mulheres foi “[...] onde começou tudo (grifo nosso) [...], foi onde saiu todas as ideias, as vontades, as aprendizagens, as conversas, saiu do momento que você, eu, por exemplo, comecei a participar desses grupos” (TERESA, 42 anos, AG). Antes do grupo, várias entrevistadas narraram não saber sequer que tinham direitos garantidos por lei.

Apresentaram e deixaram transparecer nas falas os silenciamentos, a invisibilização quando demonstraram um grande medo de falar em público, deixando ver as marcas da opressão, da dominação masculina e da essencialização que se corporificam e se traduzem no medo de se apresentar enquanto sujeito que tem voz. Spivak (2010) aponta a importância de os “subalternos” falarem, de estarem no centro do processo de conhecimento. Nessa perspectiva, quando os grupos organizados de mulheres se propõem a capacitar as mulheres, a reconhecer que podem ter voz, lugar de fala, isto é extremamente importante para sua participação e intervenção nos espaços de poder, sejam públicos e/ou privados.

Nos discursos analisados, vislumbra-se o que é ser mulher em uma sociedade patriarcal, desigual. O grupo de mulheres caracteriza-se como um espaço de resistência contra a naturalização e invisibilização da dominação masculina que as cala, oprime, subalterniza. Juntas, elas se fortalecem e unem suas forças para lutarem pela igualdade e autonomia.

A auto-organização em grupo não foi rápida, ao contrário, foi necessária persistência e coragem para enfrentar as críticas familiares e da comunidade, que viam como desnecessário um processo de organização somente para as mulheres. Neide (37 anos, PR), uma das entrevistadas, disse que seu

companheiro não permitia que ela participasse do grupo pois isso era coisa para “mulheres desocupadas”, que não tinham o que fazer em casa. Solange também relatou as dificuldades enfrentadas

Eu antes de participar do grupo de mulheres, minha relação com ele [marido] era assim... Às vezes ele não queria que eu fosse para a reunião. Toda vida que eu saía para a reunião ele ficava dizendo as coisas. Dizia que eu ia andar, que era só pra isso. Mas, depois, ele foi observando que não era o que ele pensava. Aí pronto, aí ficou tudo normal, agora eu vou. Ele quem me incentiva agora. (SOLANGE, 47 anos, AG)

O grupo de mulheres foi responsável por protagonizar e apresentar para sua família, comunidade e sociedade a importância de serem reconhecidas como categoria, como sujeitos, e essa não foi uma tarefa fácil. Note-se que também não é um processo acabado, finalizado, pois a luta é constante. Josefa, na sua fala, expressou esse sentimento, a compreensão de que o processo não é estático nem igual para todas:

Eu acho que foi um avanço muito grande, que as mulheres conseguiram esse avanço do gênero, foi uma conquista, através de muito sofrimento, muito sacrifício e muita parceria. Não foi fácil a pessoa dizer: eu vou para a reunião, eu vou participar da diretoria, não foi fácil, tem uma que teve facilidade, têm mulheres que hoje ainda são privadas, por causa do medo, por causa da violência (se emociona e chora falando da violência). (JOSEFA, 57 anos, ASG/AG)

A responsabilidade de terem que protagonizar a transformação que, como vimos, se fundamenta em *habitus*, em estruturas, é, por vezes, um fardo grande demais para ser carregado somente pelas mulheres. Nesse sentido, o reconhecimento dessa desigualdade pela sociedade – família, sindicatos, ONG, estado – é extremamente importante. Portanto, tem particular valor político e social a existência de espaços de participação para as trabalhadoras rurais, tais como os grupos de mulheres, as comissões de mulheres dos sindicatos, que horizontalizam a participação e chamam para o debate esses diferentes sujeitos.

#### **4 CONQUISTAS E DESAFIOS**

Os resultados do processo de luta e organização das trabalhadoras rurais do grupo Unidas para Vencer podem ser percebidos através de suas conquistas e também dos desafios que apontam nas suas falas. Atualmente, são um grupo reconhecido interna e externamente, sendo representado na diretoria executiva do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) – Comissão de Mulheres (CM), Fórum da Agricultura Familiar (FOAFAP) e outros espaços de representação. Importante também é perceber a forma como se veem a “si” mesmas, se percebendo em muitos casos como mulheres de luta, que têm um lugar de fato e de direito no assentamento, que podem, devem e querem ser representadas no sindicato e demais espaços externos de representação. Almejam e têm a coragem de se apresentar como possíveis presidentas do STTR, função até agora não conquistada pelas mulheres. Para as mulheres, é motivo de orgulho serem reconhecidas como participantes de um grupo auto-organizado de mulheres. Apresentaram para a sociedade que os silêncios das mulheres têm significados (SPIVAK, 2010) e precisam ser compreendidos. Com relação ao futuro, veem-se lutando, em um processo contínuo. Criaram a trilha, porém têm consciência que, se pararem de caminhar, ela se fecha. Jose-

fa, quando fala como se vê no futuro diz: “uma mulher ainda lutando por meus direitos, pelos direitos dos assentados” (JOSEFA, 57 anos, ASG/AG).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos de auto-organização das trabalhadoras rurais têm gerado mudanças. A organização via grupos específicos possibilitou mudanças micro e macrosociais importantes. No entanto, é necessário ter em conta que a realidade das trabalhadoras rurais tem especificidades que necessitam ser levadas em consideração, pois nem sempre as conquistas gerais as atingem, mudando sua vida, sua realidade. Note-se que o acesso à terra não trouxe, “naturalmente”, como consequência, sua representatividade, acesso e participação em espaços públicos). É necessário levar em consideração que, ao incluir o homem, a família, não necessariamente se incluem as mulheres. O “discurso de igualdade” é, às vezes, usado para diluir e nos fazer crer numa falsa sensação de igualdade. A família e o movimento sindical muitas vezes não reconhecem as mulheres como companheiras de luta; são tratadas como coadjuvantes, sendo consideradas como companheiras de trabalho, de opressão, porém, por vezes, não como sujeito desses processos.

As trabalhadoras reconhecem e apontam a conquista da representação sindical, a partir da organização e do processo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, como de suma importância, responsáveis pelas grandes transformações econômicas, políticas e sociais. O acesso à terra é fruto desse processo, e essa é sua maior conquista. Apontam também que o processo de auto-organização não é natural nem automático. É preciso constantemente pensar ações estratégicas que necessitam ser fundamentadas e pautadas em opções conceituais e políticas. A luta é dinâmica, pois a opressão e a desigualdade se reconfiguram e se reestruturam. Nesse sentido, uma das reivindicações presentes nas suas falas diz respeito ao acesso à assistência técnica produtiva e social para as áreas de assentamento.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 289-302, 2004.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**, 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, v. 2, n. 1, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1994.

PAIVA, M. W. **Reforma Agrária**: necessidade urgente. São Paulo: Paulinas, 1987.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou” coordenadoras de painelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos, 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

# **DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO À SAÚDE DAS TRABALHADORAS RURAIS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

**RESUMO:** Pensando em saúde, compreender os processos de empoderamento e relações de gênero das trabalhadoras rurais pode subsidiar a análise do quadro onde se encontram as camponesas, destacando-se, aqui, o acesso à saúde. O trabalho é parte de uma pesquisa acadêmica com braços voltados para o empoderamento e participação das trabalhadoras e para sua saúde. Utiliza uma abordagem qualitativa e parte de observação participante e entrevistas com mulheres do Projeto de Assentamento (P.A.) Sítio do Góis (Apodi/RN). Apresenta o objetivo de compor um retrato da realidade que forneça elementos para compreensão e análises sobre o acesso das trabalhadoras rurais à saúde. Empoderamento e participação influenciam fortemente na saúde/doença das camponesas e requerem, para uma análise aprofundada, estudar aspectos como identidade, gênero, trabalho, organização, participação, lutas sociais e políticas públicas. Tais fenômenos são significativos já que contribuem para a mobilização das camponesas, no intuito de desconstruir um cenário que as adocece.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura. Empoderamento. Gênero. Medicina Rural.

## **1 APONTAMENTOS SOBRE EMPODERAMENTO, ACESSO E SAÚDE DAS TRABALHADORAS RURAIS DE APODI/RN: INTRODUÇÃO, TEORIA E REFLEXÕES**

As áreas de assentamento rurais são espaços de reorganização social, de recriação de novas práticas sociais, e todo esse processo atinge também as trabalhadoras rurais, já que estão inseridas nesse contexto. Entre essas redefinições, pode-se citar que os agricultores e agricultoras deixam de ser sem-terra para se tornarem agricultores e agricultoras familiares, mudanças que se refletem também nas relações de gênero, ao colocarem em evidência esta categoria. Essa evidência, contudo, não foi “naturalmente” potencializada pelo processo de Reforma Agrária, foi fruto de luta e reivindicação do movimento de mulheres camponesas. As próprias políticas públicas de saúde voltadas para este grupo (trabalhadoras rurais), nomeadamente a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM),

construíram-se a partir de parcerias com os movimentos sociais, entendidos como o motor que movimenta as políticas públicas (BRASIL, 2004; BRASIL, 2013; HEREDIA; CINTRÃO, 2006). O acesso à saúde surge, também, nesse contexto, como uma conquista das lutas sociais, ainda a ser, no entanto, efetivada.

Pensando nos determinantes sociais da saúde, observa-se que o cenário em que se encontram as trabalhadoras rurais exerce forte influência em seu fenômeno saúde/doença, uma vez que ambas as categorias são na verdade fruto do meio social e cultural onde se organizam (BRASIL, 2004; BRASIL, 2013; ALVES; MINAYO, 1994). Desse modo, vê-se que, no meio rural, questões referentes à identidade de trabalhadora rural, relações de gênero, trabalho, organização, participação e às próprias lutas sociais, juntamente com as políticas públicas, funcionam como mediadores no que diz respeito ao modo como as mulheres percebem sua saúde, adoecimento e na maneira como acessam os serviços de saúde.

No Município de Apodi, Rio Grande do Norte, a preocupação com os estudos de gênero e agricultura surgiu na década de 1990. Os grupos de mulheres de então tinham a finalidade de discutir os problemas das agricultoras e da comunidade. Por esse intermédio visavam pautar o debate na esfera pública, ou seja, colocar em evidência a situação de exclusão social das mulheres, especialmente das trabalhadoras rurais, dentro do modelo agrícola brasileiro. Essa exclusão, evidentemente, possui impactos sobre a saúde, uma vez que não se admite a limitação do conceito à simples ausência de doença, algo reconhecido pela própria Organização Mundial de Saúde, que define saúde como um completo bem-estar físico, mental e social (WHO, 2014).

As mulheres rurais possuem um jeito próprio de cuidar de sua vida e saúde, que se distingue pelas práticas populares de cuidado desenvolvidas, em diálogo com a luta por um sistema público de saúde universal e com um novo modo de se viver no campo, e que se orienta para a promoção da vida, saúde e cidadania, existindo como um fenômeno coletivo (DARON, 2009). A respeito das identidades (múltiplas) das mulheres rurais, Carneiro (1994) destaca que ela é produzida a partir de dois elementos principais: o pertencimento ao gênero feminino e a ocupação de certa posição dentro de uma estrutura socioeconômica. Refletindo em uma perspectiva de gênero, pode-se pensar em identidade como algo em constante construção e transformação. Permeadas por diferentes símbolos, discursos, trajetórias, representações e práticas, os sujeitos se constroem como masculinos e femininos em suas relações sociais, ordenando e desordenando seus lugares sociais, disposições, formas de ser e estar no mundo, de modo transitório, que se transforma ao longo do tempo e em articulação com identidades sexuais, étnicas, de raça, classe (LOURO, 1997). Cabe ressaltar, então, e considerando a definição mais ampla e supracitada de saúde, que a compreensão das relações entre homens e mulheres pode orientar a reflexão em torno de como se dá o acesso das camponesas à saúde.

As pesquisas sobre gênero foram de suma importância para a construção de políticas públicas voltadas para as trabalhadoras rurais, a exemplo da PNSIPCFA e da PNAISM apontadas anteriormente. Autoras como Andrea Butto e Karla Hora (2008), Carmen Deere (2004), Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000), Maria José Carneiro (1994), Nalu Faria (2005), Paulilo (1987), Rosineide Cordeiro (2006), Siliprandi, (2009) e muitas outras pautaram nacionalmente as discussões de gênero, trazendo para o debate a situação desigual, a invisibilidade e a subalternidade das mulheres trabalhadoras rurais.

Nesse sentido, é necessário identificar quais os principais processos que dificultam a efetiva participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão micro e macrosociais, já que esses elementos afetam a saúde das mulheres, uma vez que contribuem com sua subordinação e com a negação de direitos fundamentais a elas, funcionando como entrave em sua participação na redefinição das iniquidades de saúde que enfrentam.

As reflexões sobre gênero, agricultura e saúde necessitam levar em consideração

múltiplos e variados vieses e, nesse sentido, esse debate sobre o acesso emerge como uma forma de reconhecer a existência de diferenciações no que se refere ao acesso dessas mulheres à saúde, ao mesmo tempo em que expõe a necessidade de rearranjar este quadro. Ao examinar a situação de saúde (e de acesso à saúde) das mulheres, com respaldo em referenciais teóricos voltados para conceitos como gênero e inserção no mundo rural, abre-se margem para entender as barreiras de acesso de um ponto de vista integral, para, a partir disso, refletir sobre formas de amenizá-las.

A conquista do direito à saúde possui uma íntima conexão com a de outros direitos humanos, como o acesso à informação e à participação nos processos de decisão, e inclui, vale ressaltar, o direito de controle sobre sua saúde e corpo (como por exemplo através dos direitos sexuais e reprodutivos) e o acesso a uma saúde diferenciada, compatível com sua necessidade (a saúde indígena seria um exemplo) (OLIVEIRA et al., 2017). Faz-se notória, então, a importância de inserir a análise de processos como o empoderamento e a participação no debate sobre a atenção à saúde, de modo especial com relação ao acesso.

Nessa linha de raciocínio, percebe-se que, ao negar às mulheres o direito de participar em espaços de tomada de decisão e ao subordiná-las à dominação masculina, são produzidas consequências diretas e indiretas em sua saúde, na medida em que se contribui, por exemplo, com os empecilhos que se colocam entre as mulheres e o próprio direito à saúde. Quando as mulheres são transformadas em objetos por aqueles que detêm o capital simbólico, lhes é também negado o direito de decidir sobre diferentes questões, inclusive referentes à saúde.

Assim sendo, aponta-se que o *habitus*, estruturado e corporificado a partir da dominação masculina, interfere na organização da saúde quando, por exemplo, naturaliza práticas de negação do direito das mulheres em decidirem sobre o seu corpo. Perpassando diferentes aspectos da saúde da mulher, como notoriamente a sexualidade, essa forma de limitar a autonomia das mulheres sobre seus corpos atinge elementos essenciais na atenção à saúde, como a verbalização de determinadas queixas, a responsabilização sobre a própria saúde – do ponto de vista do autocuidado – e a saúde mental, por exemplo.

Ainda com relação à dominação masculina, Bourdieu (2012, p. 46) diz que “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”. Bourdieu destaca que a ruptura desse quadro nas sociedades requer mudanças na consciência tanto dos dominados quanto dos dominantes, visto que tais noções se encontram corporificadas em cada indivíduo de modo que parecem naturais. Pode-se compreender, então, como se estrutura a dificuldade das trabalhadoras rurais de se socializarem e ocuparem espaços públicos, já que esses feitos exigem romper o *habitus* de ser dominada e fazer com que os homens deixem de ser dominadores.

No campo, condições específicas mediam a relação das mulheres com os serviços de saúde. Além de experimentar uma escassez de especialistas, e de profissionais médicos em geral, o acesso à saúde também é impactado por obstáculos geográficos e extensas distâncias entre as residências e os serviços de saúde, o que gera uma sobrecarga de funções nos profissionais médicos de atenção primária que atuam nessas áreas (LISHNER et al., 2000; ROSENTHAL; FOX, 2000; VIANA, 2016). O meio rural enfrenta também outras peculiaridades como com relação ao esgotamento sanitário, repercutindo em doenças diarreicas em geral, e doenças associadas à vida rural como malária, febre amarela, doença de Chagas e leishmaniose (BRASIL, 2013).

Configurando-se como um dever do Estado e um direito de todos e todas, o acesso à saúde reflete algo complexo, mas que pode ser entendido em linhas gerais, na perspectiva da Saúde Pública, como o grau de ajustamento entre a oferta de serviços e as necessidades dos usuários (BRASIL, 1990; DONABEDIAN, 1980 apud OLIVEIRA; CARVALHO; TRAVASSOS, 2004). Guarda, portanto, correlação com a forma de entrar no sistema de saúde e com a utilização dos serviços, levando também em consideração os obstáculos que se interpõem entre a po-

pulação e a garantia de cuidados à saúde.

Carpentier (2015), além de ressaltar as diferentes significações de acesso, a depender da área em questão, acrescenta que em saúde duas vertentes principais são utilizadas para definir acesso: uma ligada à entrada e uso dos serviços e outra que se refere aos aspectos que influenciam nessa entrada/uso (PENCHANSKY; THOMAS, 1981 apud CARPENTIER, 2015). O autor ainda amplia a definição de acesso ao relacioná-lo com a presença (de pessoas, informações, ideias, em dados espaços e instituições) e ao destacar, em conjunto com o acesso físico, o acesso a recursos sociais e cognitivos que surge em aproximação com a equidade e com o uso das informações.

Em sintonia com a perspectiva de acesso adotada, um conceito que pode colaborar com o desvelamento da situação das mulheres rurais do ponto de vista da saúde, é o de vulnerabilidade. Segundo Ayres et al. (2012), a vulnerabilidade é uma forma de entender o adoecimento como resultado da interação de fatores individuais, coletivos e contextuais, capazes de tornar as pessoas mais ou menos suscetíveis a determinado agravo, ao mesmo tempo em que abrange, também, os recursos de proteção disponíveis.

Compreende-se, então, que as vulnerabilidades vivenciadas pelas trabalhadoras rurais (seja na perspectiva das assimetrias de gênero, ou mesmo no que diz respeito às iniquidades no acesso ao atendimento à saúde, por exemplo) apontam para o reconhecimento de outras dimensões, que não somente a biológica, no adoecimento desse grupo. Ainda, em uma perspectiva de enfrentamento, pode ser destacado o conceito de empoderamento, como uma ferramenta a ser utilizada pelas trabalhadoras rurais para desconstruir uma realidade que as adoeece.

Nesse sentido, Sardenberg (2009) expõe duas linhas a partir das quais o empoderamento pode ser compreendido: uma perspectiva liberal e outra libertadora. A primeira diz respeito ao empoderamento das mulheres como um instrumento para desenvolver prioridades, por meio da erradicação da pobreza ou pela construção da democracia, em harmonia com ideais liberais. Já a segunda, ainda segundo a autora, concentra-se no alcance da autodeterminação e da autonomia por parte das mulheres, servindo como um dispositivo para erradicar o patriarcado, em um processo de reordenação da dominação patriarcal de gênero. Através da mobilização das mulheres, tornando-as agentes coletivos atuantes, aproxima-se da construção de uma identidade de mulher rural que propicia sua visibilidade e participação nos processos de produção, incluindo aspectos como o empoderamento e rompendo com o passado patriarcal e o androcentrismo que perdura na sociedade (AMORIM et al., 2010).

Análises e reflexões sobre os *desafios e perspectivas no acesso à saúde das trabalhadoras rurais em áreas de assentamentos de Reforma Agrária*, mais especificamente no P.A Sítio do Góis, Apodi/RN se justificam pela relevância em compreender o processo de acesso, empoderamento e as relações de gênero das trabalhadoras rurais, do ponto de vista da saúde.

## **2 APORTES METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS**

Diante disto, o presente texto surge como um recorte de um trabalho acadêmico que, na verdade, possui dois braços principais: um voltado para o empoderamento e participação das trabalhadoras rurais, e outro mais centrado em sua saúde. Unindo ambas as perspectivas, partindo de uma abordagem qualitativa e das entrevistas realizados com trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento (P. A.) Sítio do Góis (Apodi/RN) juntamente com a técnica de observação participante, empreendeu-se uma tentativa de apresentar os resultados das análises das experiências vivenciadas. O critério para escolha das entrevistadas foi a participação (em algum momento) no grupo de mulheres “Unidas para Vencer”. Utilizando a saturação teórica para fixar o número de mulheres entrevistadas, foram realizadas entrevistas

com 17 trabalhadoras rurais. A intenção é compor um quadro, um retrato da realidade, que forneça elementos que possam contribuir para compreensão, reflexões e análises sobre o acesso das trabalhadoras rurais a saúde.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Vários estudos apontam que a luta das mulheres pelo reconhecimento da sua identidade de trabalhadoras rurais tem sido fundamental (SILIPRANDI, 2009; SCOTT; CORDEIRO, 2006; DEERE, 2004). Entre as mobilizações locais, cujo papel é também indiscutível no contexto das lutas, pode-se citar, em Apodi especificamente, a organização e realização do I Encontro de Trabalhadoras Rurais, ocorrido em 1997. O evento foi organizado por uma comissão provisória de mulheres, já que somente em 2000 a comissão foi criada de forma legítima. Nesse encontro, como em quase todos os demais, conforme verificado nas atas (1998-2004; 2004-2009) e documentos do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o tema saúde da mulher sempre foi pautado. Os encontros municipais de trabalhadoras rurais, as atividades do 08 de Março – tanto as municipais, quanto as estaduais e nacionais –, as Marchas das Margaridas e os eventos promovidos pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM), por exemplo, têm se caracterizado como um espaço de fortalecimento das pautas das trabalhadoras rurais e como um espaço de diálogo com a sociedade.

Na discussão sobre como a construção da identidade pode afetar o acesso à saúde, vale enfatizar que o acesso aos direitos reivindicados pelas mulheres vincula-se ao reconhecimento de seu trabalho, na medida em que depende de sua nomeação enquanto um corpo que trabalha, conforme ressaltam Salvaro, Lago e Wolff (2013), em diálogo com ideias de Foucault. Dessa forma, entende-se que a invisibilização das mulheres e de seu trabalho solidifica uma estrutura de subordinação que acaba por dificultar seu acesso a direitos como à saúde.

Um outro fator que colabora com essa opressão e invisibilização das mulheres é a própria divisão sexual do trabalho. Nessa lógica, as camponesas são submetidas a uma jornada de trabalho exaustiva e extenuante que, no entanto, não é socialmente reconhecida. Dois princípios, como enfatiza Kergoat (2009), orientam o conceito analítico de divisão do trabalho: a separação, que define que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e a hierarquização, a partir da qual se entende que o trabalho do homem possui um valor maior que o da mulher, processo que passa por adaptações sociais e históricas.

Essas relações acima descritas não são, contudo, estáticas. Inclusive, a partir das obras analisadas, verifica-se a importância de “tombar” as relações de gênero, e as formas pelas quais estas se organizam, como cita Siliprandi (2009). Pode-se dizer que se percebem avanços no sentido de retirar as mulheres de uma histórica invisibilidade na participação nas lutas por terra e contra injustiças e condições de vida precárias no campo, uma vez que há significativos estudos, no Brasil, sobre movimentos sociais no campo (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Hugo Achugar (2006) é outro autor que enfatiza a importância de escutar os “balbucios teóricos”, o que, para o autor, é uma forma de a academia dar voz aos silenciados. Rua e Abramovay (2000, p. 25) vão enfatizar, em diálogo com o conceito de vulnerabilidade em saúde e ressaltando a importância de ouvir os marginalizados, que:

as populações marginalizadas – principalmente os grupos mais pobres das áreas rurais, entre eles as mulheres rurais – são as que enfrentam maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, assistência, informação e educação, tornando-se mais vulneráveis, devido à exclusão social em que se encontram.

O fortalecimento das questões relacionadas à organização das mulheres e à sua identidade é uma forte vertente trabalhada pelos movimentos sociais, também quando se fala no local foco da pesquisa, o município de Apodi/RN. Todavia, os dados coletados revelam que algumas mulheres ainda sentem dificuldades em se identificarem, se reconhecerem como trabalhadoras rurais, ainda se intitulando donas de casa, domésticas, do lar. Esse afastamento com relação à identidade de agricultora se configura como um resquício de um pensamento patriarcal que ainda perdura, e que pode incidir na saúde quando elas, ao não se reconhecerem como agricultoras, compreendem que os programas de saúde voltadas para as camponesas não são um direito seu, que foi conquistado (e não dado). O suporte do referencial discutido anteriormente, permite inferir que essa compreensão afasta também as mulheres de um cenário de saúde sólido e consistente.

Ainda levando em conta as interlocuções com o viés de gênero, de forma mais geral, verifica-se que, no município de Apodi/RN, esse processo de organização das mulheres existiu como um reflexo de um processo nacional, de modo que as discussões de gênero surgem na década de 90. Essa priorização do referido debate foi deveras importante para a auto-organização das trabalhadoras rurais, por meio da criação dos grupos de mulheres nos assentamentos e comunidades. No P.A. Sítio do Góis também surgiram frutos desse processo mais amplo quando, em 2000, as mulheres se organizam e criam um grupo, que tinha como uma de suas pautas principais, por sua vez, a saúde da mulher: o grupo Unidas para Vencer.

Essa organização, do ponto de vista do empoderamento, avança no sentido de construir o reconhecimento da importância de se reconhecer, de conhecer seus direitos (produtos de sua luta e identificação como trabalhadoras rurais) e de ter acesso a estes. Os dados levantados permitem dizer que existe uma leitura crítica das mulheres com relação a seu acesso à saúde. Algumas, por exemplo, são enfáticas em comunicar os serviços ausentes, manifestando a falta que estes fazem e destacando, também, a importância de disporem de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na comunidade.

O processo de empoderamento, levado a termo a partir da auto-organização das trabalhadoras rurais, as capacita para a compreensão dos seus direitos de acesso a diversas políticas públicas, quando as qualifica para se compreenderem como sujeitos autônomos. Apresenta-se, desse modo, possibilidade de reconhecimento e de direitos inerentes a sua condição de mulher trabalhadora rural, levando em consideração especificidades e desigualdades que necessitam serem redefinidas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Depreende-se, no tocante ao acesso à saúde, que a organização das mulheres, vista aqui por meio, por exemplo, da formação do grupo “Unidas para Vencer”, funciona como uma forma de aproximar as mulheres da atenção à saúde. Ao avançarem na ocupação dos espaços de decisão, as mulheres se fortaleceram enquanto um coletivo, perceberam que existe nacionalmente uma luta (pela saúde da mulher), reconhecendo a importância de ter acesso a determinados serviços e de se lutar por eles, algo reforçado pelo fato de o grupo ter como uma de suas pautas constantes, a saúde das mulheres.

Entendendo os processos diferenciados de interação com os serviços de saúde vivenciados pelas camponesas, compreende-se a necessidade de abordar as questões referentes à atenção à saúde, incluindo aqui o acesso, de modo compatível com essas particularidades. Somente assim é possível compreender, por exemplo, fatores específicos de adoecimento e formas de lidar com eles, através de um manejo que muitas vezes envolve, vale enfatizar, algo mais do que a prescrição de um medica-

mento. Por meio da construção da autonomia, da autodeterminação e da organização das trabalhadoras rurais na perspectiva de amplificar sua capacidade de decisão sobre sua vida, conquistando reconhecimento e pautando suas lutas em cenários maiores, a partir do empoderamento, as camponesas conseguem se mobilizar para desconstruir um cenário que prejudica sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, H. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. de S. **Saúde e doença**: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- AMORIM, É. O. *et al.* **Sindicalizadas rurais**: uma nova face do empoderamento da mulher no meio rural. In: VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Porto de Galinhas: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2010.
- AYRES, J. R. de C. M.; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHO, H. C. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2012. p. 375–417.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF, set. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em: 4 mai. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: Princípios e Diretrizes. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2004. 82 p.
- BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Atenção Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2013. 48 p.
- BUTTO, A; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. p. 19-38.
- CARNEIRO, M. J. “Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero”. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 11-22, 1994.
- CARPENTIER, N. The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 14, n. 2, p. 164–177, 2012.
- CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 145–171.
- DARON, V. L. P. A dimensão educativa da luta por saúde no movimento de mulheres camponesas e os desafios político-pedagógicos para a Educação Popular Em Saúde. **Cad. Cedes. Campinas**, v. 29, n. 79, p. 387–399, 2009.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175–204, 2004.

FARIA, Nalu. Gênero e Políticas Públicas: uma breve abordagem das relações de gênero. In: TERRIBILI, Alessandra; FARIA, Nalu; COELHO, Sônia. **Feminismo e luta das mulheres: análises e debates**. São Paulo: SOF, 2005. p. 31–38.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, v. 9, n. 8, p. 1–28, 2006.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2009. p. 67–75.

LISHNER, D. M. *et al.* Emergency department use by the rural elderly. **The Journal of Emergency Medicine**, v. 18, n. 3, p. 289–297, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, E. X. G.; CARVALHO, M. S.; TRAVASSOS, C. Territórios do Sistema Único de Saúde: mapeamento das redes de atenção hospitalar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 386–462, 2004.

OLIVEIRA, J. E. P.; MONTENEGRO JR., R. M.; VENCIO, S. (Ed.). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018**. São Paulo: Clannad, 2017.

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Serviço social em revista**, v. 2, n. 1, p. 135–148, 1999.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64–70, 1987.

ROCHA, Wilza Pereira. Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 391-400, 2004.

ROSENTHAL, T. C.; FOX, C. Access to health care for the rural elderly. **JAMA**, v. 284, n. 16, p. 2034–2036, 2000.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? **As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. DE S.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79–89, 2013.

SARDENBERG, C. M. B. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women’s Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. In: \_\_\_\_\_. **Liberal vs. Liberating Empowerment: Latin America**. Brighton: Pathways of Women’s Empowerment, 2009. p. 2-46.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas pú-**

blicas. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2009.

STTR. Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. **Arquivo da instituição**. Livro de ata das reuniões da Comissão de Mulheres do ano de 1998 a 2004. Livro 1, 50 p.

STTR. Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN. **Arquivo da instituição**. Livro de ata das reuniões da Comissão de Mulheres do ano de 2005 a 2009. Livro 1, 50 p.

VIANA, M. P. DOS S. **A Estratégia Saúde da Família em área rural no Estado do Rio de Janeiro**: Relato de uma experiência. Trabalho de Conclusão de Curso—Nova Friburgo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade Aberta Do Sus, 2016.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Basic Documents**. 48. ed. Genebra: WHO, 2014.

# SOBRE OS AUTORES

## **ANA MARIA BRANDÃO**

Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Mestre em Políticas e Gestão de Recursos Humanos pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Portugal). Doutora em Sociologia pela Universidade do Minho (Portugal). Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) (Portugal). E-mail: anabrandao@ics.uminho.pt.

## **ANNIE LÍVIA TORRES DE ALBUQUERQUE ARAÚJO**

Graduanda do curso de Medicina / Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA (CCBS/DCS), Mossoró-RN. E-mail: annielivia2@gmail.com.

## **ANTÔNIO NILTON BEZERRA JÚNIOR**

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), membro da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

## **ANTÔNIA ROCHA FREIRE**

Graduada em Gestão Ambiental, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: antonia871@hotmail.com.

## **FRANCISCA GOMES TORRES FILHA**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutoranda do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho/Portu-

gal. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN - Campus Mossoró/RN). E-mail: francisca.torres@ifrn.edu.br.

### **HUGO GARBÊNIO DE CARVALHO**

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor de Sociologia junto a SEDUC-CE - Secretaria da Educação Básica do Ceará. E-mail: hugogcarvalho@gmail.com.

### **JANINE BEATRIZ TORRES**

Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Consultora técnica ambiental da Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN (FUNCERN). E-mail: janinebeatriz38@gmail.com.

### **JOSÉ EDSON DE ALBUQUERQUE ARAÚJO**

Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Graduado em Teologia pelo Centro Pastoral de Ciências Religiosas. Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Antropologia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos do RN. E-mail: zeedsonaraujo@gmail.com.

### **KATSON FERNANDES**

Graduado em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Técnico em Cooperativismo pela Escola Agrícola de Jundiá - Pólo Apodi/RN. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: ktsonitau@hotmail.com.

### **LÁZARO FABRÍCIO DE FRANÇA SOUZA**

Sociólogo e Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) (CCBS/DCS), Mossoró-RN. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades e Saúde do Semiárido, Mossoró-RN. E-mail: lazaro.souza@ufersa.edu.br.

### **MÁRCIA REGINA FARIAS DA SILVA**

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Ecologia de Agroecossistemas pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ecologia Aplicada (Ambiente e Sociedade), pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutora em Geografia pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra. Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), atuando junto ao Departamento de Gestão Ambiental, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (DGA/FACEM) como Coordenadora e como colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (Interdisciplinar - UERN). E-mail: mreginafarias@hotmail.com.

### **MARIA BETÂNIA RIBEIRO TORRES**

Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais (Fafire/Recife/PE). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UERN). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UERN). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) e do Departamento de Gestão Ambiental da UERN. E-mail: betanimatorres@uern.br.

### **RAUL NOGUEIRA SANTOS**

Graduado em Direito e em Geografia pela UERN, especialista em Direito Ambiental, mestre em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; advogado com atuação nos direitos ambiental, cível e administrativo. E-mail: raulsantos.adv@hotmail.com.

### **ROSA ADEYSE SILVA**

Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Professora da Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA). E-mail: rosaadeyse@gmail.com.

### **ZARA PINTO COELHO**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, é Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da referida universidade onde leciona sociologia da comunicação, estudos do discurso e semiótica social. A sua pesquisa está centrada nas teorias do discurso e suas aplicações críticas aos estudos mediáticos e culturais em tópicos como saúde pública, género, heterossexualidade e participação pública. É coordenadora da linha de investigação em Estudos Culturais e uma das editoras da Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies do Centro de Investigação em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Portugal.

E-mail: zara@ics.uminho.pt.

### **ZIRLANIA CRISTINA DA SILVA**

Graduanda em Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: laninhasilva25@gmail.com.



# AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA, GÊNERO E RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR

ESTE LIVRO REÚNE UMA COLETÂNEA DE ARTIGOS RESULTANTES DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO DA CHAPADA DE APODI. O TOM DESTA PUBLICAÇÃO É A QUESTÃO DA RESISTÊNCIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES EM MEIO À SUA IDENTIDADE COM A TERRA E O TRABALHO, CONSTITUINDO-SE UMA QUESTÃO DE TERRITÓRIO. TERRITÓRIO PARA ALÉM DE LIMITES FÍSICOS, ENVOLVENDO A CULTURA, VINCULO, PERTENCER, TRABALHAR, VIVER, SOBREVIVER, LUTAR ORGANIZADOS PARA CONQUISTAR A TERRA E PRODUIZIR SEM AGROTÓXICOS.

APOIO:



PUBLICAÇÃO:

